

RELATÓRIO FINAL

**DINÂMICA DA FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS EM SAÚDE, NO BRASIL:
Situação atual, tendências e a relação quantidade-qualidade**

Ana Margarida Campello (Coordenadora do Projeto)
Alexandra Almeida
Francisco J. da S. Lobo Neto
Lygia Costa
Márcio Candeias
Maurício De Seta
Miguel Farah Neto
Poliana Rangel

Novembro, 2009

Organização

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS)
Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS)

Apoio à Gestão do Projeto

Josiane Ribeiro Silva
Assistente de Gestão Educacional do LATEPS

Projeto Gráfico

Marcelo Paixão
Programador Visual/EPSJV

Este projeto foi financiado com recursos do Ministério da Saúde, no âmbito do Plano Diretor para o Biênio 2007-2009 da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde, com apoio da Organização Panamericana de Saúde

Coordenação do Estudo

Ana Margarida Campello – Pedagoga, Mestre em Educação, Doutora em Educação. Professora-pesquisadora do Laboratório do Trabalho e Educação Profissional em Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ

Equipe responsável

Alexandra Almeida – Graduada em Estatística/UFRJ/RJ. Mestranda em Gestão de Risco/PUC/RJ e Tecnologista Junior no Laboratório do Trabalho e Educação Profissional em Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

Francisco J. da S. Lobo Neto – Pedagogo, Doutor em Educação, Pesquisador do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (NEDDATE/FEUFF).

Lygia Costa – Socióloga, Mestre em Sociologia/IUPERJ/RJ, Doutora em Sociologia/IUPERJ/RJ. Estagiária pós-doc do IPPUR-UFRJ.

Márcio Candeias - Graduado em estatística ENCE/RJ, Especialista em Educação Profissional em Saúde. Tecnologista Junior da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV - Fiocruz

Maurício De Seta - Enfermeiro, Mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde, Coordenador da área de Tecnologia Educacional da Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fiocruz.

Miguel Farah Neto – Geógrafo, Licenciado e Especialista em Geografia pela UFRJ, Mestre em Educação Brasileira pela PUC-Rio, Técnico em Assuntos Educacionais da UNIRIO, Pesquisador junto à FIOCRUZ - ENSP/EAD.

Poliana Rangel – Pedagoga. Especialista em Educação Profissional em Saúde. Mestranda em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Dinâmica da formação de tecnólogos em saúde, no Brasil: Situação atual, tendências e a relação quantidade-qualidade¹

Este projeto tem como objetivo analisar a situação atual e as tendências da oferta, em termos quantitativos e qualitativos, dos cursos de formação de tecnólogos na área da saúde, no Brasil. A abordagem desse estudo é quanti-qualitativa. A partir dos dados disponibilizados pelos Censos da Educação Superior de 1991 a 2006, propõe-se construir série histórica que compreende a identificação do número de cursos, formações, dependência administrativa das instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes, de forma a caracterizar a situação atual e identificar e analisar as tendências da oferta de cursos de formação de tecnólogos em saúde, no Brasil. Com esta sistematização e análise das informações quantitativas pretende-se contribuir para a construção de banco de dados, a ser disponibilizado na página do Observatório dos Técnicos em Saúde (<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/>) de forma a subsidiar estudos, pesquisas, políticas e ações de formação tecnológica em saúde. Além disso, foram realizados estudos de caso, abrangendo a caracterização das instituições ofertantes, as concepções político-pedagógicas da estruturação curricular, perfil dos alunos, do corpo docente e dos concluintes dos cursos de formação de tecnólogos em saúde, em desenvolvimento no município do Rio de Janeiro, de forma a questionar especificamente a concepção “imediatamente interessada” da formação de tecnólogos em saúde. Entende-se a relação quantidade qualidade como par dialético na construção do objeto de estudo. Pretende-se reconhecer possíveis continuidades e/ou rupturas na orientação política adotada pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva para a área educacional e, mais especificamente, no que diz respeito à formação de tecnólogos em saúde. Procura-se captar as mediações que relacionam a formação de tecnólogos em saúde com a totalidade social, o que envolve a análise dos determinantes sociais, políticos e econômicos das reformas educacionais, empreendidas no Brasil, a partir dos anos finais da década de 1990.

¹ No **ANEXO I**, encontra-se disponível o Projeto de Pesquisa.

1. OBJETIVO GERAL

Investigar a natureza, a política e os mecanismos de implementação dos cursos superiores de tecnologia, na área da Saúde, como mediação do estudo de relações mais complexas que envolvem os determinantes das reformas educacionais empreendidas no Brasil, a partir dos anos finais da década de 1990.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as tendências do sistema educativo para a formação de tecnólogos, na área da Saúde, a partir dos anos finais da década de 1990 considerando as diferentes políticas para o setor, implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.
- Identificar e caracterizar a situação atual: número de cursos, formações profissionais, instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes dos cursos de formação de tecnólogos em Saúde, no Brasil.
- Caracterizar a oferta de cursos de formação de tecnólogos, na área da Saúde, no município do Rio de Janeiro, em termos de organização dos cursos, estruturação curricular, instituições ofertantes, perfil dos alunos, do corpo docente e de seus concluintes.

ATIVIDADES REALIZADAS:

1. *Levantamento de dados quantitativos (1991-2007)*

1.1 BEP Saúde Tecnólogos (1991-2007):

- Disponibilização, no sítio do Observatório dos Técnicos em Saúde (<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/cgi-bin/dh?/var/www/tabnettec/evolucao.def>) dos dados relativos aos Censos da Educação Superior 1991-2007, possibilitando aos usuários a construção de tabelas relativas às seguintes variáveis: Cursos, Vagas, Inscritos, Ingressos, Matriculados e Concluintes por:
 - Esfera Administrativa (Federal, Estadual, Municipal, Particular, Comunitária/Confessional/Filantrópica);
 - Natureza Jurídica (Público e Privado);
 - Organização Acadêmica (Centro de Educação Tecnológica, Centro Universitário, Faculdade, Faculdade Integrada, Universidade);

- Região;
- Unidade da Federação;
- Subárea (Educação Física, Sistemas Biomédicos, Estética, Gestão Hospitalar, Nutrição e Dietética, Radiologia, Reabilitação, Saúde Bucal, Saúde Pública, Saúde Visual, Segurança no Trabalho) e
- Nome do Curso (Estética, Nutrição e Dietética, Radiologia, Terapias Integrativas da Saúde, Prótese Odontológica, Ortopedia, Óptica e Optometria, Oftálmica, Segurança do Trabalho, Desportos e Lazer, Projetos de Manutenção e Operação, Gestão de Serviços de Saúde, Secretariado na Área Médica, Saúde Pública, Instrumentação Cirúrgica, Saúde, Socorro e Resgate, Lazer e Desenvolvimento Social)².

Essas informações estão disponíveis para o período 1991-2007, o que possibilita construção de série histórica para cada uma das variáveis.

- Elaboração e publicação no sítio do Observatório dos Técnicos em Saúde do documento “Metodologia de Construção do BEP Saúde Tecnólogos”.
- Elaboração e publicação no sítio do Observatório dos Técnicos em Saúde do “Quadro de Padronização dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde”.
- Elaboração e publicação no sítio do Observatório dos Técnicos em Saúde de instrutivo para uso do tabnet – BEP Saúde Tecnólogos, de modo a possibilitar a construção de tabelas pelos usuários.
- Atualização do BEP Saúde Tecnólogos com dados relativos aos Censos da Educação Superior 2004 a 2007:
 - Contato com o INEP, recebimento e tratamento dos microdados relativos aos Censos da Educação Superior 2004, 2005, 2006 e 2007.

² Em 2006, foi editado pelo MEC o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/> que, na área da saúde, relaciona apenas os seguintes cursos: Gestão Hospitalar, Oftálmica, Radiologia, Segurança no trabalho e Sistemas biomédicos. No BEP Saúde Tecnólogos, optamos por apresentar os cursos que constam do Censo da Educação Superior, padronizando a denominação conforme “Quadro de Padronização dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde”, disponível em <http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/>.

- Atualização do BEP Saúde Tecnólogos com os dados dos Censos da Educação Superior a partir dos microdados do censo da educação superior 2004, 2005, 2006 e 2007.
- Validação dos bancos de dados sobre os tecnólogos em saúde, construídos a partir dos Censos de 2004, 2005, 2006 e 2007, junto às sinopses estatísticas divulgadas pelo INEP.
- Formatação dos bancos de 2004, 2005, 2006 e 2007 em SPSS³;
- Migração dos bancos de 2004, 2005, 2006 e 2007 de SPSS para DBF⁴;
- Inserção no Tabnet⁵, das bases relativas a 2004, 2005, 2006 e 2007.

1.2 Construção de série histórica sobre a formação de tecnólogos no Brasil (1994-2007)

- Consulta aos dados dos Censos da Educação Superior, 1994 a 2007;
- Montagem de banco de dados sobre a formação de tecnólogos no Brasil (2004 a 2007).

No **ANEXO II** encontram-se disponíveis tabelas que mostram a evolução no Brasil dos cursos superiores de tecnologia em geral e na saúde, no período 1991 – 2007, no que diz respeito a cursos, vagas, matrículas, inscrições, ingressos e concluintes, segundo a natureza jurídica e organização acadêmica das instituições ofertantes. Adicionalmente foram inseridas informações específicas sobre a formação de tecnólogos em saúde no estado do Rio de Janeiro.

2. Levantamento de documentos oficiais – leis, decretos, portarias, pareceres e resoluções – sobre a formação de tecnólogos em geral e na saúde.

³ Statistical Package for the Social Sciences www.spss.com.br

⁴ Formato de banco do dBASE.

⁵ Software de domínio público disponibilizado pelo DATASUS <http://w3.datasus.gov.br/tabnet/tabnet.php> utilizado para disponibilização de bases de dados via internet.

O objetivo do levantamento foi a identificação da forma como se explicitam as principais características da política de formação profissional nos cursos superiores de tecnologia. Especial menção merece a promulgação da Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008, que refletindo o Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, introduz alterações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

No **ANEXO III** encontra-se disponível o resultado completo do levantamento realizado.

**3. Análise das atas do Conselho Nacional de Saúde (CNS),
disponíveis em <http://conselho.saude.gov.br/>**

- Levantamento e análise das atas do CNS 1991 a 2008, de modo a identificar as sessões em que a formação de tecnólogos em saúde foi examinada pelo Conselho Nacional de Saúde. Destacam-se as seguintes atas como pertinentes ao estudo realizado:
 - Ata da reunião ordinária n. 40 de 19 e 20 de outubro de 1994,
 - Ata da reunião ordinária n. 121 de 3 e 4 de julho de 2002,
 - Ata da reunião ordinária n. 123 de 4 e 5 de setembro de 2002,
 - Ata da reunião ordinária n. 131 de 4 e 5 de junho de 2003,
 - Ata da reunião ordinária n. 139 de 4, 5 e 6 de fevereiro de 2004,
 - Ata da reunião ordinária n. 142 de 5 e 6 de maio de 2004,
 - Ata da reunião ordinária n. 143 de 2 e 3 de junho de 2004,
 - Ata da reunião ordinária n. 155 de 8 e 9 de junho de 2005,
 - Ata da reunião ordinária n. 165, de 10 e 11 de maio de 2006,
 - Ata da reunião ordinária n. 166 de 31 de maio e 01 de junho de 2006,
 - Ata da reunião ordinária n. 167, de 12 e 13 de julho de 2006.

4. Aprofundamento dos referenciais teórico-metodológicos e conceituais: definição dos referenciais e categorias de análise

- Revisão do projeto e redefinição das etapas metodológicas a serem seguidas. Dentre os procedimentos metodológicos destacam-se:

- Revisão bibliográfica e da produção acadêmica;
- Levantamento e análise de documentos;

No **ANEXO IV** encontra-se disponível o levantamento bibliográfico realizado, apresentando-se o resumo de cada referência encontrada.

- Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz do projeto de pesquisa “Dinâmica da formação de Tecnólogos em Saúde, no Brasil: Situação atual, tendências e a relação quantidade-qualidade” que emitiu parecer favorável ao andamento das atividades propostas.

5. Planejamento e Desenvolvimento dos Estudos de Caso

- Identificação da oferta de cursos de formação de tecnólogos em saúde, no Município do Rio de Janeiro.
- Definição dos critérios para escolha das instituições a serem objeto dos estudos de caso.
 - Pública (CEFET/RJ) – Curso de Formação de Tecnólogos em Segurança do Trabalho;
 - Privada (Universidade Estácio de Sá) – Curso de Formação de Tecnólogos em Radiologia
- Análise de documentos disponíveis sobre as duas instituições selecionadas, de modo a traçar um perfil preliminar dessas instituições.
- Discussão e definição das alternativas metodológicas para os estudos de caso a serem desenvolvidos na pesquisa (caracterização de instituições ofertantes de cursos de formação de tecnólogos na área da saúde: estruturação curricular, perfil dos alunos, do corpo docente e dos concluintes, no município do Rio de Janeiro). Optou-se, para o trabalho de campo, pela utilização de questionários, entrevistas e grupos focais.
- Análise e discussão de exemplos de instrumentos de pesquisa qualitativa (roteiros de grupos focais e entrevistas, questionários, roteiros de observação de campo) adotados em diferentes pesquisas de cunho quali-quantitativo.

- Definição dos instrumentos de pesquisa qualitativa - roteiros de grupos focais e entrevistas, questionários, roteiros de observação de campo.

No **ANEXO V** encontram-se disponível os questionários e roteiros de entrevistas elaborados para o desenvolvimento dos estudos de caso.

- Apreciação do processo de Avaliação do SINAES. Análise dos bancos de dados do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e do Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior, disponibilizados pelo INEP (www.inep.gov.br), de forma a identificar informações pertinentes ao desenvolvimento dos estudos de caso.
 - de Instituições de Ensino Superior e de Cursos de Graduação (feita pela Comissão de Avaliação do INEP/MEC);
 - de auto-avaliação institucional (feita pela própria IES);
 - ENADE (avaliação dos ingressantes e egressos dos Cursos);

No **ANEXO VI** encontram-se disponíveis a transcrição na íntegra das entrevistas realizadas.

6. *Planejamento e realização de ETAC (Entrevista Telefônica Assistida por Computador)*

- Discussão e construção de instrumentos de pesquisa.
- Montagem da estrutura física para o desenvolvimento da ETAC concluída: compra de computadores e instalação de mobiliário.
- Opção pelo uso do programa estatístico CSPPro e o Programa R de domínio público, para o tratamento dos dados.
- Definição do perfil dos entrevistadores.
- Realização de pesquisa piloto, implantando o uso dessa metodologia e tendo como base os egressos do curso de segurança do trabalho do CEFET-RJ, com o intuito de complementar os dados constantes no Censo da educação Superior, no que diz respeito à caracterização dos egressos (suas principais características e inserção profissional),

servindo como um procedimento piloto para uma pesquisa mais abrangente a ser realizada sobre os Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde no Brasil.

No **ANEXO VII** encontra-se disponível o questionário aplicado para egressos que concluíram ou desistiram do curso superior de tecnologia em segurança do trabalho do CEFET/RJ.

7. Participação em eventos científicos

- *IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Compromisso da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Direito à Saúde*. Recife-PE: 31 a 04/11/2009.
- *I Convención Internacional Tecnología t Salud – Por la salud de los pueblos*. Havana, Cuba: Instituto Superior de Ciencias Médicas de La Habana, Facultad de Tecnología de la Salud, 2009.
- *III Seminário dos Projetos Integrados UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz - O tempo do capital e do trabalho no Brasil de 2008: entre o Pré-sal e a crise globalizada*. Rio de Janeiro: Projetos Integrados UERJ – NEDDATE/UFF – EPSJV/FIOCRUZ, 2008.

8. Publicações ⁶

- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. O ensino como negócio: a expansão da oferta dos cursos de formação de tecnólogos em saúde no Brasil. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, V. 7, suplemento. p. 175-190, 2009.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. A (in)definição do perfil do tecnólogo em saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva (ISSN1413-8123) – Anais do IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*.

⁶ No **ANEXO VIII** estão disponíveis as principais publicações.

- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. Formação de tecnólogos em saúde no Brasil: (Des)continuidades da política de educação profissional tecnológica. *Revista Ciência e Saúde Coletiva* (ISSN1413-8123). Anais do IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. El carácter privado de la expansión de la oferta de los cursos de formación de tecnólogo en salud, en Brasil – La enseñanza como negocio. *Anais do I Convención Internacional Tecnología t Salud – Por la salud de los pueblos*. Havana, Cuba: Instituto Superior de Ciencias Médicas de La Habana, Facultad de Tecnología de la Salud, 2009.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. Expansão da oferta de formação de tecnólogos em saúde no Brasil – mercantilização do ensino e dualidade. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (coord.) *Caderno de resumo dos trabalhos do III Seminário dos Projetos Integrados UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz - O tempo do capital e do trabalho no Brasil de 2008: entre o Pré-sal e a crise globalizada*. Rio de Janeiro: Projetos Integrados UERJ – NEDDATE/UFF – EPSJV/FIOCRUZ, 2008.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. Expansão da oferta de formação de tecnólogos em saúde no Brasil – mercantilização do ensino e dualidade. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (coord.) *Anais do III Seminário dos Projetos Integrados UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz - O tempo do capital e do trabalho no Brasil de 2008: entre o Pré-sal e a crise globalizada*. Rio de Janeiro: Projetos Integrados UERJ – NEDDATE/UFF – EPSJV/FIOCRUZ, 2009. (no prelo).

- CAMPELLO, Ana Margarida. Entrevista (baseada nos dados levantados na pesquisa). IN: RODRIGUES, Talita. Cresce oferta de cursos tecnológicos na educação superior. Notícia. IN: *Portal da EPSJV/FIOCRUZ*. 12/02/2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Destques=0&Num=331>
- _____ . Entrevista (relacionada a cooperação técnica e a aula inaugural da coordenadora na Escola de Tecnologias em Saúde em Costa Rica). RODRIGUES, Talita. Costa Rica e EPSJV estudam nova cooperação técnica. Notícia. IN: *Portal da EPSJV/FIOCRUZ*. 31/03/2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=NoticiaInterna&Destques=0&Num=44>
- _____ . Entrevista (baseada nos dados levantados na pesquisa). MATHIAS, Maíra. Os números da Educação Profissional em Saúde - Banco de Dados apresenta perfil de técnicos e tecnólogos no Brasil (entrevista com Ana Margarida Campello e Júlio Lima). IN: Revista Poli - Saúde, Educação, Trabalho edição número 3 (janeiro/fevereiro de 2009). Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R4.pdf>
- _____ . Entrevista (baseada nos dados levantados na pesquisa). MATHIAS, Maíra. Banco de dados apresenta perfil de técnicos e tecnólogos em saúde no Brasil (entrevista com Ana Margarida Campello e Júlio Lima). IN: Portal da Agência Fiocruz Notícias – Saúde e ciência para todos. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=2430&sid=9>

9. Apresentação de trabalhos

- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. A (in)definição do perfil do tecnólogo em saúde. IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Recife – PE, novembro 2009.

- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. Formação de tecnólogos em saúde no Brasil: (Des)continuidades da política de educação profissional tecnológica. IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Recife – PE, novembro 2009.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. El carácter privado de la expansión de la oferta de los cursos de formación de tecnólogo en salud, en Brasil – La enseñanza como negocio. *I Convención Internacional Tecnología t Salud – Por la salud de los pueblos*. Havana, Cuba: Instituto Superior de Ciencias Médicas de La Habana, Facultad de Tecnología de la Salud, 2009.
- CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia; CANDEIAS, Marcio; DE SETA, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana. Expansão da oferta de formação de tecnólogos em saúde no Brasil – mercantilização do ensino e dualidade. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (coord.). *III Seminário dos Projetos Integrados UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz - O tempo do capital e do trabalho no Brasil de 2008: entre o Pré-sal e a crise globalizada*. Rio de Janeiro: Projetos Integrados UERJ – NEDDATE/UFF – EPSJV/FIOCRUZ, 2009.

ANEXO I – PROJETO DE PESQUISA

DINÂMICA DA FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS EM SAÚDE, NO BRASIL: Situação atual, tendências e a relação quantidade-qualidade

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar a situação atual e as tendências da oferta, em termos quantitativos e qualitativos, dos cursos de formação de tecnólogos na área da saúde, no Brasil. A abordagem desse estudo é quanti-qualitativa. A partir dos dados disponibilizados pelos Censos da Educação Superior de 1991 a 2006, propõe-se construir série histórica que compreende a identificação do número de cursos, formações, dependência administrativa das instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes, de forma a caracterizar a situação atual e identificar e analisar as tendências da oferta de cursos de formação de tecnólogos em saúde, no Brasil. Com esta sistematização e análise das informações quantitativas pretende-se contribuir para a construção de banco de dados, a ser disponibilizado na página do Observatório dos Técnicos em Saúde (<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/>) de forma a subsidiar estudos, pesquisas, políticas e ações de formação tecnológica em saúde. Além disso, serão realizados estudos de caso, abrangendo a caracterização das instituições ofertantes, as concepções político-pedagógicas da estruturação curricular, perfil dos alunos, do corpo docente e dos concluintes dos cursos de formação de tecnólogos em saúde, em desenvolvimento no município do Rio de Janeiro, de forma a questionar especificamente a concepção “imediatamente interessada” da formação de tecnólogos em saúde. Entende-se a relação quantidade qualidade como par dialético na construção do objeto de estudo. Pretende-se reconhecer possíveis continuidades e/ou rupturas na orientação política adotada pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva para a área educacional e, mais especificamente, no que diz respeito à formação de tecnólogos em saúde. Procura-se captar as mediações que relacionam a formação de tecnólogos em saúde com a totalidade social, o que envolve a análise dos determinantes sociais, políticos e econômicos das reformas educacionais, empreendidas no Brasil, a partir dos anos finais da década de 1990.

Palavras-chave: formação de tecnólogos, cursos superiores de tecnologia, saúde, educação profissional e tecnológica

1. INTRODUÇÃO

Este projeto está inserido no esforço de produção do conhecimento sobre a formação técnico-profissional em saúde, empreendido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da FIOCRUZ e, mais especificamente, pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde⁷ do Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde (LATEPS) que, desde 2001, desenvolve estudos e pesquisas sobre o trabalho técnico, a formação técnico-profissional e as políticas sociais de educação e saúde no Brasil.

Este projeto está definido no contexto mais geral de discussão da mudança de configuração da educação escolar brasileira a partir dos anos finais da década de 1990. Pretende-se, assim, analisar a política dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no que diz respeito especificamente à educação profissional e tecnológica, a partir das tendências e da oferta atual do sistema educativo na formação de tecnólogos na área da saúde, compreendidas no âmbito do movimento de elevação do patamar de escolaridade da formação técnico-profissional, que adquire características muito específicas nas reformas educacionais dos anos 1990, no Brasil.

Desse modo, a investigação das questões relativas à formação de tecnólogos na área da saúde é aqui entendida como mediação do estudo dos determinantes políticos, sociais e econômicos das reformas educacionais empreendidas no referido período, no que diz respeito à formação profissional e tecnológica e, mais especificamente, como mediação dos mecanismos de redefinição da educação profissional e tecnológica e de flexibilização do ensino superior no Brasil.

2. OBJETO DE ESTUDO

Estudar a política educacional implica reconhecer as funções do sistema educacional sob o capitalismo. Implica entender a política educacional no conjunto das políticas do Estado no campo social. Saviani (1998, p. 2) explica que a política

⁷ A Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde da EPSJV/FIOCRUZ participa da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Brasil (ROREHS), tendo a especificidade de seu trabalho definida pelo fato de que o conjunto dos estudos e pesquisas desenvolvidos estão direcionados para o trabalho técnico e a formação técnico-profissional em saúde. A ROREHS é regulamentada pelo Ministério da Saúde e compõe um projeto de âmbito continental da OPAS (Organização Panamericana de Saúde). O propósito geral da Rede é propiciar a ampliação do acesso a informações e análises sobre recursos humanos de saúde no Brasil, de forma a facilitar a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas setoriais no campo da educação e trabalho em saúde.

econômica impulsionada pelo Estado na sociedade capitalista favorece os interesses privados sobre os interesses da coletividade, configurando-se assim o caráter anti-social da política econômica e que, contraditoriamente, atua no sentido de desestabilizar a ordem capitalista. Para contrabalançar esses efeitos e apoiar a consolidação da ordem capitalista é que se produz, no âmbito do Estado, a “política social”, abrangendo ações nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicações e educação”⁸.

Cunha (2000) analisa as transformações que aconteceram nas décadas de 1980 e 1990 na educação técnico-profissional no Brasil, Chile e Argentina, ressaltando, entre seus determinantes, os de natureza econômica, resultantes da incorporação de novas tecnologias tanto na produção de bens e serviços, quanto nas organizações públicas e privadas. Segundo o autor,

a abertura dos mercados e o fim das políticas nacionais protecionistas têm levado muitos países latino-americanos a reformarem suas políticas educacionais com vistas a aumentar a produtividade dos trabalhadores a fim de enfrentar a competição internacional em condições menos desvantajosas – quiçá mais vantajosas.

A despeito das peculiaridades nacionais, no entanto, as formas de enfrentamento dessa nova situação ao que parece são bastante semelhantes nos países analisados pelo autor. A partir da análise da política do BIRD sobre Educação Técnica e Profissional, o autor ressalta o item destinado à “separação da educação e da capacitação” e também as recomendações para que a formação profissional seja concentrada no final da educação secundária, uma “diferenciação para cima”⁹ do nível secundário até o pós-secundário para a formação de técnicos e tecnólogos.

Tendo como ponto de partida a promulgação da Lei n. 9.394/96, que estabeleceu diretrizes e bases para a educação nacional, uma série de reformas atingiu todo o sistema educacional brasileiro. Os documentos da reforma da

⁸ Singer (1981, p. 21) examina a origem e evolução histórica dos Serviços de Saúde, uma entre outras políticas sociais do Estado capitalista, e situa a intervenção do Estado em um contexto em que “torna-se claro que a reprodução do capital passou a ‘necessitar’ de Serviços de Saúde verdadeiramente eficazes. O seu papel passou a ser – pois não o era antes – o de garantir a reprodução da capacidade de trabalho”.

⁹ Movimento semelhante de “diferenciação para cima” aconteceu nos anos 1940, quando da transformação em escolas técnicas das escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909, para a educação profissional de “órfãos e desvalidos da fortuna”. A essa mudança assim se refere Fonseca (1986, v. 2, p. 26): “Sua categoria subiu de nível: passou do elementar, para o segundo grau. A filosofia que lhe era peculiar e que o acompanhava havia séculos, destinando-o aos pobres, deserdados da sorte, evoluiu, transformando-o num imenso campo de atividades aberto a todas as camadas sociais. Os obstáculos que impediam o acesso aos cursos superiores foram afastados, e o ensino industrial, assim democratizado.”

educação profissional, no governo Fernando Henrique Cardoso, reforçam de diversas maneiras a concepção adotada, uma educação “imediatamente interessada”. A educação profissional destina-se à qualificação e requalificação do trabalhador, de modo a aumentar a sua produtividade. Ela comporta uma concepção de formação para o trabalho destinada apenas “aos que dela necessitam”.

No entendimento das reformas, decorrentes da Lei n. 9.394/96, a educação profissional é preferencialmente pós-básica. Posterior ao ensino médio, que adquire um caráter marcadamente profissionalizante, o ensino técnico, na sua forma seqüencial, serviria especialmente àqueles alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas que, tendo conseguido sobreviver aos mecanismos de seleção e exclusão do sistema educacional, seriam, mais uma vez, desviados do acesso ao ensino superior e formados de acordo com as “exigências dos setores produtivos”, para serem encaminhados ao mercado de trabalho.

No nível superior, desviando do acesso às carreiras nobres, como um atrativo para aqueles que não se contentam com o diploma de técnico, acena-se, na educação profissional, com o “nível tecnológico” que “corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica”.

A “diferenciação para cima” da reforma da educação profissional nos anos 1990 não indica apenas uma elevação do patamar de escolaridade na formação técnico-profissional, mas a criação de um subsistema de ensino superior. Ao tomar como modelo de instituições de ensino superior a serem criadas no Brasil os *community college* americanos, Castro (2000, p. 15) desnuda os fundamentos das reformas educacionais dos anos 1990 ao evidenciar, sem meias palavras, os objetivos e finalidades dessas instituições: “remendar a péssima educação oferecida” no nível secundário pelos Estados Unidos, “único país rico com graduandos semi-analfabetos” nesse nível de ensino e que, por isso, teriam sido “obrigados a criar um subsistema de ensino superior”, destinado aos pobres e estanke no seu paralelismo, onde é proibida a existência de “passarelas” para a graduação plena, daí, sempre segundo o autor, esse modelo ser muito importante para o Brasil” (p. 12).

A análise da reforma da educação profissional, no governo Fernando Henrique Cardoso, e da implantação do subsistema de educação profissional remete não apenas às mudanças do ensino médio promovidas pelas reformas educacionais

dos anos 1990, mas também à criação de uma dualidade de instituições e concepções de curso no ensino superior.

Para avançar nesta análise, é fundamental resgatar o fato de que os cursos superiores de tecnologia não são uma invenção das reformas dos anos 1990. Esses cursos já estavam previstos pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e, em seu artigo 23, prevê a possibilidade de sua flexibilização pela oferta de modalidades diferentes de cursos “a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho” e em seu parágrafo primeiro determina que “serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior”.

Está em jogo, desde os anos sessenta, a concepção de educação superior e sua flexibilização. A diferença de finalidades entre a formação de tecnólogos e o ensino superior fica clara, na política dos anos 1990, principalmente, na análise dos Pareceres CNE/CES n. 436/2001 e CNE/CP n. 29/2002. No primeiro¹⁰ desses pareceres, o Conselho Nacional de Educação afirma o entendimento de que “os Cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação com características especiais, bem distintos dos tradicionais”. O Parecer CNE/CP n. 29/2002¹¹ dá origem à Resolução CNE/CP n. 3/2002 que, em seu artigo primeiro, estabelece a finalidade dos cursos superiores de tecnologia, na forma que segue:

A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Esta mesma Resolução do Conselho Nacional de Educação estabelece, em seu artigo segundo, que os “os cursos de Educação Profissional de Nível Tecnológico serão designados como Cursos Superiores de Tecnologia” e ratifica, em seu artigo quarto, o entendimento de que os cursos superiores de tecnologia são “cursos de graduação com características especiais”.

A análise dos Pareceres acima referidos evidencia, uma progressiva redefinição da política dos anos 1990 com relação aos cursos de formação de tecnólogos que, inicialmente, definidos no Decreto n. 2.208/97 (art. 3º) como um dos

¹⁰ Relatam o Parecer CNE/CES n. 436/2001, os Conselheiros Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Antonio MacDowel de Figueiredo e Vilma de Mendonça Figueiredo.

¹¹ O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão é o relator do Parecer CNE/CP n. 29/2002.

níveis da educação profissional, vão progressivamente se reconfigurando como uma flexibilização do ensino superior brasileiro. A esse respeito, o Parecer CNE/CP n. 29/02 é bastante claro ao indicar a necessidade de superar as “incongruências” dos Decretos n. 2.208/97 e 2.406/97, de forma a “não cair na tentação de caracterizar uma educação tecnológica tão diferente das demais formas de educação superior que se torne um ser à parte da educação superior, como um quisto a ser extirpado futuramente”, reafirmando que o “nível tecnológico da educação profissional integre-se à educação superior e regula-se pela legislação referente a esse nível de ensino”.

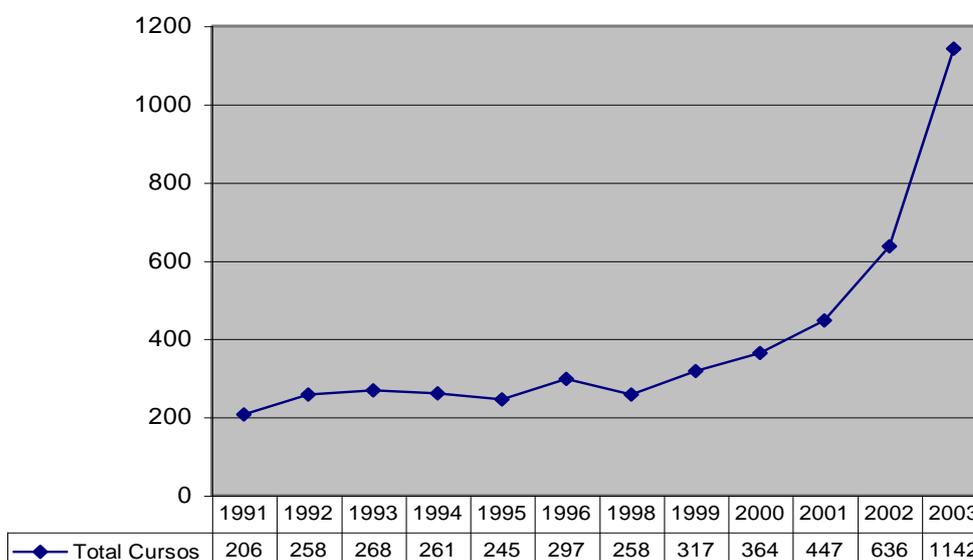
A ênfase da política, a partir do final dos anos 1990, na ampliação da oferta dos cursos superiores para formação de tecnólogos pode ser claramente percebida no Gráfico 1, a seguir, que, com base nos resultados dos Censos da Educação Superior, apresenta a evolução da oferta desses cursos, de 1991 a 2003. Entre 1991 e 1998, percebe-se uma relativa estabilidade em sua oferta. A partir de 1999, no entanto, esta entra em um processo inicialmente lento de expansão e, posteriormente caracterizado por um crescimento exponencial, notadamente a partir de 2001. No Censo da Educação Superior de 2003, o número de cursos de formação de tecnólogos oferecidos (1.142) é mais de quatro vezes superior ao total de cursos (258) informado em 1998.

A análise dos dados do gráfico 1¹² indica que essa expansão se verifica entre 1999 e 2002, período que corresponde ao segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e se intensifica fortemente em 2003, primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa expansão verificada em 2003 é resultado ainda de medidas tomadas no governo Fernando Henrique Cardoso, ou traduzem também a direção da política do novo governo? Para uma resposta a essa questão é preciso investigar a política do governo Luiz Inácio Lula da Silva, tanto em termos de sua formulação, quanto a partir dos dados de sua implementação.

¹² Os dados quantitativos trabalhados, neste projeto, tomam como base o tratamento das informações, realizado pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde (EPSJV/FIOCRUZ), a partir da base de dados dos Censos da Educação Superior (1991 a 2003), fornecida pelo INEP.

Gráfico 1

Evolução da oferta de cursos de formação de tecnólogos – Brasil, 1991 a 1996 e 1998 a 2003¹³



Fonte: Censo Educação Superior, 1991 – 1996 e 1998 – 2003.

A análise da distribuição dos cursos de formação de tecnólogos, por área de formação, mostra que, em 1998, 32% eram cursos de Processamento de Dados; 14% de Turismo, 11% de Secretariado Executivo; 7% de Análise de Sistemas; 5% de Zootecnia e os demais 31% de outras modalidades, entre os quais incluem-se os cursos da área da Saúde (Parecer CNE/CES n. 436/01). Percebe-se que, na área da Informática, com os cursos de Processamento de Dados e Análise de Sistemas, concentravam-se, em 1998, quase 40% dos cursos de formação de tecnólogos. Segundo o CNE,

Inicialmente, a presença do tecnólogo se fez sentir nos campos relacionados com a engenharia mecânica e a de construção. Posteriormente, verificou-se que havia espaço para a atuação de tecnólogos nas áreas de eletroeletrônica, na informática e na biotecnologia e, mais recentemente, nos vários setores de prestação de serviços (Parecer CNE/CP n. 29/2002).

O Gráfico 2, a seguir, apresenta a evolução da oferta dos cursos de formação de tecnólogos na área da saúde. Ressalta-se que, em 1998, o Censo da Educação Superior registra o oferecimento de apenas quatro cursos de formação de

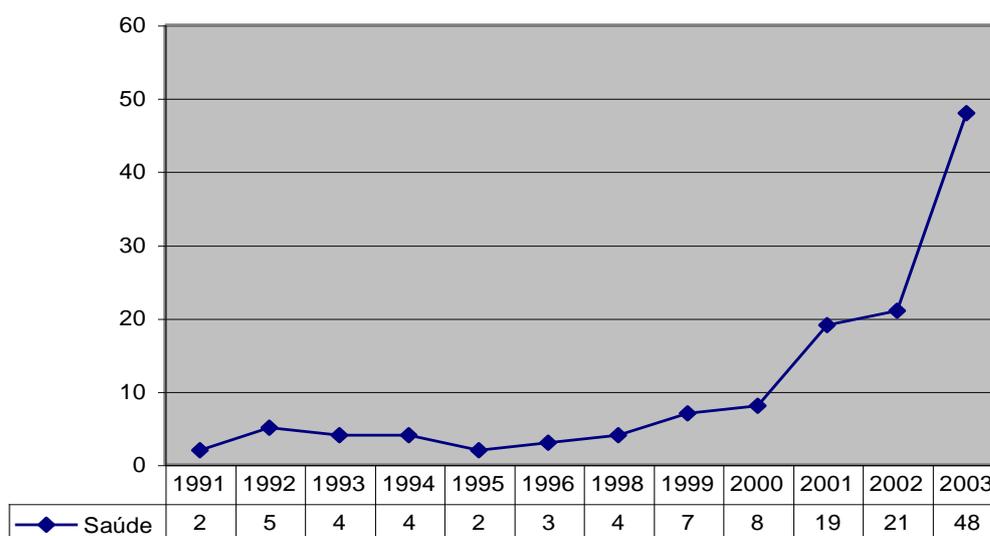
¹³ Não estão disponíveis os dados relativos à oferta de cursos de formação de tecnólogos no ano de 1997.

tecnólogos na área da Saúde em todo o Brasil. A partir de 1999, essa oferta começa a se multiplicar, de tal forma, que em 2003, já estão em desenvolvimento 48 cursos de formação de tecnólogos na área da Saúde.

Comparando-se os dados apresentados nos gráficos 1 e 2, percebe-se que a curva de evolução da oferta dos cursos da área da Saúde é bastante semelhante à expansão total dos cursos de formação de tecnólogos analisada no Gráfico 1. Essa oferta começa a crescer a partir de 1999, mas se intensifica principalmente nos primeiros anos do século XXI. Além disso, a análise dos dados indica um crescimento relativo maior da área da Saúde, cujos cursos representavam em 1998, 1,5% do total, enquanto que em 2003 são responsáveis por 4,2% do total de cursos de formação de tecnólogos registrados.

Gráfico 2

Evolução da oferta de cursos de formação de tecnólogos na área da Saúde – Brasil, 1991 a 1996 e 1998 a 2003¹⁴



Fonte: Censo Educação Superior, 1991 – 1996 e 1998 – 2003.

Para além das questões mais gerais levantadas sobre a formação de tecnólogos como flexibilização do ensino superior pela oferta de cursos curtos, de formação imediatamente interessada e que desvinculam teoria e prática, a especificidade do trabalho em saúde levanta questões próprias dessa área com relação à formação de tecnólogos. A esse respeito, destaque: Kruse e Santana (2005), analisando a subárea

¹⁴ Não estão disponíveis os dados relativos à oferta de cursos de formação de tecnólogos na área de Saúde para o ano de 1997.

enfermagem, argumentam que a necessidade de bases sólidas, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista humanista, na formação do trabalhador em nível superior da área da saúde não lhes parece compatível com uma proposta de formação voltada apenas para o trabalho e concluem que as diretrizes de formação de tecnólogos não lhes parecem aplicáveis à área da saúde¹⁵.

Em parecer encaminhado ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em 24 de junho de 2002, a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos entende ser a proposta de formação de tecnólogos na área da saúde “inequivocamente controversa” e solicita que o CNS recomende ao CNE que “pelo menos na área da saúde esta proposta não seja aplicada”.

Apesar da controvérsia que provocam, a análise dos dados da oferta de cursos de formação de tecnólogos (gráficos 1 e 2) evidencia que os Cursos Superiores de Tecnologia vão, gradativamente, ocupando um espaço cada vez mais significativo na educação superior brasileira. Nessa mudança de configuração da educação escolar brasileira está em jogo a discussão sobre a flexibilização da educação superior, os riscos de se pensar a educação a partir do sistema produtivo e de uma relação linear entre formação e demandas do mercado de trabalho. Além disso, a partir das peculiaridades inerentes ao processo de trabalho em saúde questiona-se também a formação de tecnólogos na área da saúde.

O presente projeto nasce da constatação desse processo de mudança de configuração da educação escolar brasileira, no que diz respeito especificamente ao desenvolvimento de cursos de formação de tecnólogos e interroga-se sobre os determinantes e as estratégias da política educacional de formação profissional e tecnológica adotada no Brasil a partir dos anos finais da década de 1990. Propõe-se um duplo movimento no sentido de analisar a política na sua formulação e na sua implementação, estudando-se especificamente as tendências e a situação atual da formação de tecnólogos na área da saúde.

3. QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

1) Quais as finalidades e especificidades das políticas educacionais dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no que diz respeito aos

¹⁵ Levantamentos preliminares no banco de dados da educação profissional técnica e tecnológica em saúde não registram a oferta de cursos de formação de tecnólogos nas seguintes subáreas: biodiagnóstico, enfermagem, farmácia, hemoterapia, e vigilância sanitária.

cursos de formação de tecnólogos? Há continuidade ou ruptura na formulação dessas políticas?

2) O que caracteriza a formação de tecnólogos na área da Saúde? Como vem se estruturando, em termos de diretrizes e de concepção de cursos?

3) Como se caracteriza quanti-qualitativamente a situação atual da formação de tecnólogos em saúde no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro?

4. OBJETIVOS

3. OBJETIVO GERAL

Investigar a natureza, a política e os mecanismos de implementação dos cursos superiores de tecnologia, na área da Saúde, como mediação do estudo de relações mais complexas que envolvem os determinantes das reformas educacionais empreendidas no Brasil, a partir dos anos finais da década de 1990.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as tendências do sistema educativo para a formação de tecnólogos, na área da Saúde, a partir dos anos finais da década de 1990 considerando as diferentes políticas para o setor, implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

- Identificar e caracterizar a situação atual: número de cursos, formações profissionais, instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes dos cursos de formação de tecnólogos em Saúde, no Brasil.

- Caracterizar a oferta de cursos de formação de tecnólogos, na área da Saúde, no município do Rio de Janeiro, em termos de organização dos cursos, estruturação curricular, instituições ofertantes, perfil dos alunos, do corpo docente e de seus concluintes.

5. REFERENCIAIS TEORICOS¹⁶

A relação quantidade-qualidade parece desvendar a “charada” das reformas educacionais dos anos 1990 que aliam a uma retórica da democratização do acesso ao sistema educacional, medidas claras e explícitas de redefinição qualitativa da

¹⁶ A questão teórico-metodológica da reconstrução histórica e das mediações que utilizo para construção deste item, encontra-se, originalmente, em Campello (2005).

oferta educacional. A realização pelo sistema educacional de sua função de “aparelho privado de hegemonia” concretiza-se nos anos 1990, portanto, pelo alargamento da pirâmide educacional, principalmente no ensino médio, mas também no ensino superior. A sociabilização dos jovens no novo modo de ser do sistema capitalista necessita da escola para se concretizar, daí a ênfase na ampliação do acesso à escola e na redefinição da qualidade da ação educativa no sentido de sua subsunção ao sistema produtivo. A formação, pela escola, tem seu foco dirigido ao atendimento das necessidades do setor produtivo.

É nesse sentido que a relação quantidade-qualidade é aqui definida como categoria de análise das reformas educacionais dos anos 1990, entendendo que essa relação é essencial na identificação das mediações que permitem descrever a particularidade desse objeto de estudo, uma vez que “é no campo da particularidade que se situam as mediações, determinações sociais que permitem ir do singular ao universal, não como objeto genérico, abstrato, mas na sua essência, na concretização (pensado concreto) de suas múltiplas relações como ser histórico-social” (CIAVATTA, 2001, p. 137). Ao definir a formação de tecnólogos em saúde como objeto de estudo entendemos que é preciso identificar as mediações que lhe dão sentido. Apenas descrever esse processo, tomando-o como parte isolada e sem dinamismo da política e da reestruturação da educação brasileira, não lhe dá sentido, nem capta, seja seu movimento interno e contraditório de desenvolvimento, seja seu movimento de ligação e interação com os fenômenos que o rodeiam. Por isso, destaca-se aqui a relação quantidade-qualidade como categoria fundamental de construção deste projeto e enfatiza-se a necessidade de estudar aspectos quantitativos e qualitativos da formação de tecnólogos na área da Saúde.

Cada objeto de estudo tem, necessariamente, sua forma própria e peculiar de construção. Não existem regras, técnicas e instrumentos que em seu conjunto constituiriam o método ou uma receita metodológica que garantiria essa construção. O fundamental é tentar perceber concretamente como se produziu socialmente o fato ou fenômeno social que se está estudando. Para isso, para perceber quais as “leis sociais”, históricas, quais as forças reais que o constituem enquanto tal, é preciso percebê-lo tanto em sua sincronicidade quanto em sua diacronicidade – os fatos ou as políticas anteriores, o caráter histórico do objeto investigado (FRIGOTTO, 1994).

Na discussão sobre qualquer um dos níveis do sistema educacional, do ensino infantil ao ensino superior, passando pelo ensino técnico e a educação profissional, hoje como ontem, o senso comum contrapõe quase sempre quantidade e qualidade. A expansão ou democratização do ensino parece que se faz “em detrimento de uma certa qualidade”, o crescimento quantitativo do sistema público de ensino parece estar sempre acompanhado pelo aligeiramento da oferta educativa e pela deterioração de suas condições de funcionamento, de forma a manter a “estrutura diferencial de distribuição dos benefícios escolares” (BOURDIEU, 1998).

Para Bourdieu (1998, p. 221), a escola seria uma “espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção”. A partir da análise da ampliação do acesso ao ensino secundário – na França, no final dos anos 1960 – ressalta a mudança no sistema escolar, instaurada com a chegada de novas clientelas, de modo a que seja mantida “a estrutura da distribuição diferencial dos benefícios escolares e dos benefícios sociais correlativos (...), mediante uma translação global das distâncias”. Em outras palavras, na sua análise, o acesso das crianças dos meios populares à escola e aos níveis mais elevados do sistema de ensino é acompanhado por uma modificação do valor econômico e social dos diplomas, havendo uma desvalorização gradativa dos diplomas num movimento que acompanha essa ampliação do acesso à escola.

Kuenzer (2002) ao analisar as reformas educacionais dos anos 1990 no Brasil, aponta a existência de uma lógica de “inclusão-excludente”, ou seja, as estratégias de ampliação quantitativa da oferta promoveriam uma inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não corresponderiam os necessários padrões de qualidade de modo a permitir “a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo”. Essa lógica da “inclusão-excludente” seria segundo a autora, a lógica que do ponto de vista da educação, corresponderia dialeticamente a uma outra lógica que no sistema produtivo agiria na direção contrária. Do ponto de vista do mercado, a autora afirma a existência de um processo de “exclusão-includente”, que promove a exclusão do trabalhador do mercado formal, onde ele tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho e sua inclusão em formas de trabalho precarizado.

A relação quantidade-qualidade parece desvendar a “charada” das reformas educacionais dos anos 1990 que aliam a uma retórica da democratização do acesso

ao sistema educacional, medidas claras e explícitas de redefinição qualitativa da oferta educacional. A realização pelo sistema educacional de sua função de “aparelho privado de hegemonia” concretiza-se nos anos 1990 pelo alargamento da pirâmide educacional, principalmente no ensino médio, mas também no ensino superior. A sociabilização dos jovens no novo modo de ser do sistema capitalista necessita da escola para se concretizar, daí a ênfase na ampliação do acesso à escola e na redefinição da qualidade da ação educativa no sentido de sua subsunção ao sistema produtivo. A formação, pela escola, tem seu foco dirigido ao atendimento das necessidades do setor produtivo.

É nesse sentido, portanto, que a relação quantidade-qualidade é aqui definida como categoria de análise, entendendo-se que essa relação é essencial na identificação das mediações que permitem construir a particularidade desse objeto de estudo.

6. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, opta-se pela conjugação de métodos quantitativos e qualitativos na construção do objeto de estudo. Entende-se a relação quantidade-qualidade como um par dialético, de forma a superar a dicotomia que muitas vezes se estabelece, na prática, entre estes dois tipos de abordagem. Desse modo, são relevantes tanto os dados objetivos ou numéricos quanto os significados subjetivos do fenômeno estudado (MINAYO, 2004).

Será realizada uma análise de nível macro, com vistas a produzir um mapeamento da oferta de cursos tecnológicos na área da saúde, de abrangência nacional, utilizando-se, para tanto, os Censos da Educação Superior de 1991 a 2006. Concomitantemente, se procederá a um estudo de caso no Rio de Janeiro, envolvendo uma instituição pública e uma privada, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a formação de tecnólogos em saúde. Esses estudos de caso fornecerão subsídios para uma nova etapa da pesquisa de nível nacional que complementarmente o mapeamento inicialmente realizado com base nos dados censitários. Nessa dinâmica a análise oscila entre o todo e as partes, que se esclarecem mutuamente.

Pretende-se, ainda, por meio de estudo comparado das políticas para a educação tecnológica dos governos FHC e Lula, perceber diferenças e

semelhanças, continuidades e descontinuidades entre elas buscando-se, assim, mediações que expliquem as mudanças verificadas na evolução dos cursos em pauta a partir dos anos finais da década de 1990.

Dentre os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos, destacam-se:

- Revisão bibliográfica e da produção acadêmica;
- Levantamento e análise de documentos;
- Levantamento e análise de dados censitários, especificamente os da Educação Superior de 1991 a 2006, série histórica que permite a identificação do número de cursos, formações, dependência administrativa das instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes;
- Estudo de caso¹⁷ envolvendo uma instituição pública e outra privada no Estado do Rio de Janeiro, realizando-se entrevistas individuais semi-estruturadas e grupos focais¹⁸, e observação direta nos estabelecimentos educacionais selecionados.
- Realização de *survey* por meio de ETAC¹⁹ (Entrevista Telefônica Assistida por Computador) de modo a complementar os dados do Censo da educação Superior, no que diz respeito à caracterização da oferta de Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde no Brasil, em termos nacionais;

¹⁷ As instituições que serão objeto do estudo de caso serão definidas após o mapeamento da oferta de Cursos Superiores de Tecnologia na área da Saúde, em desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro, com base no Censo da Educação Superior-2006. Após a identificação das instituições se procederá à apresentação do projeto de pesquisa e ao pedido de autorização para realização do trabalho de campo. Em anexo, roteiro para desenvolvimento do estudo de caso.

¹⁸ Considera-se o grupo focal como uma adequada técnica de pesquisa para buscar respostas aos “porquê” e “como” dos comportamentos sociais. É uma fonte de informação para se entender as atitudes, crenças e valores de um grupo ou de uma comunidade relacionada aos aspectos específicos que se quer estudar. Esta técnica constitui-se em um dos principais instrumentos dos métodos de indagação rápida, desenvolvida para obter informação em profundidade em curto espaço de tempo.

Prevê-se, inicialmente, a realização de grupos focais com alunos dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde das instituições selecionadas para serem objeto de estudo de caso. Professores e coordenadores desses cursos deverão responder a entrevistas. Os roteiros para realização dos grupos focais e das entrevistas encontram-se em fase de elaboração.

¹⁹ A ETAC é um método alternativo de coleta de dados por telefone e em frente ao computador.

Permite que as entrevistas tenham um processamento mais rápido que aquelas realizadas por meio de questionários convencionais. Destaca-se o fato de o entrevistador poder realizar múltiplas tarefas (entrevista, digitação de dados e codificação) ao mesmo tempo. Além disso, há uma maior garantia de retorno das respostas, na medida em que os aplicadores interagem diretamente com os respondentes.

No caso deste projeto, as ETAC serão realizadas nas IES identificadas a partir do tratamento dos dados do Censo da Educação Superior – 2006. Os roteiros para realização das entrevistas deverão ser elaborados com base no desenvolvimento dos estudos de caso, etapa metodológica anterior ao desenvolvimento da ETAC.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Do desenvolvimento desta pesquisa deverá resultar, principalmente:

1. Relatório completo, disponibilizado em meio impresso e digital.
2. Organização de banco de dados da educação tecnológica em saúde.
3. Artigo sobre o estado da arte da formação de tecnólogos na área da saúde, no Brasil, a ser apresentado em congressos científicos.

8. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Procedimentos	Mês	Ag. 2008	Set. 2008	Out. 2008	Nov. 2008	Dez. 2008	Jan. 2009
Aprofundamento dos referenciais teóricos, metodológicos e conceituais							
Revisão da literatura e da produção acadêmica sobre formação de tecnólogos na área da saúde							
Levantamento e análise de documentos sobre formação de tecnólogos							
Levantamento e sistematização dos dados quantitativos constantes dos censos da educação superior sobre a formação de tecnólogos (1991 a 2006)							
Organização de Banco de Dados da Educação Tecnológica em Saúde (BEP SAUDE – Tecnólogo)							
Mapeamento da oferta de cursos de formação de tecnólogos em saúde, no município do Rio de Janeiro							
Estudo de caso de duas instituições (uma pública outra privada) localizadas no município do Rio de Janeiro. Realização de entrevistas com coordenadores e professores e realização de grupos focais com alunos.							
Realização de survey, por meio de ETAC: elaboração do questionário e realização das entrevistas							
Tratamento e análise dos dados sobre a formação de tecnólogos em saúde no Brasil							
Elaboração do relatório final							

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick, Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.). *Pierre Bourdieu – Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. *Decreto n. 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. *Decreto n. 2.406*, de 27 de novembro de 1997: Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8/12/1994, definindo atribuições e finalidades dos CEFETs.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL/MEC. *Educação Profissional: Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, s/d.
- BRASIL/MEC/CNE. *Parecer n. 16/99*. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.
- BRASIL/MEC/CNE. *Parecer n. 29/02*. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico.
- BRASIL/MEC/CNE. *Parecer n. 436/01*. Cursos superiores de tecnologia – formação de tecnólogos.
- BRASIL/MEC/CNE. *Resolução n. 3/92*. Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. *A “cefetização” das escolas técnicas federais: um percurso do ensino médio-técnico para o ensino superior*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2005.
- CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. *Dialética quantidade-qualidade e reforma da educação profissional: do ensino técnico integrado para a educação profissional de nível técnico, transformações e embates na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, projeto de pesquisa, 2003.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *Os Community Colleges: uma solução viável para o Brasil?* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.
- CIAVATTA, Maria e CAMPELLO, Ana Margarida. *Do discurso à imagem – fragmentos da história fotográfica da reforma do ensino médio técnico no CEFET Química*. Rio de Janeiro: UFF, mimeo., 2005.
- CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações IN: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria, *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CIAVATTA, Maria. *O trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)*. Rio de Janeiro: PUC. Tese de Doutorado. 1990.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile*. Texto apresentado no Seminário Nacional sobre Educação Profissional, promovido pela Flacso – Sede Brasil –, em Brasília, de 24 a 26 de julho de 2000.
- EPSJV/Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde (orgs.). *Trabalhadores técnicos em saúde: formação profissional e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Estação de Trabalho dos Técnicos em Saúde, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. *A formação do “cidadão produtivo”: da política de expansão do ensino médio-técnico nos anos 80 à política de fragmentação da educação profissional nos anos 90, entre discursos e imagens..* Niterói: UFF/Nedatte, Relatório de pesquisa, mimeo., 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano antecipado? *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPJSV, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Serie 1, Escola; v. 11)

GILOLO, J. A educação tecnológica superior no Brasil: os números de sua expansão. In: MOLL, J.; SAVEGNANI, P. (Orgs.). *Educação superior em debate: Universidade e mundo do trabalho*. Brasília: Inep, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética – a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Editora Campus, 1988.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce & SANTANA, Maria Natividade Gomes da Silva. *Educação tecnológica – justificando porque ela não é pertinente para a área da saúde*. Disponível em http://www.observatorio.nesc.ufrn.br/formac_t10.htm. Acessado em 15/09/2005.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, Jose Luis (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

LIMA, Júlio César Franca et alli. Educação profissional em saúde: uma análise a partir do Censo Escolar 2002. in: BARROS, André Falcão do Rego (org.). *Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises*. Volume 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

LIMA, Júlio César França et alli. Mapeando a educação profissional de nível técnico em saúde no Brasil. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

MAO Tse-tung. *Sobre a prática e a contradição*. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MENDES, Durmeval Trigueiro Existe uma filosofia da educação brasileira? In: - ---- (coord.) *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Determinantes Epistemológicos e Sócio-Históricos das Atuais Mudanças nas Políticas Educacionais Brasileiras Destinadas à Formação do Trabalho Complexo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPJSV. Projeto de pesquisa, mimeo., 2005.

PETEROSSO, Helena Gemignani. *Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

RAMOS, Marise Nogueira (Coord.). *A educação profissional em saúde no Brasil e nos países do Mercosul: perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ. Projeto de pesquisa, mimeo, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ANEXO II – TABELAS

Os Cursos

Tabela 1.1 Evolução dos cursos de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Cursos	Variação %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	261	-
1995	241	-7.7%
1996	293	21.6%
1998	258	-11.9%
1999	317	22.9%
2000	364	14.8%
2001	447	22.8%
2002	636	42.3%
2003	1,142	79.6%
2004	1,804	58.0%
2005	2,525	40.0%
2006	3,037	20.3%
2007	3,702	21.9%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 1.2 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Cursos	Variação %
1991	3	-
1992	8	166.7%
1993	7	-12.5%
1994	7	0.0%
1995	4	-42.9%
1996	5	25.0%
1998	6	20.0%
1999	9	50.0%
2000	10	11.1%
2001	12	20.0%
2002	25	108.3%
2003	58	132.0%
2004	105	81.0%
2005	132	25.7%
2006	187	41.7%
2007	209	11.8%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 1.3 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Cursos	Variação %
1991	1	-
1992	2	100.0%
1993	2	0.0%
1994	2	0.0%
1995	2	0.0%
1996	2	0.0%
1998	2	0.0%
1999	3	50.0%
2000	3	0.0%
2001	3	0.0%
2002	5	66.7%
2003	9	80.0%
2004	15	66.7%
2005	24	60.0%
2006	24	0.0%
2007	33	37.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 2.1 Evolução dos cursos de tecnologia em IES privadas - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Particular	Variação %	Comunitária	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	166	-	166	-		-
1995	157	-5.4%	157	-5.4%		-
1996	203	29.3%	203	29.3%		-
1998	188	-7.4%	93	-54.2%	95	-
1999	239	27.1%	111	19.4%	128	34.7%
2000	249	4.2%	129	16.2%	120	-6.3%
2001	293	17.7%	174	34.9%	119	-0.8%
2002	421	43.7%	288	65.5%	133	11.8%
2003	877	108.3%	617	114.2%	260	95.5%
2004	1,445	64.8%	1,003	62.6%	442	70.0%
2005	2,114	46.3%	1,425	42.1%	689	55.9%
2006	2,560	21.1%	1,730	21.4%	830	20.5%
2007	3,165	23.6%	2,374	37.2%	791	-4.7%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 2.2 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde em IES privadas - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Particular	Variação %	Comunitária	Variação %
1991	3	-	3	-	0	-
1992	7	133.3%	7	133.3%	0	-
1993	6	-14.3%	6	-14.3%	0	-
1994	6	0.0%	6	0.0%	0	-
1995	3	-50.0%	3	-50.0%	0	-
1996	4	33.3%	4	33.3%	0	-
1998	4	0.0%	1	-75.0%	3	-
1999	6	50.0%	1	0.0%	5	66.7%
2000	5	-16.7%	2	100.0%	3	-40.0%
2001	6	20.0%	1	-50.0%	5	66.7%
2002	14	133.3%	4	300.0%	10	100.0%
2003	45	221.4%	21	425.0%	24	140.0%
2004	86	91.1%	52	147.6%	34	41.7%
2005	113	31.4%	56	7.7%	57	67.6%
2006	159	40.7%	94	67.9%	65	14.0%
2007	193	21.4%	142	51.1%	51	-21.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 2.3 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde em IES privadas - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Particular	Variação %	Comunitária	Variação %
1991	1	-	1	-	0	-
1992	2	100.0%	2	100.0%	0	-
1993	2	0.0%	2	0.0%	0	-
1994	2	0.0%	2	0.0%	0	-
1995	2	0.0%	2	0.0%	0	-
1996	2	0.0%	2	0.0%	0	-
1998	2	0.0%	1	-50.0%	1	-
1999	2	0.0%	1	0.0%	1	0.0%
2000	2	0.0%	1	0.0%	1	0.0%
2001	2	0.0%	1	0.0%	1	0.0%
2002	4	100.0%	1	0.0%	3	200.0%
2003	8	100.0%	2	100.0%	6	100.0%
2004	14	75.0%	1	-50.0%	13	116.7%
2005	23	64.3%	1	0.0%	22	69.2%
2006	23	0.0%	1	0.0%	22	0.0%
2007	32	39.1%	23	2200.0%	9	-59.1%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 3.1 Evolução dos cursos de tecnologia em IES públicas - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Federal	Variação %	Estadual	Variação %	Municipal	Variação %
1991		-		-		-		-
1992		-		-		-		-
1993		-		-		-		-
1994	95	-	45	-	42	-	8	-
1995	84	-11.6%	37	-17.8%	39	-7.1%	8	0.0%
1996	90	7.1%	35	-5.4%	44	12.8%	11	37.5%
1998	70	-22.2%	19	-45.7%	41	-6.8%	10	-9.1%
1999	78	11.4%	35	84.2%	39	-4.9%	4	-60.0%
2000	115	47.4%	60	71.4%	48	23.1%	7	75.0%
2001	154	33.9%	96	60.0%	50	4.2%	8	14.3%
2002	215	39.6%	146	52.1%	58	16.0%	11	37.5%
2003	265	23.3%	189	29.5%	61	5.2%	15	36.4%
2004	359	35.5%	238	25.9%	92	50.8%	29	93.3%
2005	411	14.5%	270	13.4%	98	6.5%	43	48.3%
2006	477	16.1%	296	9.6%	134	36.7%	47	9.3%
2007	537	12.6%	331	11.8%	148	10.4%	58	23.4%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 3.2 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde em IES públicas - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Federal	Variação %	Estadual	Variação %	Municipal	Variação %
1991	0	-	0	-	0	-	0	-
1992	1	-	0	-	1	-	0	-
1993	1	-	0	-	1	0.0%	0	-
1994	1	-	0	-	1	0.0%	0	-
1995	1	0.0%	0	-	1	0.0%	0	-
1996	1	0.0%	0	-	1	0.0%	0	-
1998	2	100.0%	1	-	1	0.0%	0	-
1999	3	50.0%	2	100.0%	1	0.0%	0	-
2000	5	66.7%	4	100.0%	1	0.0%	0	-
2001	6	20.0%	5	25.0%	1	0.0%	0	-
2002	11	83.3%	10	100.0%	1	0.0%	0	-
2003	13	18.2%	12	20.0%	1	0.0%	0	-
2004	19	46.2%	17	41.7%	2	100.0%	0	-
2005	19	0.0%	14	-17.6%	4	100.0%	1	-
2006	28	47.4%	17	21.4%	9	125.0%	2	100.0%
2007	16	-42.9%	13	-23.5%	3	-66.7%	0	-100.0%

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 3.3 Evolução dos cursos de tecnologia em saúde em IES públicas - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Federal	Variação %	Estadual	Variação %	Municipal	Variação %
1991	0	-	0	-	-	-	-	-
1992	0	-	0	-	-	-	-	-
1993	0	-	0	-	-	-	-	-
1994	0	-	0	-	-	-	-	-
1995	0	-	0	-	-	-	-	-
1996	0	-	0	-	-	-	-	-
1998	0	-	0	-	-	-	-	-
1999	1	-	1	-	-	-	-	-
2000	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2001	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2002	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2003	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2004	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2005	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2006	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-
2007	1	0.0%	1	0.0%	-	-	-	-

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 4.1 Evolução dos cursos superiores de tecnologia por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	261	117	-	41	103	-
1995	241	91	-	49	101	-
1996	293	121	-	58	114	-
1998	258	107	7	36	108	-
1999	317	117	24	29	99	48
2000	364	130	35	33	91	75
2001	447	129	46	36	93	143
2002	636	164	69	34	101	268
2003	1,142	441	124	46	124	389
2004	1,804	688	239	54	161	662
2005	2,525	896	369	77	327	796
2006	3,037	1,185	445	87	442	874
2007	3,702	1,423	570	124	561	904

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 4.2 Evolução dos cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	3	2	0	1	0	0
1992	8	5	0	1	2	0
1993	7	4	0	1	2	0
1994	7	4	0	1	2	0
1995	4	2	0	0	2	0
1996	5	3	0	0	2	0
1998	6	4	0	0	2	0
1999	9	5	1	0	1	2
2000	10	4	1	0	1	4
2001	12	5	1	0	1	5
2002	25	8	3	0	3	11
2003	58	32	10	0	3	13
2004	105	50	19	0	6	30
2005	132	70	27	0	8	27
2006	187	94	35	3	21	34
2007	199	105	40	2	24	28

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 4.3 Evolução dos cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	1	1	0	0	0	0
1992	2	1	0	0	1	0
1993	2	1	0	0	1	0
1994	2	1	0	0	1	0
1995	2	1	0	0	1	0
1996	2	1	0	0	1	0
1998	2	1	0	0	1	0
1999	3	1	0	0	1	1
2000	3	1	0	0	1	1
2001	3	1	0	0	1	1
2002	5	3	0	0	1	1
2003	9	5	2	0	1	1
2004	15	10	3	0	1	1
2005	24	18	5	0	0	1
2006	24	19	4	0	0	1
2007	33	26	4	0	2	1

Fonte: BEPSAUDE

As Vagas

Tabela 5.1 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Vagas	Variação %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	23,861	-
1995	22,068	-7.5%
1996	25,938	17.5%
1998	24,179	-6.8%
1999	32,047	32.5%
2000	34,609	8.0%
2001	40,970	18.4%
2002	65,903	60.9%
2003	124,749	89.3%
2004	200,458	60.7%
2005	255,629	27.5%
2006	316,727	23.9%
2007	393,435	24.2%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 5.2 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Vagas	Variação %
1991	210	-
1992	580	176.2%
1993	630	8.6%
1994	530	-15.9%
1995	524	-1.1%
1996	530	1.1%
1998	240	-54.7%
1999	660	175.0%
2000	560	-15.2%
2001	1,058	88.9%
2002	2,931	177.0%
2003	5,897	101.2%
2004	11,775	99.7%
2005	14,530	23.4%
2006	20,545	41.4%
2007	25,102	22.2%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 5.3 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Vagas	Variação %
1991	60	-
1992	150	150.0%
1993	150	0.0%
1994	150	0.0%
1995	244	62.7%
1996	150	-38.5%
1998	30	-80.0%
1999	110	266.7%
2000	90	-18.2%
2001	252	180.0%
2002	1,365	441.7%
2003	1,441	5.6%
2004	2,095	45.4%
2005	3,743	78.7%
2006	3,635	-2.9%
2007	3,470	-4.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 6.1 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	23,861	-	6,388	-	17,473	-
1995	22,068	-7.5%	4,839	-24.2%	17,229	-
1996	25,938	17.5%	5,904	22.0%	20,034	-
1998	24,179	-6.8%	4,028	-31.8%	20,151	-
1999	32,047	32.5%	7,974	98.0%	24,073	19.5%
2000	34,609	8.0%	8,624	8.2%	25,985	7.9%
2001	40,970	18.4%	10,651	23.5%	30,319	16.7%
2002	65,903	60.9%	11,741	10.2%	54,162	78.6%
2003	124,749	89.3%	13,674	16.5%	111,075	105.1%
2004	200,458	60.7%	19,103	39.7%	181,355	63.3%
2005	255,629	27.5%	21,662	13.4%	233,967	29.0%
2006	316,727	23.9%	23,764	9.7%	292,963	25.2%
2007	393,435	24.2%	23,958	0.8%	369,477	26.1%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 6.2 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	210	-	0	-	210	-
1992	580	176.2%	80	-	500	138.1%
1993	630	8.6%	80	0.0%	550	10.0%
1994	530	-15.9%	80	0.0%	450	-18.2%
1995	524	-1.1%	80	0.0%	444	-1.3%
1996	530	1.1%	80	0.0%	450	1.4%
1998	240	-54.7%	110	37.5%	130	-71.1%
1999	660	175.0%	190	72.7%	470	261.5%
2000	560	-15.2%	233	22.6%	327	-30.4%
2001	1,058	88.9%	248	6.4%	810	147.7%
2002	2,931	177.0%	396	59.7%	2,535	213.0%
2003	5,897	101.2%	442	11.6%	5,455	115.2%
2004	11,775	99.7%	666	50.7%	11,109	103.6%
2005	14,530	23.4%	557	-16.4%	13,973	25.8%
2006	20,545	41.4%	837	50.3%	19,708	41.0%
2007	25,102	22.2%	477	-43.0%	24,625	24.9%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 6.3 Evolução das vagas em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	60	-	0	-	60	-
1992	150	150.0%	0	-	150	150.0%
1993	150	0.0%	0	-	150	0.0%
1994	150	0.0%	0	-	150	0.0%
1995	244	62.7%	0	-	244	62.7%
1996	150	-38.5%	0	-	150	-38.5%
1998	30	-80.0%	0	-	30	-80.0%
1999	110	266.7%	80	-	30	0.0%
2000	90	-18.2%	25	-68.8%	65	116.7%
2001	252	180.0%	2	-92.0%	250	284.6%
2002	1,365	441.7%	80	3900.0%	1,285	414.0%
2003	1,441	5.6%	86	7.5%	1,355	5.4%
2004	2,095	45.4%	0	-100.0%	2,095	54.6%
2005	3,743	78.7%	0	-	3,743	78.7%
2006	3,635	-2.9%	0	-	3,635	-2.9%
2007	3,470	-4.5%	0	-	3,470	-4.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 7.1 Vagas por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	23,861	9,943	-	4,114	9,804	-
1995	22,068	8,710	-	4,581	8,777	-
1996	25,938	10,217	-	5,324	10,397	-
1998	24,179	9,285	829	4,400	9,665	-
1999	32,047	9,218	4,331	2,898	9,113	6,487
2000	34,609	8,999	6,770	3,395	8,779	6,666
2001	40,970	8,236	9,353	3,420	7,927	12,034
2002	65,903	13,398	11,594	3,305	9,855	27,751
2003	124,749	46,166	22,852	5,880	13,282	36,569
2004	200,458	70,345	36,144	5,820	16,848	71,301
2005	290,339	84,492	45,359	7,847	34,079	118,562
2006	365,199	116,437	56,406	8,995	48,077	135,284
2007	393,435	159,118	65,908	12,967	65,105	80,237

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 7.2 Vagas em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	210	160	0	50	0	0
1992	580	420	0	50	110	0
1993	630	520	0	0	110	0
1994	530	420	0	0	110	0
1995	524	414	0	0	110	0
1996	530	420	0	0	110	0
1998	240	130	0	0	110	0
1999	660	310	160	0	30	160
2000	560	155	162	0	30	213
2001	1,058	640	160	0	30	228
2002	2,931	1,540	380	0	515	496
2003	5,897	3,380	1,615	0	440	462
2004	11,775	5,535	3,430	0	715	2,095
2005	14,530	6,503	5,126	0	900	2,001
2006	20,545	9,661	5,440	350	2,545	2,549
2007	24,132	12,106	5,955	400	3,437	2,234

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 7.3 Vagas em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	60	60	0	0	0	0
1992	150	120	0	0	30	0
1993	150	120	0	0	30	0
1994	150	120	0	0	30	0
1995	244	214	0	0	30	0
1996	150	120	0	0	30	0
1998	30	0	0	0	30	0
1999	110	0	0	0	30	80
2000	90	35	0	0	30	25
2001	252	220	0	0	30	2
2002	1,365	1,220	0	0	65	80
2003	1,441	950	340	0	65	86
2004	2,095	1,670	330	0	95	0
2005	3,743	3,207	536	0	0	0
2006	3,635	3,005	630	0	0	0
2007	3,470	2,820	550	0	100	0

Fonte: BEPSAUDE

As Inscrições

Tabela 8.1 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Inscrições	Variação %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	107,854	-
1995	89,492	-17.0%
1996	95,144	6.3%
1998	67,807	-28.7%
1999	87,347	28.8%
2000	94,715	8.4%
2001	137,483	45.2%
2002	149,558	8.8%
2003	221,379	48.0%
2004	284,994	28.7%
2005	355,131	24.6%
2006	416,949	17.4%
2007	505,716	21.3%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 8.2 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Inscrições	Variação %
1991	537	-
1992	872	62.4%
1993	785	-10.0%
1994	909	15.8%
1995	1,228	35.1%
1996	688	-44.0%
1998	755	9.7%
1999	1,264	67.4%
2000	2,066	63.4%
2001	2,516	21.8%
2002	4,305	71.1%
2003	8,667	101.3%
2004	14,959	72.6%
2005	19,360	29.4%
2006	29,912	54.5%
2007	30,016	0.3%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 8.3 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Inscrições	Variação %
1991	180	-
1992	148	-17.8%
1993	135	-8.8%
1994	138	2.2%
1995	105	-23.9%
1996	77	-26.7%
1998	80	3.9%
1999	211	163.8%
2000	223	5.7%
2001	216	-3.1%
2002	594	175.0%
2003	727	22.4%
2004	1,501	106.5%
2005	3,057	103.7%
2006	3,849	25.9%
2007	3,053	-20.7%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 9.1 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	107,854	-	63,542	-	44,321	-
1995	89,492	-17.0%	43,663	-31.3%	45,829	3.4%
1996	95,144	6.3%	43,793	0.3%	51,351	12.0%
1998	67,807	-28.7%	27,746	-36.6%	18,391	-64.2%
1999	87,347	28.8%	48,195	73.7%	19,984	8.7%
2000	94,715	8.4%	55,948	16.1%	24,068	20.4%
2001	137,483	45.2%	89,622	60.2%	30,891	28.3%
2002	149,558	8.8%	92,294	3.0%	42,695	38.2%
2003	221,379	48.0%	111,823	21.2%	76,099	78.2%
2004	284,994	28.7%	120,304	7.6%	164,690	116.4%
2005	355,131	24.6%	120,784	0.4%	234,347	42.3%
2006	416,949	17.4%	127,039	5.2%	289,910	23.7%
2007	505,716	21.3%	135,653	6.8%	370,063	27.6%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 9.2 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	537	-	0	-	537	-
1992	872	62.4%	383	-	489	-8.9%
1993	785	-10.0%	521	36.0%	264	-46.0%
1994	909	15.8%	612	17.5%	297	12.5%
1995	1,228	35.1%	421	-31.2%	807	171.7%
1996	688	-44.0%	373	-11.4%	315	-61.0%
1998	755	9.7%	417	11.8%	338	7.3%
1999	1,264	67.4%	657	57.6%	607	79.6%
2000	2,066	63.4%	1,631	148.2%	435	-28.3%
2001	2,516	21.8%	1,884	15.5%	632	45.3%
2002	4,305	71.1%	2,631	39.6%	1,674	164.9%
2003	8,667	101.3%	3,922	49.1%	4,745	183.5%
2004	14,959	72.6%	6,499	65.7%	8,460	78.3%
2005	19,360	29.4%	6,392	-1.6%	12,968	53.3%
2006	29,912	54.5%	9,799	53.3%	20,113	55.1%
2007	30,016	0.3%	4,413	-55.0%	25,603	27.3%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 9.3 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	180	-	0	-	180	-
1992	148	-17.8%	0	-	148	-17.8%
1993	135	-8.8%	0	-	135	-8.8%
1994	138	2.2%	0	-	138	2.2%
1995	105	-23.9%	0	-	105	-23.9%
1996	77	-26.7%	0	-	77	-26.7%
1998	80	3.9%	0	-	80	3.9%
1999	211	163.8%	128	-	83	3.8%
2000	223	5.7%	128	0.0%	95	14.5%
2001	216	-3.1%	0	-100.0%	216	127.4%
2002	594	175.0%	126	-	468	116.7%
2003	727	22.4%	139	10.3%	588	25.6%
2004	1,501	106.5%	0	-100.0%	1,501	155.3%
2005	3,057	103.7%	0	-	3,057	103.7%
2006	3,849	25.9%	0	-	3,849	25.9%
2007	3,053	-20.7%	0	-	3,053	-20.7%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 10.1 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	107,854	32,109	-	12,740	63,005	-
1995	89,492	26,819	-	15,534	47,139	-
1996	95,144	30,392	-	14,722	50,030	-
1998	67,807	16,638	1,901	7,886	41,382	-
1999	87,347	14,550	7,130	5,015	20,750	39,902
2000	94,715	16,068	10,054	4,318	16,647	47,628
2001	137,483	15,692	11,908	3,741	24,638	81,504
2002	149,558	19,072	12,945	2,920	17,253	97,368
2003	221,379	56,386	19,664	6,670	18,165	120,494
2004	284,994	74,870	30,396	5,657	17,595	156,476
2005	355,131	102,144	42,189	7,163	40,337	149,755
2006	416,949	158,620	49,973	7,563	49,662	149,738
2007	505,716	204,437	53,236	12,066	62,289	162,967

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 10.2 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	537	351	0	186	0	0
1992	872	213	0	241	418	0
1993	785	226	0	0	559	0
1994	909	237	0	0	672	0
1995	1,228	762	0	0	466	0
1996	688	255	0	0	433	0
1998	755	406	0	0	349	0
1999	1,264	588	118	0	83	475
2000	2,066	380	165	0	90	1,431
2001	2,516	586	171	0	70	1,689
2002	4,305	1,015	648	0	183	2,459
2003	8,667	3,392	1,385	0	159	3,731
2004	14,959	7,439	2,172	0	311	5,037
2005	19,360	9,250	4,317	0	1,071	4,722
2006	29,912	14,934	6,485	81	2,954	5,458
2007	29,262	12,638	7,043	253	3,497	5,831

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 10.3 Evolução das inscrições em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	180	180	0	0	0	0
1992	148	113	0	0	35	0
1993	135	97	0	0	38	0
1994	138	78	0	0	60	0
1995	105	60	0	0	45	0
1996	77	17	0	0	60	0
1998	80	0	0	0	80	0
1999	211	0	0	0	83	128
2000	223	5	0	0	90	128
2001	216	146	0	0	70	0
2002	594	398	0	0	70	126
2003	727	259	274	0	55	139
2004	1,501	1,259	232	0	10	0
2005	3,057	2,470	587	0	0	0
2006	3,849	3,123	726	0	0	0
2007	3,053	2,278	739	0	36	0

Fonte: BEPSAÚDE

Os Ingressos

Tabela 11.1 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Ingressos	Variação %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	19,995	-
1995	18,779	-6.1%
1996	21,948	16.9%
1998	19,190	-12.6%
1999	24,559	28.0%
2000	25,156	2.4%
2001	29,779	18.4%
2002	38,386	28.9%
2003	66,268	72.6%
2004	93,717	41.4%
2005	127,214	35.7%
2006	155,762	22.4%
2007	187,675	20.5%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 11.2 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Ingressos	Variação %
1991	209	-
1992	402	92.3%
1993	404	0.5%
1994	470	16.3%
1995	346	-26.4%
1996	394	13.9%
1998	245	-37.8%
1999	550	124.5%
2000	457	-16.9%
2001	682	49.2%
2002	1,281	87.8%
2003	3,037	137.1%
2004	5,025	65.5%
2005	6,502	29.4%
2006	10,693	64.5%
2007	12,827	20.0%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 11.3 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Ingressos	Variação %
1991	60	-
1992	98	63.3%
1993	81	-17.3%
1994	71	-12.3%
1995	65	-8.5%
1996	41	-36.9%
1998	30	-26.8%
1999	109	263.3%
2000	45	-58.7%
2001	144	220.0%
2002	439	204.9%
2003	452	3.0%
2004	833	84.3%
2005	1,104	32.5%
2006	1,691	53.2%
2007	1,717	1.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 12.1 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	19,995	-	5,842	-	14,153	-
1995	18,779	-6.1%	4,480	-23.3%	14,299	1.0%
1996	21,948	16.9%	5,245	17.1%	16,703	16.8%
1998	19,190	-12.6%	3,879	-26.0%	15,311	-8.3%
1999	24,559	28.0%	7,715	98.9%	16,844	10.0%
2000	25,156	2.4%	8,055	4.4%	17,101	1.5%
2001	29,779	18.4%	10,451	29.7%	19,328	13.0%
2002	38,386	28.9%	11,566	10.7%	26,820	38.8%
2003	66,268	72.6%	13,337	15.3%	52,931	97.4%
2004	93,717	41.4%	17,963	34.7%	75,754	43.1%
2005	127,214	35.7%	19,635	9.3%	107,579	42.0%
2006	155,762	22.4%	21,893	11.5%	133,869	24.4%
2007	187,675	20.5%	21,914	0.1%	165,761	23.8%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 12.1 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	209	-	0	-	209	-
1992	402	92.3%	80	-	322	54.1%
1993	404	0.5%	80	0.0%	324	0.6%
1994	470	16.3%	80	0.0%	390	20.4%
1995	346	-26.4%	80	0.0%	266	-31.8%
1996	394	13.9%	80	0.0%	314	18.0%
1998	245	-37.8%	110	37.5%	135	-57.0%
1999	550	124.5%	189	71.8%	361	167.4%
2000	457	-16.9%	222	17.5%	235	-34.9%
2001	682	49.2%	247	11.3%	435	85.1%
2002	1,281	87.8%	351	42.1%	930	113.8%
2003	3,037	137.1%	442	25.9%	2,595	179.0%
2004	5,025	65.5%	666	50.7%	4,359	68.0%
2005	6,502	29.4%	511	-23.3%	5,991	37.4%
2006	10,693	64.5%	998	95.3%	9,695	61.8%
2007	12,827	20.0%	460	-53.9%	12,367	27.6%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 12.1 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	60	-	0	-	60	-
1992	98	63.3%	0	-	98	63.3%
1993	81	-17.3%	0	-	81	-17.3%
1994	71	-12.3%	0	-	71	-12.3%
1995	65	-8.5%	0	-	65	-8.5%
1996	41	-36.9%	0	-	41	-36.9%
1998	30	-26.8%	0	-	30	-26.8%
1999	109	263.3%	79	-	30	0.0%
2000	45	-58.7%	15	-81.0%	30	0.0%
2001	144	220.0%	0	-100.0%	144	380.0%
2002	439	204.9%	80	-	359	149.3%
2003	452	3.0%	86	7.5%	366	1.9%
2004	833	84.3%	0	-100.0%	833	127.6%
2005	1,104	32.5%	0	-	1,104	32.5%
2006	1,691	53.2%	0	-	1,691	53.2%
2007	1,717	1.5%	0	-	1,717	1.5%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 13.1 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	19,995	7,444	-	3,418	9,133	-
1995	18,779	6,559	-	3,951	8,269	-
1996	21,948	8,039	-	4,249	9,660	-
1998	19,190	6,707	692	3,205	8,586	-
1999	24,559	6,068	2,428	2,178	7,581	6,304
2000	25,156	5,405	4,615	2,204	6,455	6,477
2001	29,779	5,884	4,773	2,310	6,424	10,388
2002	38,386	6,959	5,236	1,612	6,318	18,261
2003	66,268	21,916	10,067	3,437	6,816	24,032
2004	93,717	30,340	15,111	2,973	8,476	36,817
2005	127,214	42,505	20,209	3,486	17,771	40,627
2006	155,762	59,090	25,716	4,063	23,012	43,761
2007	187,675	75,665	28,131	5,035	28,588	45,613

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 13.2 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	209	160	0	49	0	0
1992	402	243	0	50	109	0
1993	404	295	0	0	109	0
1994	470	361	0	0	109	0
1995	346	238	0	0	108	0
1996	394	284	0	0	110	0
1998	245	135	0	0	110	0
1999	550	308	53	0	30	159
2000	457	120	105	0	30	202
2001	682	313	113	0	29	227
2002	1,281	553	301	0	96	331
2003	3,037	1,642	851	0	97	447
2004	5,025	2,574	1,184	0	143	1,124
2005	6,502	3,093	1,854	0	545	1,010
2006	10,693	4,946	2,784	54	1,354	1,555
2007	12,410	6,315	3,139	94	1,691	1,171

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 13.3 Evolução dos ingressos em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	60	60	0	0	0	0
1992	98	69	0	0	29	0
1993	81	52	0	0	29	0
1994	71	42	0	0	29	0
1995	65	37	0	0	28	0
1996	41	11	0	0	30	0
1998	30	0	0	0	30	0
1999	109	0	0	0	30	79
2000	45	0	0	0	30	15
2001	144	115	0	0	29	0
2002	439	334	0	0	25	80
2003	452	198	148	0	20	86
2004	833	699	134	0	0	0
2005	1,104	889	215	0	0	0
2006	1,691	1,375	316	0	0	0
2007	1,717	1,404	302	0	11	0

Fonte: BEPSAUDE

As Matrículas

Tabela 14.1 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Matrículas	Variação %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	57,816	-
1995	56,291	-2.6%
1996	65,215	15.9%
1998	56,822	-12.9%
1999	58,243	2.5%
2000	63,046	8.2%
2001	69,797	10.7%
2002	81,348	16.5%
2003	114,770	41.1%
2004	153,307	33.6%
2005	437,717	185.5%
2006	562,285	28.5%
2007	347,150	-38.3%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 14.2 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Matrículas	Variação %
1991	177	-
1992	671	279.1%
1993	866	29.1%
1994	1,165	34.5%
1995	885	-24.0%
1996	1,247	40.9%
1998	1,057	-15.2%
1999	1,481	40.1%
2000	1,422	-4.0%
2001	2,006	41.1%
2002	2,518	25.5%
2003	4,436	76.2%
2004	10,407	134.6%
2005	14,707	41.3%
2006	18,896	28.5%
2007	21,544	14.0%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 14.3 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Matrículas	Variação %
1991		-
1992	217	#DIV/0!
1993	251	15.7%
1994	284	13.1%
1995	280	-1.4%
1996	279	-0.4%
1998	265	-5.0%
1999	245	-7.5%
2000	304	24.1%
2001	542	78.3%
2002	571	5.4%
2003	835	46.2%
2004	1,445	73.1%
2005	2,123	46.9%
2006	2,777	30.8%
2007	3,648	31.4%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 15.1 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	57,816	-	19,925	-	37,891	-
1995	56,291	-2.6%	19,360	-2.8%	36,931	-2.5%
1996	65,215	15.9%	19,992	3.3%	45,223	22.5%
1998	56,822	-12.9%	15,408	-22.9%	41,414	-8.4%
1999	58,243	2.5%	16,465	6.9%	41,778	0.9%
2000	63,046	8.2%	20,150	22.4%	42,896	2.7%
2001	69,797	10.7%	25,871	28.4%	43,926	2.4%
2002	81,348	16.5%	32,361	25.1%	48,987	11.5%
2003	114,770	41.1%	38,879	20.1%	75,891	54.9%
2004	153,307	33.6%	45,573	17.2%	107,734	42.0%
2005	437,717	185.5%	112,118	146.0%	325,599	202.2%
2006	562,285	28.5%	121,204	8.1%	441,081	35.5%
2007	347,150	-38.3%	63,520	-47.6%	283,630	-35.7%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 15.2 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	177	-	0	-	177	-
1992	671	279.1%	77	-	594	235.6%
1993	866	29.1%	136	76.6%	730	22.9%
1994	1,165	34.5%	186	36.8%	979	34.1%
1995	885	-24.0%	183	-1.6%	702	-28.3%
1996	1,247	40.9%	210	14.8%	1,037	47.7%
1998	1,057	-15.2%	315	50.0%	742	-28.4%
1999	1,481	40.1%	423	34.3%	1,058	42.6%
2000	1,422	-4.0%	542	28.1%	880	-16.8%
2001	2,006	41.1%	671	23.8%	1,335	51.7%
2002	2,518	25.5%	1,014	51.1%	1,504	12.7%
2003	4,436	76.2%	1,213	19.6%	3,223	114.3%
2004	10,407	134.6%	2,114	74.3%	8,293	157.3%
2005	14,707	41.3%	2,063	-2.4%	12,644	52.5%
2006	18,896	28.5%	3,139	52.2%	15,757	24.6%
2007	21,544	14.0%	1,245	-60.3%	20,299	28.8%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 15.3 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992	217	#DIV/0!	0	-	217	-
1993	251	15.7%	0	-	251	15.7%
1994	284	13.1%	0	-	284	13.1%
1995	280	-1.4%	0	-	280	-1.4%
1996	279	-0.4%	0	-	279	-0.4%
1998	265	-5.0%	0	-	265	-5.0%
1999	245	-7.5%	121	-	124	-53.2%
2000	304	24.1%	143	18.2%	161	29.8%
2001	542	78.3%	81	-43.4%	461	186.3%
2002	571	5.4%	37	-54.3%	534	15.8%
2003	835	46.2%	86	132.4%	749	40.3%
2004	1,445	73.1%	101	17.4%	1,344	79.4%
2005	2,123	46.9%	73	-27.7%	2,050	52.5%
2006	2,777	30.8%	33	-54.8%	2,744	33.9%
2007	3,648	31.4%	10	-69.7%	3,638	32.6%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 16.1 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	57,816	23,745	-	9,788	24,283	-
1995	56,291	19,967	-	10,563	25,761	-
1996	65,215	25,171	-	12,289	27,755	-
1998	56,822	19,466	1,493	9,520	26,343	-
1999	58,243	19,581	5,321	5,654	15,348	12,339
2000	63,046	17,397	9,017	6,165	14,772	15,695
2001	69,797	16,952	10,476	6,302	26,297	21,525
2002	81,348	17,199	12,301	5,374	13,458	33,016
2003	114,770	29,214	17,114	5,848	14,693	47,901
2004	153,307	46,792	24,973	5,293	12,045	64,204
2005	437,717	138,801	66,073	12,614	48,861	153,978
2006	562,285	208,248	84,955	16,019	75,777	177,166
2007	347,150	141,008	47,369	10,794	44,684	96,032

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 16.2 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	177	50	0	127	0	0
1992	671	348	0	117	206	0
1993	866	534	0	67	265	0
1994	1,165	799	0	40	326	0
1995	885	532	0	0	353	0
1996	1,247	839	0	0	408	0
1998	1,057	560	0	0	497	0
1999	1,481	944	62	0	120	355
2000	1,422	598	197	0	160	467
2001	2,006	959	247	0	194	606
2002	2,518	1,022	299	0	244	953
2003	4,436	1,983	905	0	362	1,186
2004	10,407	4,717	2,704	0	663	2,323
2005	14,707	7,267	3,267	0	1,405	2,768
2006	18,896	9,036	4,707	100	1,908	3,145
2007	20,923	12,065	4,087	132	1,804	2,835

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 16.3 Evolução das matrículas em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	0	0	0	0	0	0
1992	217	88	0	0	129	0
1993	251	122	0	0	129	0
1994	284	144	0	0	140	0
1995	280	110	0	0	170	0
1996	279	81	0	0	198	0
1998	265	24	0	0	241	0
1999	245	4	0	0	120	121
2000	304	1	0	0	160	143
2001	542	267	0	0	194	81
2002	571	316	0	0	218	37
2003	835	450	69	0	230	86
2004	1,445	952	210	0	182	101
2005	2,123	1,721	329	0	0	73
2006	2,777	2,298	446	0	0	33
2007	3,648	3,138	500	0	0	10

Os Concluintes

Tabela 17.1 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia - Brasil 1991-2007

Ano	Concluintes	Varição %
1991		-
1992		-
1993		-
1994	7,896	-
1995	8,776	11.1%
1996	9,583	9.2%
1998	10,999	14.8%
1999	10,674	-3.0%
2000	10,835	1.5%
2001	11,629	7.3%
2002	12,673	9.0%
2003	16,601	31.0%
2004	26,240	58.1%
2005	41,080	56.6%
2006	53,983	31.4%
2007	70,666	30.9%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 17.2 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde - Brasil 1991-2007

Ano	Concluintes	Varição %
1991	29	-
1992	62	113.8%
1993	52	-16.1%
1994	53	1.9%
1995	110	107.5%
1996	151	37.3%
1998	198	31.1%
1999	152	-23.2%
2000	177	16.4%
2001	535	202.3%
2002	314	-41.3%
2003	567	80.6%
2004	1,290	127.5%
2005	1,983	53.7%
2006	2,893	45.9%
2007	4,121	42.4%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 17.3 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Concluintes	Variação %
1991	-	-
1992	21	-
1993	21	0.0%
1994	19	-9.5%
1995	34	78.9%
1996	38	11.8%
1998	46	21.1%
1999	33	-28.3%
2000	41	24.2%
2001	162	295.1%
2002	54	-66.7%
2003	73	35.2%
2004	196	168.5%
2005	354	80.6%
2006	348	-1.7%
2007	775	122.7%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 18.1 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991		-		-		-
1992		-		-		-
1993		-		-		-
1994	7,896	-	2,419	-	5,477	-
1995	8,776	11.1%	2,355	-2.6%	6,421	17.2%
1996	9,583	9.2%	2,258	-4.1%	7,325	14.1%
1998	10,999	14.8%	2,234	-1.1%	8,765	19.7%
1999	10,674	-3.0%	2,233	0.0%	8,441	-3.7%
2000	10,835	1.5%	2,687	20.3%	8,148	-3.5%
2001	11,629	7.3%	2,967	10.4%	8,662	6.3%
2002	12,673	9.0%	3,752	26.5%	8,921	3.0%
2003	16,601	31.0%	4,783	27.5%	11,818	32.5%
2004	26,240	58.1%	5,218	9.1%	21,022	77.9%
2005	41,080	56.6%	5,668	8.6%	35,412	68.5%
2006	53,983	31.4%	6,413	13.1%	47,570	34.3%
2007	70,666	30.9%	8,654	34.9%	62,012	30.4%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 18.2 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	29	-	0	-	29	-
1992	62	113.8%	0	-	62	113.8%
1993	52	-16.1%	0	-	52	-16.1%
1994	53	1.9%	0	-	53	1.9%
1995	110	107.5%	44	-	66	24.5%
1996	151	37.3%	30	-31.8%	121	83.3%
1998	198	31.1%	76	153.3%	122	0.8%
1999	152	-23.2%	82	7.9%	70	-42.6%
2000	177	16.4%	63	-23.2%	114	62.9%
2001	535	202.3%	208	230.2%	327	186.8%
2002	314	-41.3%	92	-55.8%	222	-32.1%
2003	567	80.6%	169	83.7%	398	79.3%
2004	1,290	127.5%	335	98.2%	955	139.9%
2005	1,983	53.7%	338	0.9%	1,645	72.3%
2006	2,893	45.9%	422	24.9%	2,471	50.2%
2007	4,121	42.4%	301	-28.7%	3,820	54.6%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 18.3 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde por categoria administrativa - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Variação %	Pública	Variação %	Privada	Variação %
1991	-	-		-	-	-
1992	21	-	0	-	21	-
1993	21	0.0%	0	-	21	0.0%
1994	19	-9.5%	0	-	19	-9.5%
1995	34	78.9%	0	-	34	78.9%
1996	38	11.8%	0	-	38	11.8%
1998	46	21.1%	0	-	46	21.1%
1999	33	-28.3%	0	-	33	-28.3%
2000	41	24.2%	0	-	41	24.2%
2001	162	295.1%	82	-	80	95.1%
2002	54	-66.7%	5	-93.9%	49	-38.8%
2003	73	35.2%	10	100.0%	63	28.6%
2004	196	168.5%	8	-20.0%	188	198.4%
2005	354	80.6%	19	137.5%	335	78.2%
2006	348	-1.7%	22	15.8%	326	-2.7%
2007	775	122.7%	13	-40.9%	762	133.7%

Fonte: BEPSAÚDE

Tabela 19.1 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991						
1992						
1993						
1994	7,896	2,674	-	1,701	3,521	-
1995	8,776	3,377	-	1,826	3,573	-
1996	9,583	3,719	270	1,791	3,803	-
1998	10,999	4,062	1,439	1,319	2,630	1,549
1999	10,674	3,932	1,187	1,233	2,640	1,682
2000	10,835	3,542	1,720	1,174	2,220	2,179
2001	11,629	3,182	1,703	1,324	2,825	2,595
2002	12,673	3,308	2,331	1,111	2,580	3,343
2003	16,601	3,998	2,742	1,320	2,884	5,657
2004	26,240	7,615	4,990	1,301	2,800	9,534
2005	41,080	12,591	8,276	1,592	3,399	14,400
2006	53,983	18,824	8,770	1,804	7,742	16,843
2007	70,666	30,748	10,309	2,136	8,029	18,163

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 19.2 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Brasil 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	29	0	0	29	0	0
1992	62	0	0	41	21	0
1993	52	0	0	31	21	0
1994	53	0	0	34	19	0
1995	110	48	0	0	62	0
1996	151	104	0	0	47	0
1998	198	137	0	0	61	0
1999	152	63	0	0	21	68
2000	177	99	0	0	23	55
2001	535	264	51	0	55	165
2002	314	153	64	0	27	70
2003	567	317	68	0	24	158
2004	1,290	340	578	0	81	291
2005	1,983	976	665	0	61	281
2006	2,893	1,475	802	26	292	298
2007	4,044	2,319	868	0	212	645

Fonte: BEPSAUDE

Tabela 19.3 Evolução dos concluintes em cursos superiores de tecnologia em saúde por organização acadêmica - Rio de Janeiro 1991-2007

Ano	Total	Univ.	Centros Univ.	Fac. Intet.	Fac. Esc. Institutos	CET / Fac. Tec.
1991	0	0	0	0	0	0
1992	21	0	0	0	21	0
1993	21	0	0	0	21	0
1994	19	0	0	0	19	0
1995	34	16	0	0	18	0
1996	38	21	0	0	17	0
1998	46	22	0	0	24	0
1999	33	12	0	0	21	0
2000	41	18	0	0	23	0
2001	162	25	0	0	55	82
2002	54	22	0	0	27	5
2003	73	39	0	0	24	10
2004	196	65	60	0	63	8
2005	354	207	128	0	0	19
2006	348	227	99	0	0	22
2007	775	620	142	0	0	13

Fonte: BEPSAÚDE
ANEXO III

ANEXO III

LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS SOBRE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (GERAL E SAÚDE)

1961

LEI N. 4.024/1961, de 20/12/1961. ASSUNTO: Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

1963

PARECER CFE N. 60/ 1963. ASSUNTO: Aprova a criação do curso de Engenharia de Operação, com duração de três anos.

1965

PARECER CFE N. 25. ASSUNTO: Aprova currículo mínimo dos cursos de Engenharia de Operação e recomenda que os mesmos não sejam criados e oferecidos “fora dos meios industriais de significação apreciável”.

DECRETO N. 57.075/1965, de 15/10/1965. ASSUNTO: Dispõe sobre o funcionamento dos cursos de Engenheiro de Operação em estabelecimentos de ensino de engenharia.

PARECER CFE N. 25/1965. ASSUNTO: Regulamenta os cursos de Engenharia de Operação.

1966

LEI FEDERAL N. 5.194/1966, de 24/12/1966. ASSUNTO: regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo e dá outras providências.

1967

DECRETO LEI N. 241/1967, DE 28/02/1967. ASSUNTO: Inclui entre as profissões cujo exercício É regulado pela lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operação.

DECRETO FEDERAL N. 60.925/1967, de 30/06/1967. ASSUNTO: Dispõe sobre o registro profissional dos graduados em curso de engenheiro de operação, e dá outras providências.

DECRETO FEDERAL N. 20.925/1967. ASSUNTO: dá garantias de exercício profissional legal aos engenheiros de operação.

DECRETO-LEI N. 241/1967, de 28 de fevereiro de 1967. ASSUNTO: Inclui entre as profissões cujo exercício é regulado pela Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operações.

1968

LEI FEDERAL N. 5.540/1968. ASSUNTO: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Em seus artigos 18 e 23, autoriza o funcionamento de cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior, para atender a peculiaridades do mercado de trabalho.

RESOLUÇÃO N. 2001 do governo do Estado de São Paulo. ASSUNTO: Cria grupo de trabalho para estudar viabilidade da oferta de cursos superiores de tecnologia.

DECRETO LEI N. 547/1969. ASSUNTO: Autoriza a organização e funcionamento dos cursos profissionais superiores de curta duração, entre eles

os de engenharia de operação, pelas Escolas Técnicas Federais. Esse decreto decorre de estudos executados por força de convênios internacionais de cooperação técnica (acordos MEC/USAID)

Criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, com o objetivo de promover cursos superiores de tecnologia.

1970

PARECER CEE/SP N. 50/1970. ASSUNTO: Autoriza a instalação e funcionamento dos primeiros cursos de tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo.

PARECER CFE/CES N. 287. ASSUNTO: Caracteriza como “cursos de duração média”, os cursos desenvolvidos pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, entendendo que esses cursos inserem-se mais propriamente no Caput do art. 23 da Lei 5.540/1968.

PARECER CFE N. 160. ASSUNTO: Apresenta os cursos superiores de tecnologia com objetivos definidos e características próprias, estabelecendo que os mesmos deveriam ter a duração que fosse necessária, considerando imprópria a denominação “curta duração”.

1971

DECRETO FEDERAL N. 68.954/1971, de 20 de julho de 1971. ASSUNTO: Concede reconhecimento aos cursos de engenharia de operação da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca.

1972

PROJETO N. 19 DO PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1972/1974. ASSUNTO: Prevê incentivo especial para os cursos de nível superior de curta duração.

1973

RESOLUÇÃO CONFEA N. 218/1973. ASSUNTO: Discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais das áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e estabelece competências e atribuições específicas ao técnico de nível superior ou tecnólogo.

PARECER CFE N. 1.060/1973. ASSUNTO: Registra que os cursos oferecidos pela FATEC-SP vem dando bons resultados. Determina que esses cursos sejam denominados de cursos superiores de tecnologia e seus diplomados de tecnólogos.

1974

Sétimo Seminário de Assuntos Universitários, promovido pelo Conselho Federal de Educação conclui que os cursos de graduação em tecnologia deverão ter currículo próprio, definido e terminal, porque correspondem às necessidades deixadas a descoberto pelos cursos tradicionais de graduação plena.

DECRETO FEDERAL N. 74.708/1974. ASSUNTO: Reconhece os cursos superiores de tecnologia ministrados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo.

PORTARIA MEC N. 441/1974. ASSUNTO: Cria comissão para estudar a transferência dos cursos de engenharia de operação das Escolas Técnicas Federais para universidades ou faculdades.

1975

PROJETO SETORIAL N. 15 DO II SEGUNDO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (1975/1979). ASSUNTO: incentiva as carreiras profissionais decorrentes de cursos de curta duração.

RESOLUÇÃO CFE N. 55/1975. ASSUNTO: Estabelece o currículo mínimo para os cursos superiores de tecnologia em processamento de dados.

1976

PARECER CFE N. 4.434/1976. ASSUNTO: Extingue os cursos de engenharia de operação e cria os cursos de engenharia industrial.

PARECER 4.446/1976. ASSUNTO: analisa detalhadamente os problemas que comprometeram a experiência de desenvolvimento dos cursos de engenharia de operação e as causas que levaram a sua extinção.

LEI ESTADUAL N. 952/1976. ASSUNTO: governo de São Paulo cria Universidade Paulista Julio de Mesquita e transforma o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza em autarquia de regime especial vinculada e associada a essa Universidade.

LEI FEDERAL N. 6.344/1976. ASSUNTO: Cria o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CETEB), com o objetivo de “ministrar cursos de caráter intensivo e terminal, conducentes à formação do tecnólogo”.

PORTARIA MEC N. 83/1976. ASSUNTO: Cria Grupo de Trabalho para estudar a criação de Centros de Engenharia

1977

RESOLUÇÃO CFE N. 05/1977. ASSUNTO: Revoga o currículo mínimo do curso de engenharia de operação e estabelece 01/01/1979 como data limite para que fossem sustados seus vestibulares.

RESOLUÇÃO CFE N. 04/1977. ASSUNTO: Caracteriza a habilitação de engenharia industrial

RESOLUÇÃO CFE N. 05/1977. ASSUNTO: Estabelece normas para conversão dos cursos de engenharia de operação em cursos de engenharia industrial.

RESOLUÇÃO CFE 17/1977. ASSUNTO: Exige, para a implantação de cursos superiores de tecnologia, a demonstração da existência de mercado de trabalho, o traçado do perfil profissional, a determinação de estrutura curricular e a indicação de corpo docente.

1978

LEI FEDERAL N. 6.545/1978. ASSUNTO: Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica.

1979

Primeira manifestação de alunos dos cursos de tecnologia. Alunos em greve, de abril a agosto, exigem a transformação dos cursos de tecnologia em cursos de engenharia industrial. Suas reivindicações não foram atendidas pelo governo paulista.

1980

RESOLUÇÃO CFE N. 12/1980. ASSUNTO: dispõe sobre a nomenclatura dos cursos superiores de tecnologia nas áreas da engenharia, das ciências agrárias e das ciências da saúde.

1982

DECRETO FEDERAL N. 87.310/1982. ASSUNTO: Regulamenta a lei 6.545, de 30 de junho de 1978.

1986

RESOLUÇÃO CONFEA N. 313/1986. ASSUNTO: Dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei nº 5.194/66, e dá outras providências.

1988

Decreto Federal n. 97.333/1988. ASSUNTO: Autoriza a criação do primeiro curso superior de tecnologia em hotelaria, ofertado pelo Senac de São Paulo.

1993

Lei Federal n. 8.731/1993. ASSUNTO: Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias especiais.

1994

LEI Nº 8.948/1994, de 8 de dezembro de 1994. ASSUNTO: Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

1995

LEI Nº 9.131/1995, de 24 de novembro de 1995. ASSUNTO: Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

1996

PARECER CNE/CP N. 01/1996, de 8 de outubro de 1996. ASSUNTO: INDICAÇÃO Nº 2/96 - Avaliação de sugestões de estratégias para atendimento das necessidades prementes de (re) qualificação profissional.

LEI FEDERAL N. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. ASSUNTO: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

1997

PORTARIA MEC N. 1.005/1997. ASSUNTO: implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP.

DECRETO FEDERAL N. 2.406/1997. ASSUNTO: Regulamenta a Lei Federal n. 8.948/94 que trata da transformação das escolas técnicas e agrotécnicas em CEFETs. Define atribuições e finalidades dos CEFETs.

PORTARIA MEC N. 2.267/1997. ASSUNTO: Estabelece diretrizes para elaboração do projeto institucional para implantação de novos CEFETs.

PORTARIA MEC N. 646/1997. ASSUNTO: Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 e no Decreto nº 2.208/97 e dá outras providências

PARECER CFE N. 776/1997. ASSUNTO: Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

PORTARIA MEC/MTB Nº 1.018/1997. ASSUNTO: Cria o Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP.

DECRETO FEDERAL N. 2.208/1997, aprovado em 17 de abril de 1997. ASSUNTO: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

PARECER CNE/CES N. 579/1997, aprovado em 3 de novembro de 1997. ASSUNTO: Aviso nº 344/97 - MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica solicita mudança na nomenclatura de Técnico em Processamento de Dados para Técnico em Informática.

PARECER CNE/CEB N. 17/1997, aprovado em 03 de dezembro de 1997.
ASSUNTO: Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

1998

LEI FEDERAL N. 9.649/1998. ASSUNTO: Artigo 47: altera o art. 3º da lei nº 8.948/94. Artigo 66: revoga os arts. 1º, 2º e 9º da lei nº 8.948/94.

PARECER CNE/CEB N. 15/1998, aprovado em 01 de junho de 1998.
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

1999

PORTARIA MEC N. 1.647. ASSUNTO: Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional.

RESOLUÇÃO CFE N. 01/ 1999, de 27 de janeiro de 1999. ASSUNTO: Dispõe sobre os cursos seqüenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96.

PARECER CNE/CEB N. 16/1999, aprovado em 05 de outubro de 1999.
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 4/1999, aprovado em 8 de dezembro de 1999.
ASSUNTO: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

2000

DECRETO FEDERAL N. 3.462/2000. ASSUNTO: dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

PARECER CNE/CEB N. 01/2000, aprovado em 25 de janeiro de 2000. ASSUNTO: Solicita parecer sobre o Decreto Federal nº 2.208/97, que regulamentou a educação profissional.

PARECER CNE/CP N. 20/2000, aprovado em 6 de novembro de 2000. ASSUNTO: Recurso contra decisão do Parecer CES/CNE nº 1.014/99 e atendimento à Diligência CP/CNE nº 01/2000, referente à oferta irregular de cursos pela Faculdade Leonardo Da Vinci, mantida pelo Instituto Leonardo Da Vinci.

2001

PORTARIA MEC N. 064/2001. ASSUNTO: Define os procedimentos para o reconhecimento de curso/habilitações de nível tecnológico da educação profissional.

PARECER CNE/CES N. 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001. ASSUNTO: Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.

PARECER CNE/CEB N. 09/2001, aprovado em 13 de março de 2001. ASSUNTO: Esclarecimentos em relação ao Parecer nº 409/2000, de 30/08/2000, do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia.

PARECER CNE/CEB N. 15/2001, aprovado em 2 de julho de 2001. ASSUNTO: Solicita revisão do parecer CNE/CEB nº 09/2001.

LEI FEDERAL N. 10.260/2001, aprovada em 12 de julho de 2001. ASSUNTO: Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

PARECER CNE/CES N. 1.133/2001, aprovado em 7 de agosto de 2001. ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição.

PARECER CNE/CP N. 29/2001, aprovado em 03 de dezembro de 2001. ASSUNTO: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível Tecnológico.

2002

RESOLUÇÃO COFEN 269/2002. ASSUNTO: Dispõe sobre veto ao exercício profissional da enfermagem pelos portadores do diploma de tecnólogo em enfermagem.

2002 Reunião 121 do CNS discute a pertinência da formação de tecnólogos em saúde e conclui pela solicitação ao CNE de adiamento da matéria em relação à saúde, tendo em vista que a mesma estaria em debate no CNS e havia um Parecer contrário da CIRH sobre o assunto.

RESOLUÇÃO CNE/CP N. 03/2002. ASSUNTO: Estabelece as diretrizes curriculares da educação profissional de nível tecnológico.

CBO inclui o exercício profissional do tecnólogo, com atribuições tais como: planejar serviços e implementar atividades, administrar e gerenciar recursos, promover mudanças tecnológicas, aprimorar condições de segurança, qualidade, saúde e meio ambiente.

PARECER CNE N. 29/2002. ASSUNTO: estabelece as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico.

RESOLUÇÃO CNE N. 3/2002. ASSUNTO: Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos aprova parecer no sentido de recomendar ao CNS que não seja aplicada à área da saúde, as diretrizes curriculares dos cursos de educação tecnológica.

CNS encaminha ao Ministério da Saúde parecer onde considera que as diretrizes do tecnólogo não parecem aplicáveis à área da saúde.

RESOLUÇÃO CONTER N.º 02/2002, DE 14 DE JANEIRO DE 2002. ASSUNTO: Institui e normatiza as atribuições do Técnico e Tecnólogo em Radiologia na especificidade Diagnóstico por Imagem em Ressonância Magnética Nuclear e dá outras providências.

PARECER CNE/CES N. 223/2002, aprovado em 3 de julho de 2002. ASSUNTO: Consulta sobre a Resolução CNE/CES 01/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

PARECER CNE/CP N. 29/2002, aprovado em 3 de dezembro de 2002. ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

PARECER CNE/CES N. 422/2002, aprovado em 4 de dezembro de 2002. ASSUNTO: Convalidação de estudos realizados por Cláudio Schiavinatto Neto, no período de 1994 a 1996, no curso de Tecnologia em Processamento de Dados, ministrado pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina, atual Centro Universitário Filadélfia, com sede na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

RESOLUÇÃO CNE/CP N. 3/2002, aprovado em 18 de dezembro de 2002.
ASSUNTO: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

RESOLUÇÃO COFFITO N. 242/2002, aprovado em 07 de novembro de 2002:
Dispõe sobre o veto ao registro no CONFFITO de título de tecnólogo em Fisioterapia e ao exercício da atividade profissional por seu portador.

RESOLUÇÃO COFFITO N. 243/2002, aprovado em 07 de novembro de 2002:
Dispõe sobre o veto ao registro no CONFFITO de título de tecnólogo em Terapia Ocupacional e ao exercício da atividade profissional por seu portador.

2003

XII Conferencia Nacional de Saúde posiciona-se “contrariamente ao projeto do Conselho Nacional de Educação que institui diretrizes básicas para educação profissional de nível tecnológico (tecnólogo)”.

Aprovado, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara de Deputados, o Projeto de Lei 959/03, que regulamenta as profissões de técnico e tecnólogo em estética.

PARECER CNE/CES N. 0061/2003, aprovado em 10 de março de 2003.
ASSUNTO: Autorização para o funcionamento, a distância, do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, a ser ministrado pelo Centro de Educação Tecnológica Internacional, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

PARECER CNE/CES N. 193/2003, aprovado em 5 de agosto de 2003.
ASSUNTO: Aproveitamento de estudos realizados nas disciplinas Meteorologia Aeronáutica, Navegação Aeronáutica e Direito e Legislação Aeronáutica, cursadas na Escola de Aviação Civil, da cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, no curso de Tecnologia em Ciências Aeronáuticas, da

Universidade Braz Cubas, com sede na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

PARECER CNE/CES N. 362/2003, aprovado em 17 de dezembro de 2003. ASSUNTO: Autorização para o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Negócios de Pequeno e Médio Porte (Área Profissional: Gestão), na modalidade a distância, a ser ministrado pelo Centro de Educação Tecnológica Internacional, com sede na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

2004

DECRETO FEDERAL N. 5.225/2004. ASSUNTO: dispõe sobre a organização do ensino superior. Define os CEFETs como instituições de ensino superior.

PARECER CNE/CEB N. 14/2004, aprovado em 5 de maio de 2004. ASSUNTO: Autorização para a oferta de cursos superiores de Tecnologia nas Escolas Agrotécnicas Federais.

LEI FEDERAL N. 10.870/2004, aprovado em 19 de maio de 2004. ASSUNTO: Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.

PORTARIA MEC N. 2.051/2004, aprovada em 9 de julho de 2004. ASSUNTO: Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

PORTARIA INEP N. 107/2004, aprovada em 22 de julho de 2004. ASSUNTO: SINAES e ENADE – disposições diversas.

DECRETO FEDERAL N. 5.154/2004, aprovado em 23 de julho de 2004. ASSUNTO: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

PARECER CNE/CEB N. 20/2004, aprovado em 5 de agosto de 2004. ASSUNTO Solicita parecer quanto ao aproveitamento de disciplinas cursadas de formação de Técnico em Radiologia em Curso Superior de Tecnologia Radiológica.

DECRETO N. 5.224/2004, aprovado em 1 de outubro de 2004. ASSUNTO: Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

PARECER CNE/CES N. 304/2004, aprovado em 7 de outubro de 2004. ASSUNTO: Autorização para a oferta de Curso Normal Superior, com habilitação em Licenciatura das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, autorização de cursos de Pós-graduação Lato Sensu, e autorização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Sistemas Produtivos Industriais, todos na modalidade a distância.

PORTARIA MEC N. 4.362/2004, aprovado em 29 de dezembro de 2004. ASSUNTO: Institui banco único de avaliadores da educação superior.

PORTARIA MS N. 827/2004, aprovado em 05 de maio de 2004: Cria a Câmara de Regulação do Trabalho em saúde e dá outras providências.

LEI FEDERAL N. 10.861/2004, aprovada em 14 de abril de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. (Somente a partir de 2008 que os CST em saúde passam a ser avaliado).

2005

Reunião 155 do CNS indica necessidade de continuidade da discussão dos cursos de formação de tecnólogo.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 01. ASSUNTO: atualiza as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio de acordo com as disposições do Decreto n. 5.154/2004.

DECRETO FEDERAL N. 5.478/2005. ASSUNTO: institui no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

LEI FEDERAL N. 11.184/2005. ASSUNTO: dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

RESOLUÇÃO CONFEA N. 1.101. ASSUNTO: Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

LEI FEDERAL N. 11.096/2005, aprovada em 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei 10.891 de 2004 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 1/2005, aprovado em 3 de fevereiro de 2005. ASSUNTO: Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

PARECER CNE/CES N. 0024/2005, aprovado em 3 de fevereiro de 2005. ASSUNTO: Consulta sobre a autorização dos Cursos Superiores de Tecnologia em Futebol e em Atividades de Academia, de interesse da Faculdade

Tecnológica Carlos Drummond de Andrade, mantida pela Sociedade Educacional Soibra S/C Ltda.

PARECER CNE/CES N. 0025/2005, aprovado em 3 de fevereiro de 2005.
ASSUNTO: Consulta sobre a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Futebol e Arbitragem, de interesse do Centro de Educação Tecnológica do Norte do Paraná, mantido pelo Centro de Estudo Superior de Apucarana S/A.

PARECER CNE/CES N. 0026/2005, aprovado em 3 de fevereiro de 2005.
ASSUNTO: Consulta sobre a autorização dos Cursos Superiores de Tecnologia em Futebol e em Tênis de Campo, de interesse do Centro de Educação Tecnológica Camões, mantido pelo Instituto de Ensino Superior Camões.

PARECER CNE/CEB Nº: 1/2005, aprovado em 22 de fevereiro de 2005.
ASSUNTO: Consulta sobre a abrangência do Parecer CNE/CEB 14/2004, que trata da autorização para a oferta de cursos superiores de Tecnologia nas Escolas Agrotécnicas Federais.

PARECER CNE/CES N. 215/2005, aprovado em 6 de julho de 2005.
ASSUNTO: Autorização para o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Logística, Gestão Financeira, Marketing e Propaganda, Secretariado Executivo, Gestão de Serviços Públicos e Vendas de Varejo, na modalidade a distância, a serem ministrados pela Faculdade de Tecnologia Internacional.

PARECER CNE/CES N. 288/2005, aprovado em 4 de agosto de 2005.
ASSUNTO: Alteração na denominação do Curso Superior de Tecnologia em Aviação Civil: Piloto Comercial para Curso Superior de Tecnologia em Aviação Civil: Piloto Privado.

PARECER CNE/CES N. 401/2005, aprovado em 24 de novembro de 2005.
ASSUNTO: Consulta referente à Resolução CFP nº 1, de 18 de fevereiro de 2005, que veda a inscrição nos Conselhos Regionais de Psicologia dos egressos de cursos tecnológicos na área de Psicologia.

PARECER CNE/CES N. 430/2005, aprovado em 24 de novembro de 2005.
ASSUNTO: Autorização para o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação, na modalidade a distância (Área Profissional: Gestão), a ser ministrado pelo Instituto Superior Tupy – IST, com sede na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

DECRETO FEDERAL N. 5.622/2005, aprovado em 19 de dezembro de 2005.
ASSUNTO: Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2006

DECRETO FEDERAL N. 5.773/2006. ASSUNTO: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

PARECER CNE/CES N. 212/2006, aprovado em 10 de agosto de 2006.
ASSUNTO: Aproveitamento de disciplinas cursadas no curso de Formação de Técnicos em Radiologia em Curso Superior de Tecnologia Radiológica.

RESOLUÇÃO CONTER N. 3/2006, aprovada em 23 de maio de 2006.
ASSUNTO: Institui e normatiza as atribuições do Técnico e Tecnólogo em Radiologia nas Especialidades de diagnóstico no setor hemodinâmico e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONTER N. 11/2006, aprovada em 15 de setembro de 2006.
ASSUNTO: Regula e normatiza a inscrição de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia no SISTEMA CONTER/CRTS. Revoga as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO CONTER N. 18/2006, aprovada em 18 de outubro de 2006.
ASSUNTO: Institui e normatiza as atribuições do Tecnólogo em Radiologia na área de Radiologia Industrial e dá outras providências.

PORTARIA SETEC N. 282/2006, aprovada em 29 de dezembro de 2006.
ASSUNTO: Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

PARECER CNE/CES N. 277/2006, aprovado em 07 de dezembro de 2006.
ASSUNTO: Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação, segundo uma nova metodologia que reúne os cursos em grandes eixos temáticos.

PORTARIA MEC N. 10/2006, aprovada em 28 de julho de 2006. ASSUNTO:
Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 12/2006, aprovada em 14 de agosto de 2006. ASSUNTO: Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

PARECER CNE/CEB N. 2/2006, aprovado em 1 de fevereiro de 2006.
ASSUNTO: Solicita esclarecimento quanto à área profissional na qual se enquadra a Educação Profissional Técnica de nível médio em Estética.

PARECER CNE/CES N. 36/2006, aprovado em 2 de fevereiro de 2006.
ASSUNTO: Convalidação de estudos realizados, pelo acadêmico Rafael Cavalcanti Cutait, no período de 2001/2 a 2004/1, no curso de Formação de Tecnólogos em Hotelaria, ministrado pelas Faculdades Integradas Hebraico Brasileiras Renascença, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

PARECER CNE/CEB N. 33/2006, aprovado em 6 de março de 2006.
ASSUNTO: Solicita pronunciamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

SÚMULA DO PARECER 277/2006, de 14 de março de 2006. Assunto: ASSUNTO: Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação

DECRETO FEDERAL Nº 5.773/2006, aprovado em 9 de maio de 2006. ASSUNTO: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

PORTARIA N. 1.024, aprovada em 11 de maio de 2006. ASSUNTO: Sobre o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

PORTARIA MEC N. 1.027, aprovada em 15 de maio de 2006. ASSUNTO: Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.

PARECER CNE/CES N. 207/2006, aprovado em 10 de agosto de 2006. ASSUNTO: Convalidação dos estudos realizados por Adilson Matias da Silva, nos anos de 2001 e 2002, no Curso Superior de Tecnologia em Processos de Produção ministrado pelo Centro Universitário de Santo André.

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 12, aprovada em 14 de agosto de 2006. ASSUNTO: Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.

PARECER CNE/CES N. 261/2006, aprovado em 9 de novembro de 2006. ASSUNTO: Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

PARECER CNE/CES N. 268/2006, aprovado em 9 de novembro de 2006. ASSUNTO: Credenciamento da Escola Brasileira de Administração Pública e

de Empresas – EBAPE para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial a distância.

2007

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 1, aprovada em 10 de janeiro de 2007.
ASSUNTO: Calendário do ciclo avaliativo do SINAES, triênio 2007/2009.

PARECER CNE/CEB N. 4/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007.
ASSUNTO: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 33/2006, que trata da solicitação de pronunciamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

PARECER CNE/CES N. 22/2007, aprovado em 1 de fevereiro de 2007.
ASSUNTO: Recurso sobre a possibilidade de revisão dos termos da Portaria SESu/MEC no 570, de 4 de setembro de 2006, relativa ao reconhecimento do Curso de Tecnologia e Mídias Digitais, bacharelado, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PARECER CNE/CES N. 120/2007, aprovado em 10 de maio de 2007.
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 291/2006, que trata do credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Rio Claro para Educação a Distância e autorização de Cursos Superiores de Tecnologia, na mesma modalidade.

PARECER CNE/CES N. 256/2007, aprovada em 5 de dezembro de 2007.
ASSUNTO: Reexame do Parecer CNE/CES nº 268/2006, que trata de pedido de credenciamento da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial, na modalidade a distância.

RESOLUÇÃO CNE/CES N. 2/2007, aprovado em 18 de junho de 2007.
ASSUNTO: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

PARECER CNE/CEB N. 17/2007, aprovado em 8 de agosto de 2007.
ASSUNTO: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 4/2007, que trata de solicitação de pronunciamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

PARECER CNE/CES N. 776/1997, aprovado em 3 de dezembro de 1997.
ASSUNTO: Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

PROJETO DE LEI N. 2.079/2007, do deputado Jorginho Maluly (DEM-SP).
ASSUNTO: Altera o art. 282 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de novembro de 1940, acrescentando a profissão de tecnólogo em radiologia.

PROJETO DE LEI N 2.245/2007, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).
ASSUNTO: Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.

2008

PARECER CNE/CES N. 1/2008, aprovado em 30 de janeiro de 2008.
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Centec – Sertão Central, a partir da oferta inicial do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos.

PARECER CNE/CES N. 10/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008.
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia CDL de Fortaleza, a ser instalada no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

PARECER CNE/CES N. 19/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008.
ASSUNTO: Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

PARECER CNE/CES N. 41/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008.
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Felix Guisard, com a oferta inicial do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica.

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 2, aprovada em 31 de março de 2008.
ASSUNTO: Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.

LEI N. 11.741/2008, de 16 de julho de 2008. ASSUNTO: Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

PARECER CNE/CES N. 216/2008, aprovado em 9 de outubro de 2008.
ASSUNTO: Credenciamento do campus fora de sede da Universidade do Grande Rio Prof^o. José de Souza Herdy no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, e autorização para funcionamento dos cursos superiores de Tecnologia em Petróleo e Gás e em Gestão Ambiental.

PARECER CNE/CES N. 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008.
ASSUNTO: Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 3/2008, aprovada em 01 de abril de 2008.
ASSUNTO: Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências.

2009

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 1/2009, de 29 de janeiro de 2009.
ASSUNTO: Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão

avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2009 e dá outras providências.

PORTARIA NORMATIVA MEC N. 8/2009, de 26 de junho de 2009. ASSUNTO: Altera os critérios de habilitação de estudantes das áreas e cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2009 e dá outras providências.

ANEXO IV – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – QUADRO RESUMO

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
1986	Cadernos De Saúde Pública, Rj, 2 (4): 423-439, Out/Dez.	GIRARDI, Sabado Nicolau	O Perfil do "Emprego" em Saúde no Brasil ²⁰ .	“Os dados utilizados neste artigo fazem parte do acervo da Pesquisa ‘Dinâmica do Emprego em Saúde no Brasil, 1976/84’, em desenvolvimento pela Escola Nacional de Saúde Pública/Universidade Federal de Minas Gerais, com supervisão e apoio de IBGE, do Programa de Infra-Estrutura de Serviços de Saúde da OPAS. Nesse sentido constitui-se em resultado parcial de esforço coletivo de pesquisa” (p. 423).
1992	Mestrado. Universidade Metodista De Piracicaba - Educação	HILST, Vera Lucia Scortecci.	A tecnologia necessária - por uma nova pedagogia para os cursos de tecnologia do CEETEPS.	A partir de uma recuperação histórica do ensino profissionalizante do país, onde se relaciona a questão a que estamos vinculados desde a época da nossa descoberta e que por sua vez sempre influenciou o nosso sistema educacional, objetiva-se, contribuir para a elucidação dos fatos relacionados com a discriminação e com a falta de mercado dos profissionais tecnólogos formados em nível superior, nos cursos denominados de curta duração, e que tiveram início nas décadas de 60 e 70 quando da expansão do ensino superior brasileiro. Abordo ainda o problema tecnológico do país frente a pesquisa levantando os diversos sentidos que a portada, não só pela inexistência de áreas de pesquisa que se ocupassem com a geração de produtos para as nossas necessidades, mas também, porque e muito

²⁰ Disponível em: www.scielo.br/pdf/csp/v2n4/v2n4a03.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				menos oneroso em termos de instalação. Tento resgatar o papel que esse profissional (o tecnólogo) desempenhou no período da ideologia desenvolvimentista daquelas duas décadas, sua saída instantânea ou perda de oportunidade logo após a euforia do milagre brasileiro culminando por oferecer alguma sugestões para modificação dessa condição atual dando novo rumo a essa forma de ensino.
1995	Universidade Federal Fluminense, Programa De Pós-Graduação Em Educação	RAMOS, Marise Nogueira	Do ensino técnico à educação tecnológica: (a)- historicidade das políticas dos anos 90.	“O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo compreender o significado das políticas públicas relativas ao ensino técnico federal em implementação nos anos 90, concretizadas na criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (1994) e na transformação de todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica”.
1998	Curso De Pós-Graduação Em Tecnologia, Centro Federal De Educação Tecnológica Do Paraná	NASCIMENTO, Suzana Rodrigues.	A educação tecnológica no processo de ensino-aprendizagem das técnicas de enfermagem	“O ensino da Enfermagem percorreu um longo caminho até alcançar o <i>status</i> de educação superior: para tanto, enfrentou diversas dificuldades relacionadas não apenas à estrutura das universidades, como também às metodologias adotadas pelos docentes nas suas práticas pedagógicas. (...) Os resultados mostram que, na opinião dos docentes, o ensino da Enfermagem não passou por muitas mudanças, sendo considerado importante, por todos os entrevistados, durante a graduação e justificando de diversas maneiras. Quanto à percepção dos docentes sobre

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				as técnicas de Enfermagem, os resultados revelam definições pautadas no tecnicismo” (p. 6).
1999	Universidade Federal Do Paraná - Educação	MARIANO, Carlos Henrique.	Da Educação Profissional para a Educação Tecnológica: um estudo do curso de eletrotécnica do CEFET-PR	O presente trabalho procura analisar as influências provocadas na organização dos conteúdos e da própria estrutura da escola profissionalizante frente às demandas das políticas neoliberais tomadas por nosso país e do desenvolvimento científico e tecnológico apropriado pelo modo capitalista de produção nos tempos de reestruturação produtiva do final deste século.
1999	Boletim Senac. Rio De Janeiro. V. 25, N. 3, P. 40-53, Dez.	LIMA FILHO, Domingos Leite.	Formação de Tecnólogos: Lições da Experiência, Tendências Atuais e Perspectivas ²¹ .	“O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – Cefet-PR, em especial no tocante à experiência de implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia, opção que, no contexto da reforma da educação profissional, foi a privilegiada por aquela instituição” (p. 1).
2000	Cadernos De Pesquisa, N. 111, P.47-70, Dez.	CUNHA, Luiz Antônio.	Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile ²² .	“O artigo analisa políticas educacionais em três países latino-americanos (Brasil, Argentina e Chile), nos anos 80 e 90, comparando-as, em cada país, com as das décadas anteriores, assim como entre uns e outros. Como foco de análise, o autor tomou a educação intermediária, definida como a posicionada entre a educação obrigatória e a educação superior. As políticas para esse segmento, em cada país, foram examinadas com

²¹ Disponível em: www.senac.br/BTS/253/boltec253d.htm - 76k

²² Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a03.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				referência à persistência e/ou à mudança da dualidade estrutural. A conclusão do autor é a de que Brasil e Argentina elaboraram e implementam políticas tendentes ao reforço da dualidade, ao passo que o Chile anuncia políticas de sua atenuação” (p.1).
2001	Boletim SENAC, Vol. 27, Nº 3, Set. A Dez.	RAMOS, M.	A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais ²³ .	“As reformas educacionais realizadas em alguns países europeus e latinoamericanos têm-se justificado pela necessidade de adequar a educação às demandas do mundo contemporâneo, tomando-se como base pressupostos e teorias psicológicas. Tem-se, assim, verificado uma forte adesão a uma concepção construtivista de aprendizagem, para a qual são de grande importância as idéias de memorização compreensiva, funcionalidade do conhecimento e aprendizagem significativa”. (p.1) Neste trabalho analisa-se a idéia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre trabalho e formação.
2001	24ª Reunião Anual Da Anped	SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos.	"O novo ensino médio agora é para a vida": Neoliberalismo, racionalidade instrumental, e a relação Trabalho- educação na	“Este trabalho, nos marcos da temática privilegiada pelo GT 09 da ANPEd nos últimos anos, pretende provocar a reflexão sobre a reforma do ensino médio, adotando: a) como dispositivo teórico, os conceitos de ideologia, dualidade escolar (racionalidade emancipatória e racionalidade instrumental), com base nas contribuições de

²³ Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/273/boltec273c.htm>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			reforma do ensino secundário ²⁴ .	Gramsci . b) como dispositivo analítico, a teoria de análise de discurso (AD) (Bakhtin e Orlandi). c) como condições de produção do discurso da reforma, o panorama político econômico neoliberal , representado por seus principais intelectuais orgânicos: as instituições financeiras internacionais (IFIs)” (p.1) .
2001	Mestrado. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná - Tecnologia	VITORETT E, Jacqueline Maria Barbosa.	A implantação dos cursos superiores de tecnologia no CEFET-PR.	O principal objetivo deste estudo foi identificar como ocorreu a implantação dos cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Unidade de Curitiba no ano de 1999. Também buscou identificar as opiniões dos atores envolvidos na implantação dos referidos cursos sobre o que entendiam por educação tecnológica e tecnólogo na tentativa de comparar o processo de implantação com a proposta original apresentada nos anos 70. O estudo inicia estabelecendo o marco teórico que aborda o entendimento de tecnologia, educação tecnológica e um breve histórico do curso superior de tecnologia no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de natureza interpretativa. A técnica de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Os participantes do estudo foram 24 professores que implantaram e divulgaram a idéia do curso superior de tecnologia em todo o sistema CEFET-PR. Os principais resultados apontam

²⁴ Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/T0992091230819.doc

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				um entendimento restrito no que diz respeito ao conceito de tecnologia, como também uma confusão conceitual muito grande na definição do perfil do profissional tecnólogo por parte dos participantes do estudo. Outro aspecto importante evidenciado pelos dados foi que as pessoas que estiveram à frente do processo não tiveram o tempo necessário para considerar experiências anteriores, consultas mais amplas à comunidade acadêmica e ao mercado de trabalho, problemas que ocorreram também nos anos setenta quando da proposta original dos cursos superiores de tecnologia foi implantada.
2002	Mestrado. Universidade Regional De Blumenau - Educação	ANDRADE , Elza Cristina Giostri.	Educação Tecnológica: um desafio para humanização.	Este estudo é resultado de uma pesquisa sobre aspectos que possibilitam a promoção da construção de uma Educação Superior Tecnológica com enfoque humanista. A ênfase deste trabalho está voltada ao desvelamento das concepções que norteiam a prática dos professores do Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, através da análise dos planos de ensino das disciplinas do curso, elaborados pelos professores que as ministram. Pesquisou-se nos planos, evidências de estar o curso alicerçado nos quatro pilares a que se refere o Relatório Jacques Delors, considerado por este trabalho como fundamentais para a construção do caráter humanista da educação e que são: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. A

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				partir de um aprofundamento sobre a Educação Tecnológica no atual contexto social e sobre os referenciais eleitos neste trabalho como fundamentais à construção de uma Educação Tecnológica voltada à formação de um homem comprometido com um futuro de qualidade para o planeta, buscou-se entender que características devem estar presentes em um Curso Superior de Tecnologia, para que seja espaço de formação de um profissional comprometido com o coletivo e com a sustentabilidade planetária. Este trabalho pretende ser um passo importante para a reflexão sobre a estrutura dos cursos da educação tecnológica, bem como sobre o papel do professor desta educação, pois a área tecnológica vem sendo a maior responsável pelos danos à vida planetária.
2002	Doutorado. Universidade Federal De Santa Catarina - Educação	LIMA FILHO, Domingos Leite.	A Reforma da Educação Profissional nos Anos 90	Nesse trabalho investiga-se o processo de Reforma da Educação Profissional no Brasil nos anos noventa e sua implementação nas instituições educacionais públicas, focando em particular as transformações ocorridas e em curso no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Mediante a análise da legislação específica e da influência de documentos produzidos por organismos internacionais sobre política educacional, evidencia-se a articulação entre a reforma em estudo, o processo de reforma do Estado brasileiro e as transformações das relações sociais capitalistas no contexto

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				da globalização. Consta-se que a reforma educacional, sob o argumento da expansão, diversificação e flexibilização da oferta de educação profissional, contribui para a promoção de modalidades educacionais alternativas ou substitutas da educação básica, para a diversificação e segmentação social dos sistemas educacionais de nível médio e superior e para estabelecer uma situação de ambigüidade, na qual a instituição pública reduz sua oferta de educação regular e incrementa sua ação em atividades extraordinárias e pagas, como estratégia de auto-sustentação financeira. Conclui-se que a reforma da educação profissional se constitui em uma estratégia de utilização de recursos públicos para a desestruturação e empresariamento da instituição pública e para a promoção do mercado privado de educação profissional.
2002	Universidade Estadual De Campinas, Faculdade De Educação, Dissertação De Mestrado	MACHADO, Cláudia Denardi	Reforma curricular e o ensino de história nas escolas do Centro Paula Souza	O estudo desta dissertação é a reforma do currículo de História do Centro Paula Souza, trilhando os caminhos da construção da proposta de História temática no interior da instituição: como foi constituída, qual a participação do professor nesse processo, e como foi apreendida por ele dentro da sala de aula.
2002	Mestrado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - Educação: História, Política, Sociedade	MACHADO, Rosana Pereira.	Formação Profissional no Setor de Serviços: O Curso de Tecnólogo em Hotelaria do Senac em São Paulo.	O trabalho tem por objetivo analisar as relações entre as mudanças no mundo do trabalho e na formação profissional nas últimas décadas do trabalho e na formação profissional nas últimas décadas do século passado, com o

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				desenvolvimento do curso de Tecnologia em hotelaria do senac de São Paulo e a predominância feminina para investigar que características a formação profissional no setor de serviços apresenta para responder as necessidades do mercado que atende e às expectativas do público que a demanda. A partir desta análise, admite que, no Brasil, a reestruturação produtiva e seus impactos diferem entre regiões e atividades determinando configurações variadas de setores modernos e tradicionais lidando com as concepções teóricas sobre o crescimento do setor de serviços e suas especificidades. Verificar as mudanças na educação em geral, concretizadas na reforma educacionais, e na educação profissional em particular estas são resultantes de um processo pelo qual, operam interesses diversos na reformulação do papel do Estado, e na reorientação das agências de capacitação profissional privilegiando programas de educação permanente. A pesquisa documental sobre o curso superior de tecnologia em hotelaria indica as mudanças que ocorreram em doze anos de existência de acordo com as questões mencionadas acima e nas entrevistas com as alunas e alunos interpreta a presença das questões de gênero na formação profissional, bem como no mercado de trabalho.
2002	Trabalho, Educação E Saúde, 1(1): 75-91.	PEDUZZI, Marina.	Mudanças tecnológicas e seu impacto no processo de trabalho	“Objetiva-se aqui analisar as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e os seus efeitos ou impactos nos processo de trabalho em saúde.

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			em saúde ²⁵	Trata-se de uma análise que toma como referencial teórico uma vertente dos estudos do trabalho em saúde desenvolvida no Brasil, no campo da saúde coletiva, que, partindo do pressuposto da consubstancialidade entre trabalho e necessidades sociais, vai aprofundar a investigação dos processos de trabalho e seus elementos constituintes, bem como da dimensão intersubjetiva e ético moral da produção de serviços de saúde. Considerada, de um lado, a complexidade dos objetos de trabalho em saúde que requerem simultaneamente o aprofundamento vertical do conhecimento especializado e a sua integração e, de outro, a introdução de novos modelos organizacionais/gerenciais e a constante inovação e incorporação tecnológica, observam-se mudanças marcantes nos processo de trabalho, dentre as quais destacam-se: o caráter multiprofissional e interdisciplinar das práticas de saúde, o redimensionamento da autonomia profissional diante da necessidade de recomposição dos trabalhos especializados, e a necessidades de garantir maior e permanente qualificação profissional para o conjunto dos trabalhadores em saúde, tanto na dimensão técnica quanto na ético-política e comunicacional". (p. 75).
2002	Doutorado. Universidade	QUEIROZ, Zuleide	Em cada sala um rosário,	A década de 1990 foi marcada por um novo ordenamento legal

²⁵ Disponível em:

www.revista.epsjv.fiocruz.br/numeros/buscaredicao.cfm?Acao=Anterior&Num=1 - 23k

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Federal Do Ceará - Educação	Fernandes de.	em cada quintal uma oficina - o tradicional e o novo na história da educação tecnológica no Cariri cearense.	na educação brasileira. Esse ordenamento se caracterizou por uma política de ensino tecnológico envolvendo instituições de ensino superior e de ensino médio como atrativo para novos investimentos. No Estado do Ceará essa política se deu através do projeto de governo intitulado "das mudanças" que buscou, via formação de recursos humanos a perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, interiorizando políticas de investimentos industriais nacional e internacional. Nesse sentido nossa tese teve por objetivos, identificar as políticas educacionais para a educação tecnológica, propostas para a década de 1990, nos Planos de Governo do Estado do Ceará, tendo com locus de pesquisa as diversas instituições criadas na região do cariri Cearense - Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA, Unidade Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - UNED/CEFET e o Centro de Ensino Tecnológico do Juazeiro do Norte - CENTEC/Cariri. e verificar o potencial sócio-político-econômico da região e a importância das suas antigas e novas instituições educacionais, como promotoras do seu desenvolvimento.
2002	Mestrado. Centro Federal De Educação Tecn. De Minas Gerais - Tecnologia	RIBEIRO, Lúcia Emília Letra	Um estudo sobre modelos de formação de tecnólogos em desenvolvimento no Brasil;	Esta dissertação foi desenvolvida com o objetivo de identificar, analisar e descrever as características de modelos de formação de tecnólogos em desenvolvimento no Brasil. Sua finalidade é contribuir para ampliar e aprofundar a

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			contribuição à análise, avaliação e posicionamento no âmbito político-pedagógico.	compreensão a respeito dessa formação, favorecendo a análise, avaliação e posicionamento no âmbito político-pedagógico.
2002	Mestrado. Centro Federal De Educação Tecn. De Minas Gerais - Tecnologia	RIBEIRO, Maria Salete da Costa.	Os cursos de tecnologia dos CEFETS MG e PI - estudos preliminares sobre as perspectivas profissionais.	Este trabalho resulta de uma análise de currículo de dois Cursos Superiores de Tecnologia com formação em Tecnólogos, oferecidos pelos CEFET-MG e CEFET-PI, com o objetivo de verificar se ambos, detendo a mesma regulamentação, e matrizes curriculares próximas, atendendo a perfis profissionais e contextos diferentes proporcionam aos profissionais formados por essas instituições de ensino, uma capacitação, que ao serem inseridos no mercado de trabalho, contribua para o seu desenvolvimento efetivo, enquanto profissionais, fornecendo-lhes segurança para enfrentarem os desafios impostos pela globalização, que impõe ao indivíduo ser eficiente, a fim de lutar pela empregabilidade e pela competitividade e os leve a desempenhar com eficiência suas funções. Para a realização do trabalho fez-se uma pesquisa qualitativa através da leitura de documentos, de entrevistas e da aplicação de questionários aos sujeitos da pesquisa: discentes, docentes, coordenadores, diretores de ensino, diretora de relações empresariais e gerente dos cursos superiores dos dois Centros de Ensino.
2002	Brasília, Df.: Capes; Rio De Janeiro:	HEYMANN , Luciana; ALBERTI,	Trajetórias da Universidade privada no	O presente trabalho é fruto de um convênio estabelecido entre o Centro de Pesquisa e

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Fundação Getúlio Vargas/ Cpdoc, 2 V.	Verena. (orgs.).	Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV ²⁶ .	Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e contou com a consultoria do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília (Nesub/ Ceam/ UnB). Inspirado pela necessidade de um conhecimento mais aprofundado do setor privado no ensino superior, o projeto <i>Trajetórias da universidade privada no Brasil</i> , objeto desse convênio, buscou conhecer algumas das trajetórias institucionais mais significativas desse segmento por meio da realização de entrevistas de história oral com reitores e/ou mantenedores. A escolha da metodologia de história oral visou a preencher uma lacuna diante do relativamente pequeno avanço das pesquisas qualitativas nessa área, especialmente se considerarmos a magnitude das transformações em curso (p. 8-9)
2002	Universidade De Passo Fundo - Educação	Woltz, Ana Maria	Tecendo uma Formação: o curso superior de Tecnologia em Confecção Têxtil	O estudo traz uma avaliação qualitativa do curso superior de Tecnologia em Confecção Têxtil da Universidade de Passo Fundo em relação aos aspectos formativos e às relações de trabalho estabelecidas por seus egressos. Busca evidenciar os indicadores de qualidade do curso através da análise dos objetivos de formação, currículo, ação docente,

²⁶ Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				recursos tecnológicos e demais atividades relativas ao processo de formação do tecnólogo em confecção têxtil e das relações por ele estabelecidas com o mundo do trabalho. A pesquisa insere-se no contexto teórico da avaliação institucional e o método utilizado para seu desenvolvimento foi o estudo de caso. Os sujeitos envolvidos - egressos, professores e empresários conveniados - manifestaram suas percepções sobre o curso e seu profissional através de entrevistas e questionários, complementados pela pesquisa documental nos arquivos do curso. As informações coletadas foram analisadas e interpretadas na perspectiva teórico-metodológica da análise de conteúdo. Os achados da pesquisa indicam aspectos positivos e sugerem desafios a serem trabalhados para o aprimoramento da qualificação humana e técnica do profissional egresso do curso em estudo. Dentre os desafios sugeridos, destaca-se a formação didático-pedagógica e atualização profissional do corpo docente, acompanhamento e formação continuada para os egressos, relações mais intensas com o mundo do trabalho e avaliação institucional qualitativa sistemática em nível de curso.
2003	Educ. Soc., Campinas, Vol. 24, N. 82, P. 37-61, Abril.	CUNHA, Luiz Antônio.	O Ensino Superior no octênio FHC ²⁷	“Este artigo se propõe a analisar o ensino superior brasileiro durante o período 1995/2002, para o que são focalizadas, principalmente, as políticas do governo federal.

²⁷ Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Depois de apresentar as mudanças determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o artigo relaciona e analisa as medidas do Governo Fernando Henrique Cardoso que constituíram uma verdadeira normatização fragmentada do ensino superior, a saber: o acesso aos cursos de graduação, o poder docente na gestão universitária, o Conselho Nacional de Educação, a avaliação e o formato institucional. O artigo finaliza com um balanço dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso no campo do ensino superior, o qual revela uma intensificação da privatização no período, assim como um deslocamento da fronteira entre o setor público e o setor privado” (p.1).
2003	Boletim Técnico Do SENAC. Vol. 29, N.2, Set/Dez,	ALEXIM, João Carlos; LOPES, Carmen Lucia Evangelho.	A certificação profissional revisitada.	“Passado algum tempo desde o final do Projeto sobre o Avanço Conceitual e Metodológico da Educação Profissional no campo da Certificação e da Diversidade, patrocinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e conduzido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, que motivou o envolvimento de importantes instituições de governo e de áreas sociais, funcionando ainda como um “fórum de debates” entre todos os setores interessados (1997-2002), pareceu oportuno aos autores fazer uma reflexão crítica sobre a configuração que o tema da certificação vem assumindo na atualidade. Mantém-se a divisão entre três modelos básicos: aqueles que seguem as

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				<p>demandas de qualidade e produtividade do sistema produtivo; os que pretendem se integrar a um processo de educação permanente e os que se alinham com as demandas qualificadas do mercado de trabalho. O primeiro grupo já tem bastante definida sua configuração, o segundo ainda discute sua melhor concepção, enquanto o terceiro grupo, apesar de depender ainda de definições políticas, já conta com algumas experiências demonstrativas. Em qualquer alternativa, discute-se a necessária presença dos atores sociais e o papel da negociação, para se estabelecer um sistema de certificação mais afinado com as demandas socioeconômicas do país”. (p.1)</p>
2004	27ª Reunião Anual Da Anped.	GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite.	Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional ²⁸ .	<p>“Este trabalho se insere no debate teórico que subsidia a discussão da reestruturação do Ensino Médio e da Educação Profissional. Num primeiro momento buscamos recuperar o esforço da comunidade acadêmica em definir as finalidades do Ensino Médio e da Educação Profissional. Em seguida, procuramos identificar como os conceitos de politecnia e educação tecnológica foram sendo construídos e que significados assumiram na história da educação brasileira, tanto no âmbito de sua conceituação quanto de sua presença na legislação educacional. Por fim, compreendendo que este é um debate em construção no qual se explicitam posições diversas,</p>

²⁸ Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/27/diversos/te_domingos_leite.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				seja no âmbito teórico ou nas posições relativas à implementação de políticas públicas, apresentamos um conjunto de considerações que visam contribuir com esse esforço de análise crítica” (p. 1 e 2).
2004	Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, N. 88, P. 795-817, Especial - Out.	CUNHA, Luiz Antônio.	Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado ²⁹ .	“Este artigo pretende analisar o processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil, particularmente seus mecanismos de reprodução ampliada. A tese defendida é a de que o desenvolvimento do ensino superior se dá por um processo desigual e combinado dos diferentes setores, especialmente do setor público e do setor privado. O efeito mais dramático desse processo é a improvisação dos professores do setor privado, que produz efeitos negativos para a qualidade do ensino, nos níveis de graduação e pós-graduação. O artigo prevê três tendências de desenvolvimento do ensino superior: a regulação pelo mercado, a estatização e uma combinação de ambas. Em conclusão, os possíveis efeitos de cada uma dessas tendências são examinados, destacando-se, como a mais viável, a terceira tendência, isto é, a que combina Estado e mercado. Em decorrência, o artigo defende a elaboração de uma lei orgânica do ensino superior, que, sem confrontar a autonomia universitária, estabeleça marcos para a avaliação, o financiamento, a carreira docente, a escolha de dirigentes, entre outros” (p. 1).

²⁹ Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a08v2588.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2004	Boletim Técnico Do SENAC. Vol. 30, N. 3. Set./Dez.	DELUIZ, Neise	A Globalização Econômica e os Desafios à Formação Profissional.	Este artigo trata dos desafios atuais postos à formação profissional por um contexto de globalização econômica, de novas formas de organização da produção e do trabalho e dos crescentes processos de democratização da sociedade. Discute as tendências e características do trabalho e as novas competências dos trabalhadores, seu conteúdo, sua historicidade e sua vinculação às relações sociais. Aponta para os riscos da "abordagem das competências" em sua visão tecnicista e lança questões sobre a problemática atual da certificação das competências que está sendo implementada no País.
2004	Mestrado. Universidade Cidade De São Paulo - Educação	ENÉAS, Regina Maria.	Curso Superior de Educação Tecnológica: um estudo numa perspectiva interdisciplinar de uma professora iniciante sobre um curso iniciante.	No advento do início do século XXI, muitos desafios tem se consolidado como clássicos no campo da educação Interdisciplinar, sobretudo no que diz respeito a Formação de Professores e à discussão de sua identidade profissional. Porém, as necessidades são transformadas a passo das sutis transformações impostas pela legislação e contextualização social, como é o fato observado e estudado nesta comunicação: o Curso Superior de Educação Tecnológica (CST), cujas diretrizes estão expressas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Trata-se de um curso iniciante no Brasil, nas instituições particulares, portanto, inserido em uma sociedade que não compreende suas especificidades e características, observando parte da mão de obra de professores do ensino superior. No entanto,

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				os professores que atuam neste novo campo de ensino possuem uma característica única que, por este motivo, tornaram-se o objeto deste trabalho: são todos iniciantes, dentro da categoria do pesquisador António Nóvoa, o que significa dizer que possuem menos de três anos de experiência. Partindo da reflexão de minha própria prática profissional como professora iniciante dos CST da área de matemática, de minha participação em grupos de discussão entre professores, de trocas de e-mails entre esses mesmos professores e, finalmente, de entrevistas, este trabalho, tem como objetivos principais apresentar alguns aspectos dos estudos teóricos sobre a interdisciplinaridade e formação de professores, formulando e propondo um espaço de formação de professores para o CST, levando-se em conta todas as particularidades deste curso na atual sociedade, bem como discernir sobre os três AAA propostos por António Nóvoa e propor um quarto A desenvolvido ao longo deste trabalho e que tornou o coração das ações aqui analisadas: o A de Atitude Interdisciplinar.
2004	Profissionalizante. Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza - Tecnologia: Gestão Desenvolvimento E Formação	MENINO, Sergio Eugênio.	Formação Tecnológica para a Sociedade do Conhecimento.	O objetivo deste trabalho foi contribuir para a discussão sobre a formação tecnológica. Procurando entender se e como o atual cenário pode se constituir num sistema integrado e articulado de ensino que promova a inovação tecnológica, a competitividade e a empregabilidade para o ingresso da sociedade brasileira, com o mínimo

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				<p>possível da exclusão social, n rol da sociedade do conhecimento. Especificamente, estudar como se caracteriza a formação tecnológica à luz das necessidades que a construção dessa sociedade impõe. E como contribui como resposta aos estímulos e às demandas das várias partes interessadas nessa construção. Este trabalho foi elaborado através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, acessando -se a literatura, documentos oficiais e de organizações internacionais, legislação e papers de autores diversos que se relacionam com o assunto; carregando esta dissertação um viés de análise vindo das Ciências Sociais Aplicadas e trazendo ainda a visão empírica dos problemas com que se defronta a formação tecnológica, pela experiência acadêmica do autor como professor e coordenador de cursos superiores de tecnologia. Procurou-se: apresentar o macroambiente em que se situa o tema, analisar a formação tecnológica como resposta às demandas para a construção da Sociedade do Conhecimento e descrever o cenário de formação tecnológica do Brasil. Na conclusão foi abordada a discussão básica de e para onde esse cenário tende a se encaminhar.</p>
2004	Boletim Técnico Do SENAC. Vol. 30, N. 2mai./Agost.	PIQUET, Rosélia.	Ensino Superior e Vocação Regional: uma análise referida ao Norte Fluminense	Os argumentos elaborados no texto pretendem tão-somente mostrar a fragilidade que poderá assumir uma política de desenvolvimento educacional tendo como norte o conceito de "vocação regional", posto que impreciso e mutável.

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2004	Trabalho, Educação E Saúde, 2 (1): 239-265.	KUENZER, Acacia Z.	Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho ³⁰ .	“Este artigo propõe-se a discutir as possibilidades e os limites da intervenção social e da satisfação no trabalho dos profissionais da saúde, buscando compreender em que, nos limites do capitalismo, eles se aproximam dos trabalhadores da educação e dos trabalhadores diretamente produtivos”. (p.1)
2004	Mestrado. Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa - Educação	TEIXEIRA, Dayse Cristina Lins.	Cursos Superiores de Tecnologia do CEFET-AL: Desafios e Perspectivas	A presente pesquisa tem como objetivo geral apontar os desafios pelos quais os egressos dos cursos superiores de tecnologia de Turismo e Tecnologia da Informação no CEFET/AL estão enfrentando após a formação, bem como as perspectivas, inclusive as pessoais, dentro do competitivo mundo do trabalho. Para a realização desta pesquisa, optamos por uma metodologia que contemplasse tanto os aspectos quantitativos como qualitativos. Qualitativamente na fase do pré-teste, foram organizados grupos focais com a intenção de provocar um debate entre egressos, a fim de colher de forma mais coletiva, motivadora e rápida as informações sobre as perspectivas e desafios. Quantitativamente, utilizamos instrumentos de coleta de informações com questões objetivas a serem respondidas individualmente pelos alunos egressos dos cursos tecnológicos acima referidos, totalizando um universo de 147 (cento e quarenta e sete) egressos. Desse universo

³⁰ Disponível em:

<http://www.revista.epsiv.fiocruz.br/numeros/buscaedicao.cfm?Acao=Anterior&Num=22>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				retiramos uma amostra de 60 alunos. As informações dadas por estes alunos foram importantes, na medida que nos permitiu conhecer, de forma detalhada, os pontos positivos e os negativos que eles enfrentaram ou enfrentam para inserir-se no mercado de trabalho. Tomando como base teórica o pensamento de DELUIZ (1999), MANFREDI (1998), FRIGOTTO (2000), ANTUNES (2002), RAMOS (2001), procuramos problematizar a formação tecnológica, visando a situação dos egressos como ponto norteante à pesquisa. Constatamos, por fim, que a formação profissional de qualidade não é fator determinante para o ingresso dos(as) alunos(as) oriundos(as) dos cursos tecnológicos no mercado de trabalho. As políticas educacionais que subjazem a este tipo de formação não são suficientes para garantir a empregabilidade dos egressos do CEFET/AL.
2004	Mestrado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - Educação Matemática	NOVAES, Diva Valério.	A mobilização de conceitos estatísticos: estudo exploratório com alunos de um curso de Tecnologia em Turismo.	O estudo teve por objetivo analisar se os alunos de um curso Superior de Tecnologia em Turismo estão mobilizando de forma eficaz, os conceitos e concepções constituídos na aprendizagem da Estatística, na resolução de problemas práticos de sua área de atuação, bem como, detectar dificuldades e tipos de erros cometidos após a aprendizagem. Foram sujeitos desta pesquisa, seis duplas de alunos que já haviam cursado a disciplina Estatística. Analisamos seus procedimentos

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				de resolução em situação-problema no campo de pesquisa de demanda turística, à luz de teorias da Didática da Matemática, propostas por pesquisadores franceses tais como Aline Robert (níveis de conceitualização e níveis de mobilização de conceitos) e Gerard Vergnaud (Teoria dos Campos Conceituais). Por tratar-se de um estudo exploratório, a análise dos dados e os resultados por nós obtidos poderão servir de ponto de partida para um aprofundamento da pesquisa sobre a construção de conceitos por alunos que utilizarão a Estatística como ferramenta em seu contexto profissional, nas mais diversas áreas.
2005	Mestrado. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná - Engenharia De Produção	Almeida Júnior, Eurico Pedroso de.	Empregabilidade do profissional formado nos cursos superiores de tecnologia: O caso das médias e grandes empresas da região norte do Paraná.	A presente pesquisa discute a necessidade das empresas da região Norte do Paraná por profissionais formados nos Cursos Superiores de Tecnologia. Trata-se de uma pesquisa exploratória que, em função dos procedimentos técnicos adotados, pode ser caracterizada como um estudo de caso. O método de pesquisa empregado foi o indutivo. A coleta de dados foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi empregado um questionário para coletar informações quantitativas das empresas da região com objetivo de definir a amostra, que foi composta de empresas de médio e grande porte da região que apresentavam maior número de tecnólogos trabalhando. A etapa seguinte, dentro das empresas selecionadas, foi realizada uma entrevista qualitativa, semi-estruturada com colaboradores

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				responsáveis pelo Recursos Humanos e áreas de produção. A hipótese levantada no início da pesquisa, de que há espaço para atuação do profissional tecnólogo nas médias e grandes empresas da região Norte do Paraná, pode ser sustentada após a análise do questionário enviado às empresas e as entrevistas realizadas. Os resultados mostram que há por parte das empresas a necessidade por profissionais formados nos Cursos Superiores de Tecnologia, na maioria dos casos, ele atua dentro de sua área de formação, e sua convivência com outros profissionais formados nas áreas tecnológicas ocorrem normalmente.
2005	Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo	CARVALHO, Alan H.P.	A Formação Tecnológica e os Cursos Sequenciais. A visão do corpo docente de um curso seqüencial da área de tecnologia da informação.	A partir da década de 1990, com as mudanças nas relações sócio-econômicas decorrentes de fenômenos como a globalização, a evolução da sociedade da informação e o crescimento da economia do conhecimento, as discussões sobre políticas educacionais da época buscaram encontrar alternativas de qualificação e requalificação profissional que pudessem atender às novas demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.396/1996) apresentou uma nova modalidade de curso superior como uma das possibilidades de formação tecnológica, o curso seqüencial, concebido por Darcy Ribeiro com algumas características semelhantes às do community colleges

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				encontrados nos EUA, embora adaptados à realidade brasileira. A partir da apresentação das particularidades desses cursos e do perfil do docente que neles atua, este estudo procurou comparar a visão apresentada pelo corpo docente de um curso seqüencial na área de Tecnologia da Informação em uma universidade privada na cidade de São Paulo com as propostas feitas quando da concepção desses cursos, de forma a verificar se os docentes conseguem tornar o seqüencial em que atuam uma alternativa viável de formação tecnológica para seus alunos, apesar de não terem uma visão exata sobre o que é essa modalidade de ensino superior.
2005	Instituto De Estudos Do Trabalho E Sociedade (Trabalho Realizado Por Solicitação Do SENAI)	SCHWARTZMAN, Simon	A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica ³¹ .	“Este documento trata de três temas interligados, a expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação profissional. O objetivo é entender melhor o contexto em que está se dando o desenvolvimento da educação profissional no Brasil, e quais são as alternativas de ação possíveis para o SENAI, como participante privilegiado nas atividades de educação profissional” (p. 2).
2005	Instituto De Estudos Do Trabalho E Sociedade	CHRISTOPHE, Micheline	A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação	Este trabalho faz um levantamento sobre a legislação da educação tecnológica nos anos da década de 1990 e 2000, traçando um breve histórico.

³¹ Disponível em: www.iets.org.br/article.php3?id_article=424

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			Profissional brasileira ³² .	
2005	Brasília : UNESCO, INEP/MEC.	ESTEVES, Luiz Carlos Gil et alii.	Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio ³³	<p>“Este trabalho tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão dos saberes que os jovens possuem sobre a escola e as perspectivas de mudança dentro e fora desta instituição, a partir do seu olhar. Em parceria com o MEC, foi promovida uma extensa pesquisa sobre o cenário do Ensino Médio, na qual foram captadas as percepções de vários atores presentes na escola: alunos, professores, diretores e outros membros da comunidade escolar, considerando as diferentes relações sociais que caracterizam o cotidiano das escolas, bem como as expectativas, os desejos, as avaliações e as propostas desses atores. O resultado direto dessa investigação é o livro Ensino Médio: Múltiplas Vozes. Por ocasião dessa pesquisa, solicitou-se que estudantes de escolas públicas e privadas das 13 capitais brasileiras onde a mesma foi realizada escrevessem cartas, com o propósito de examinar as singularidades do cotidiano escolar. Assim, 1.777 alunos e alunas de escolas públicas e privadas do país manifestaram, em uma perspectiva abrangente, seus posicionamentos a respeito do universo escolar” (p. 25).</p>
	B. Téc. Senac, Rio	DELUIZ, Neise	Pedagogia do trabalho na	“Há muito que as professoras Acácia e Neise vêm estudando

³² Disponível em: www.iets.org.br/article.php3?id_article=425

³³ Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/estarnopapel>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2005	De Janeiro, V. 31, N. 1, Jan./Abr.,.		acumulação flexível: os processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente” como uma nova forma de dualidade estrutural (entrevista com Acácia Kuenzer)	o tema da educação e do trabalho no Brasil. Ambas têm livros e artigos publicados a respeito, alguns deles constituindo referências fundamentais para a área. Nessa entrevista elas analisam o impacto que as mudanças na relação entre educação e trabalho exerceram, nas duas últimas décadas, sobre a atividade escolar e não escolar, cuja conseqüência principal reside na fragmentação da ação pedagógica. Destacam, ainda, a atualidade da discussão sobre a politecnia, no contexto da organização do trabalho pedagógico, e o significado dos processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente” na perspectiva dos mundos da educação e do trabalho”.(p. 1)
2005	Mestrado. Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa - Educação	LUCENA, Maria de Fátima Duarte.	O Curso Superior de Tecnologia em Gerência de Obras de Edificações do CEFET-PB e o Mercado de Trabalho.	O Curso Superior de Tecnologia em Gerência de Obras de Edificações e sua relação com o mercado de trabalho local constituem o enfoque do presente trabalho. Em decorrência das transformações tecnológicas, um novo perfil profissional é necessário, para tanto este estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre as características do programa do Curso Superior de Tecnologia em Gerência de Obras de Edificações e o mercado de trabalho em João Pessoa. Na pesquisa foram utilizados questionários e entrevistas procurando alcançar os alunos, professores e dirigentes de empresas. Os resultados analisados mostram que, apesar das diversas crises

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				do momento, o tecnólogo em Gerência de Obras de Edificações que buscou um lugar no mercado conseguiu se colocar, mesmo sendo ainda em número reduzido. Ainda com base nos resultados, constatou-se problemas e dificuldades que são obstáculos para a admissão do novo profissional, o tecnólogo, no mundo do trabalho.
2005	Mestrado. Pontifícia Universidade Católica Do Paraná - Educação	MOLETTA, Isabelle Christine	A Prática Pedagógica nos Cursos Superiores De Tecnologia: um estudo de caso	Os Cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação que estão enquadrados dentro do contexto da Educação Profissional de nível Tecnológico, visando formar profissionais competentes que atendam a uma sociedade em constantes mudanças e transformações. O desafio que se coloca é como passar de uma visão tecnicista e preconceituosa da educação profissional que sempre esteve tão presente em nossa história, para uma proposta de produção do conhecimento, onde o discente tenha uma formação que não separe a tecnologia dos aspectos sociais, que entenda e compreenda o porquê da aplicação da tecnologia e que saiba discernir entre vários usos dessa tecnologia, em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o presente trabalho é fruto de uma investigação teórica e uma pesquisa empírica sobre a prática pedagógica nos Cursos Superiores de Tecnologia. Optou-se por uma abordagem qualitativa, onde foi aplicado um

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				estudo de caso com a utilização de entrevistas e questionários, em três cursos da faculdade de Tecnologia OPET: Marketing de Varejo, Gestão Financeira e Sistemas de Informação.
2005	Mestrado. Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro - Educação Agrícola	PELLA, JADIR JOSÉ.	Cursos Superiores de Tecnologia no CEFET-ES: implantação e perspectivas.	O objetivo deste trabalho é mostrar a implantação dos cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. Dessa forma, buscou identificar a percepção dos alunos acerca do que é ser tecnólogo, a percepção dos professores acerca do que é o curso superior de tecnologia, a percepção das empresas e dos órgãos de classe acerca desse profissional e de que forma a gestão do CEFET-ES pode contribuir com o perfil desse profissional no mercado de trabalho. O estudo inicia mostrando as variações interpretativas em torno do conceito de tecnologia e fazendo um breve relato sobre a história do curso superior de tecnologia no Brasil e no CEFET-ES, além de apontar o perfil do profissional hoje. A metodologia desse estudo procurou, num primeiro momento, se apoiar em levantamento bibliográfico sobre o assunto, para, num segundo momento, realizar pesquisa de campo por meio de questionários aplicados a 40 alunos e a 20 professores de cursos superiores.
2005	Mestrado. Universidade Federal Rural	PENA, Flávio Eymard Da	Proposta de organização curricular do	Este estudo tem por objeto de investigação o Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura e

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Do Rio De Janeiro - Educação Agrícola	Rocha.	Curso Superior de Tecnologia em Aqüicultura: A Escola Agrotécnica Federal de Colatina como referência Piloto.	foi orientada com a mediação do objetivo de organizar uma proposta curricular coletivamente construída, sendo referenciado em uma pesquisa, cuja construção foi baseada em três perspectivas: a primeira essencialmente teórica e teórico-metodológico. A segunda perspectiva, de base empírica, foi pautada em indicações e princípios coletados em pesquisa de campo, mobilizando o interesse dos sujeitos, sendo realizada através de inquirição, junto a uma amostra de ex-alunos oriundos da mesma escola que - por terem realizado o Curso Técnico Agrícola com habilitação em Zootecnia, cursaram a disciplina Aqüicultura - que lhes qualifica e credencia a falar com certo conhecimento de causa. Somaram-se a estes, amostras de prováveis professores do Curso, e de especialistas que atuam como consultores no campo da aqüicultura, no Estado do Espírito Santo. A terceira perspectiva articula teoria e prática, sendo de natureza praxiológica. As indicações levantadas permitiram construir um desenho curricular que foi validado por especialistas das áreas de Currículo e da Aqüicultura, valendo dizer que o esboço da proposta não constitui um porto seguro de chegada, mas há que ser concebido como um desafiante ponto de partida – que a proposta apenas inaugura.
2005	Doutorado.		A criação de	Neste trabalho, da linha de

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Universidade Federal De Goiás - Educação	PIRES, Luciene Lima De Assis.	universidades tecnológicas no brasil: uma nova institucionalidade para a educação superior.	pesquisa Estado e Política Educacional, busca-se analisar a criação de universidades tecnológicas no Brasil, como resultante das políticas de diversificação e diferenciação institucional, implementadas pela reforma da educação profissional dos anos noventa, que desencadeou, na rede de educação tecnológica, um movimento interno na busca de uma nova institucionalidade para as instituições que a compõem. No bojo das políticas e gestão para a educação, verificam-se alterações substantivas destacando-se, dentre outras, a criação dos centros federais de educação tecnológica, a redução na oferta de ensino médio, bem como a inserção no ensino superior com a diversificação na formação, via criação dos cursos de tecnologia. E, neste universo, como foco do trabalho, inserem-se os projetos de transformação de CEFETs em universidades tecnológicas, que estão em tramitação na Câmara dos Deputados, destacando-se, em particular, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, transformado em universidade tecnológica pela Lei 11.184, de 07 de outubro de 2005.
2005	Brasília, Ministério Da Saúde	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)/ Departamento de	Notas sobre o desempenho do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (período de fevereiro de 2004 a junho de 2005)	Relatório de atividades da DEGES – 2004/2005

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
		Gestão da Educação na Saúde (DEGES)		
2005	Mestrado. Universidade Do Oeste Paulista - Educação	TREVISAN , Valter Luiz.	Análise reflexiva do processo de construção do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em música: linguagens, produção e multimeios.	Este trabalho tem por objetivo o estudo da proposta pedagógica de criação do Curso Superior de Tecnologia em Música: Linguagens, Produção e Multimeios da Unoeste. Por meio deste estudo realizamos uma analogia entre arte e ciência e refletimos sobre o importante papel que os recursos tecnológicos exercem sobre a produção e difusão musical nos dias de hoje. Esse trabalho tece ainda considerações gerais e históricas a respeito dos Cursos de Tecnologia e sua abrangência como graduação superior a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96 - e a importância dessa modalidade de ensino para formação de profissionais com competências e habilidades específicas e emergentes.
2006	Universidade De Taubaté - Lingüística Aplicada, São Paulo	ABUD, Ana Cláudia	As representações sobre o professor de inglês em um curso superior de tecnologia em hotelaria: papéis, ações e conhecimento	Este estudo tem como objetivo identificar as representações que os alunos de um curso superior de Tecnologia em Hotelaria, os professores de outras disciplinas e o coordenador dessa área têm sobre o professor de inglês, mais especificadamente, sobre os papéis, ações e conhecimento deste profissional. Esta pesquisa aconteceu em um curso superior de Tecnologia em Hotelaria em uma cidade turística situada no Vale do

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Paraíba.
2006	Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica De Minas, Programa De Pós-Graduação Em Educação.	AMARAL, Cláudia Tavares do	Políticas para a formação do tecnólogo: um estudo realizado em um curso de gestão empresarial	Este trabalho tem como principal objetivo, analisar as Políticas Públicas para a Educação Profissional, especialmente, as referentes à Formação do Tecnólogo e seus efetivos desdobramentos no âmbito de um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial.
2006	B. Téc. Senac, Rio De Janeiro, V. 32, N. 3, Set/Dez.,	Alexim, João Carlos.	Certificação profissional: avanços e entraves dez anos depois.	“Uma parceria entre a OIT e o Ministério do Trabalho e Emprego permitiu, a partir de 1996, a criação de um fórum de discussões sobre a certificação profissional no Brasil, reunindo setores com interesse significativo no tema. A iniciativa teve seguimento com a formalização de uma comissão técnica pelo INMETRO e de uma comissão intergovernamental para estudar a criação de um Sistema Nacional de Certificação Profissional. Nesse tempo, a certificação profissional tem ganho terreno como instrumento de regulação do mercado de trabalho e de reforço dos projetos de desenvolvimento da qualidade da produção e dos serviços no país. As questões de justiça social, igualdade de oportunidades e redução da exclusão social permeiam as discussões e os esforços de implementação dos programas. Em síntese, o artigo procura retratar esse percurso e analisar alguns resultados”. (p.1)
2006	Instituto Oswaldo Cruz	CARVALHO, Célia	Estudo do perfil	“A temática central deste trabalho é analisar as

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	(Dissertação De Mestrado Em Ensino De Biociências E Saúde)	Regina Fernandes de.	profissional e da formação acadêmica do tecnólogo em estética: estudo de caso.	mudanças ocorridas no mundo do trabalho do profissional de estética, através da investigação de aspectos de ordem cognitiva, econômica, social e política que circunscrevem e interferem na formação do trabalhador. Como hipótese orientadora para essa pesquisa, parte-se do pressuposto de que os cursos superiores tecnológicos apresentam em seus currículos conteúdos que priorizem a prática e as habilidades. Dessa forma, desconsidera-se a cultura geral e fragmenta-se a fundamentação científica que confere as bases à tecnologia submetendo a educação profissional” (p.8).
2006	B. Téc. Senac, Rio De Janeiro, V. 32, N. 2, Maio/Ago., 2006.	CASTRO, Léa Maria Sussekind Viveiros de.	Panorama da educação profissional na América Latina e Caribe ³⁴ .	“Na entrevista o diretor do Cinterfor relata a experiência pioneira desse organismo da OIT para América Latina e Caribe, no desenvolvimento de uma rede regional de informação sobre Educação Profissional integrando os países da América Latina e Caribe e apresenta os projetos estratégicos do Cinterfor para os próximos anos. A análise abrangente do prof. Weinberg nos dá um panorama histórico da EP na região e mostra a capacidade de experimentação e inovação permanente em matéria de estrutura curricular, elaboração de materiais didáticos, formação de docentes e gestão institucional de suas instituições educacionais. Destaca, ainda, o pioneirismo destas instituições no trato da inclusão social” (p.1).

³⁴ Disponível em: <http://www.senac.br/conhecimento/bts.html>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2006	Brasília : Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.	Educação Superior Brasileira: 1991-2004 (Rio de Janeiro) ³⁵ .	A presente coleção faz parte do esforço que o Ministério da Educação, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vem empreendendo no sentido de democratizar o acesso aos dados coletados ao longo dos anos e estimular o seu uso por parte de pesquisadores, pró-reitores, reitores, dirigentes, secretários de educação, administradores, gestores e estudiosos da educação superior. Ao produzir, pela primeira vez, a série histórica dos dados do Censo da Educação Superior (1991 - 2004), tomando como ponto de partida cada uma das 27 unidades da Federação, o Inep disponibiliza, de forma sistemática e organizada, um instrumento capaz de apontar as grandes tendências, preferências e desequilíbrios da educação superior brasileira. (p.5)
2006	Mestrado. Universidade De Caxias Do Sul - Turismo	DEGRAZI A, Carolina Figueiró	Cursos Superiores de Turismo na Economia do Conhecimento - Posicionamento Estratégico de um Curso de Turismo no Rio Grande do Sul.	A economia do conhecimento é caracterizada pela tecnologia da informação, pela competitividade acirrada e a valorização do conhecimento como estratégia competitiva. Tais fatores representam novas características da sociedade, trazendo diversos desafios para a sustentabilidade de todas as organizações. Para a educação superior, os desafios são ainda mais evidentes. O posicionamento estratégico de

³⁵ Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B5B71AE8C-4842-4A70-9C0C-E17FFD26E6EA%7D_Livro%20Rio%20de%20Janeiro.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				mercado que os cursos de Turismo devem adotar para se inserir nas necessidades da sociedade atual, é questão de suma importância. Esta pesquisa versa sobre este tema. No estudo de caso, verifica-se se o curso superior de Turismo, objeto de pesquisa, tem suas estratégias formuladas para superar desafios e se posicionar no mercado competitivo. Neste sentido, desenvolve-se um referencial teórico sob o enfoque na economia do conhecimento, do ambiente, estrutura e cultura organizacional, e das estratégias de posicionamento. O estudo finaliza evidenciando que o curso em estudo, mesmo aceitando as exigências da economia do conhecimento, pouco lança mão de recursos estratégicos para posicionar-se no mercado. Também são apresentadas as relações interpessoais e as relações institucionais dentro do curso, em que se compreende a dinâmica organizacional.
2006	Educ. Soc., Campinas, Vol. 27, N. 96 - Especial, P. 911-934, Out.	CIAVATTA , Maria.	Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto ³⁶	“O sentido educacional que os Centros Federais de Educação Tecnológica assumem ao se tornarem, progressivamente, instituições de ensino superior, exige que se defina que ser humano se quer formar e a que finalidades se destina a educação. Cabe ainda uma reflexão sobre a questão da técnica, da ciência e da tecnologia e sua relação com o trabalho e a educação. Tendo como horizonte uma visão de

³⁶ Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a13v2796.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				totalidade social dos fenômenos, nas múltiplas relações que estabelecem, portanto, na sua complexidade, trataremos do tema proposto em sua dimensão histórica e política. Primeiro, refletimos sobre o significado da técnica e sua relação com o conhecimento, a ciência e as tecnologias. A seguir, trataremos dos termos cidadão produtivo e/ou emancipado e da estrutura social brasileira e suas grandes desigualdades. Por último, da questão da universidade, da produção do conhecimento e de sua relação com o ensino médio e a formação de tecnólogos em nível superior” (p. 911).
2006	B. Téc. Senac, Rio De Janeiro, V. 32, N. 1, Jan./Abr.,.	CURY, Carlos Roberto Jamil.	Educação profissional: cidadania e trabalho (Entrevista com Francisco Aparecido Cordão).	“Os Professores Francisco Cordão e Jamil Curry conviveram como conselheiros na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação no período de 1998 a 2004. Renomados especialistas em legislação tiveram participações destacadas no CNE, onde Cordão foi relator das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Jamil o relator das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Cordão também relatou os parecer CNE/CEB 39/2004, que dispõe sobre a Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio e, recentemente, o parecer CNE/CEB nº 16/2005, Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Apoio Escolar. Na entrevista para o BTS, os educadores apresentam uma retrospectiva dos dispositivos legais e das transformações ocorridas no campo da educação profissional a partir da promulgação da atual Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Analisam as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, após a LDB, destacando as prioridades educacionais do Brasil para os próximos anos, tanto em relação à educação básica quanto à educação profissional". (p. 1)
2006	Mestrado. Pontifícia Universidade Católica Do Paraná - Educação	FERNAND ES, Ciro Francisco Burgos.	Neoliberalism o e os Cursos Superiores de Tecnologias no Brasil	O presente estudo trata das Políticas Públicas Educacionais no contexto do ideário neoliberal no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao significado da existência dos Cursos Superiores de Tecnologia. O pressuposto a partir do qual se realizou o presente estudo é de que a existência de um ideário neoliberal que permeia e dá significado às relações econômicas, com fortes influências sobre as políticas educacionais. Pressupõe-se também que neste referido ideário, encontra-se a explicação dos Cursos Superiores de Tecnologia e o seu significado. A partir de tal pressuposto, o presente estudo busca responder a seguinte questão: qual a relação da proposição dos cursos superiores de tecnologia em termos de caráter, objetivos e formato, com o ideário

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				neoliberal? A pesquisa foi realizada em quatro instituições de ensino superior, utilizando-se como instrumento de coleta de dados o questionário com alunos de Cursos Superiores de Tecnologia, além de estudos documentais e bibliográficos. O critério da escolha do material bibliográfico se deu a partir da necessidade de atender a algumas categorias de análise, tais como: as origens e a consolidação do discurso neoliberal e suas implicações na América Latina e no Brasil e a relação deste ideário com as Políticas Educacionais brasileiras. Os dados coletados e analisados indicam que os Cursos em questão têm um perfil de muita afinidade com o ideário neoliberal por se tratar de formação continuada, reprodução do conhecimento para aplicação imediata, aquisição de conhecimento de curta duração, de consumo imediato etc. Este perfil é percebido tanto pelo caráter institucional e estrutural do curso, assim como pelo perfil dos estudantes que os procuram. Tratam-se de alunos com pouca herança cultural, de origem mais humilde e que escolheram esses cursos, em sua maioria noturnos, na perspectiva da profissionalização imediata.
2006	Mestrado. Universidade São Marcos - Educação, Administração E Comunicação	FERREIRA , João Carlos Peixoto.	Os cursos superiores de tecnologia: o perfil e as expectativas de estudantes de Belo	Análise histórica da implantação dos cursos superiores de curta duração no Brasil, visando a entender o crescimento da oferta dessa modalidade de curso. A pesquisa se desenvolve a partir de uma amostra de 174 alunos de um

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			Horizonte.	dos cursos superiores de tecnologia da área de informática, em Belo Horizonte, MG, permitindo detectar o perfil dos estudantes. A metodologia baseou-se em questionário com 37, segundo a escala de atitude de Likert, de cinco pontos. Os dados foram tratados pelo método estatístico multivariado da análise fatorial pelo critério de Varimax de matriz rodada com normalização de Kaiser, bem como submetidos aos testes KMO, esferecidade de Bartlet e Alfa de Cronbach através do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences). O resultado mostrou sete fatores relacionados com a escolha dos estudantes, destacando-se aqueles diretamente associados à carreira profissional, como empregabilidade, melhoria na qualificação, retorno financeiro e tecnologia. A pesquisa revela ainda que um número significativo de alunos procura esses cursos já pensando em continuar os estudos em nível de pós-graduação. O que de fato irá ocorrer com os graduados e profissionais que se formam nesses cursos é algo que, pelas controvérsias que provoca, necessita ser continuamente acompanhado, tanto do ponto de vista da incorporação ao mercado de trabalho quanto do ponto de vista das possibilidades de continuar seus estudos em nível de pós-graduação.
2006	Mestrado. Universidade Federal Do Rio Grande	Fornari, Ivanna Schenkel.	Educação Superior em Turismo: o profissional	O presente trabalho tem por objetivo verificar em que medida as competências desenvolvidas pelos cursos superiores de

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Do Norte - Administração		de turismo frente às competências exigidas pelo mercado de trabalho do setor hoteleiro em Natal	turismo atendem as exigências do mercado de trabalho do setor hoteleiro de Natal, no que se refere as competências necessárias para o profissional do setor. Apresenta uma retrospectiva histórica dos cursos superiores de turismo no Brasil, uma visão do mercado de trabalho, a formação profissional em turismo e as normas do Ministério da Educação para os cursos superiores de turismo. O método adotado foi o exploratório-descritivo. Como instrumento de pesquisa foram aplicados formulários aos gestores de recursos humanos do setor hoteleiro de Natal (nove hotéis pertencentes ao Pólo Turístico Via Costeira) e aos três coordenadores dos cursos de Turismo das três Universidades pesquisadas. Foi possível apreender quais as competências consideradas mais importantes para o profissional da área, a partir do ponto de vista desses dois atores distintos ligados ao turismo. Os resultados mostraram que um número elevado de gestores desconhecem a formação profissional desenvolvida pelas universidades, refletindo em um índice muito baixo de inserção de profissionais graduados em Turismo no mercado de trabalho do setor hoteleiro de Natal. Como conclusão tem-se que as competências desenvolvidas pelos cursos superiores de turismo atendem parcialmente às exigências do mercado de trabalho do setor turístico de Natal, no que se refere as competências

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				necessárias para o profissional do setor. Torna-se imprescindível uma maior aproximação entre o mercado de trabalho e a academia, visto que o dinamismo do mundo do trabalho do setor turístico exige profissionais preparados para atender às crescentes exigências em termos de formação e experiência.
2006	Profissionalizante. Sociedade Brasileira De Instrução - Planejamento Regional E Gestão De Cidades	GOMES, Cristina Guimarães	Curso Superior de Tecnologia como Instrumento de Inserção no Mercado de Trabalho Regional: o caso do Norte Fluminense e o CEFET-Campos	Este trabalho teve como objetivo investigar se o Curso de Tecnólogo, criado nos anos 70, se faz pertinente hoje e início do século XXI, quando é retomado, como uma modalidade de ensino superior profissionalizante – Curso Superior de Tecnologia. Mais precisamente, buscou-se resposta para a seguinte pergunta: os Cursos Superiores de Tecnologia inserem os seus egressos no mercado de trabalho regional? A abrangência geográfica do estudo foi restrita ao Norte-Fluminense, especificamente às cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé. Os elementos de análise foram os egressos oriundos desses cursos, ministrados no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos – CEFET Campos que tiveram início no período de 1998 – 2002.
2006	São Paulo: UNICAMP, Faculdade De Educação, 2006. (Dissertação	SMANIOTTO, Sandra Regina Uliano.	Cursos superiores de tecnologia: percepção de mudanças entre os	“O objetivo deste estudo foi descrever e analisar as mudanças pelas quais passam os estudantes adultos-trabalhadores de cursos superiores de tecnologia, a

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	De Mestrado)		alunos não tradicionais ³⁷ .	partir da percepção dos alunos; descrever e analisar as condições internas e externas a sala de aula, propiciadoras das mudanças e analisar a relação existente entre as mudanças, nos diferentes domínios e as condições favorecedoras, internas e externas à sala de aula". (p. 13)
2006	Brasília: INEP.	FRIGOTT O, Gaudêncio ; CIAVATTA , Maria (coords.).	A formação do cidadão produtivo: a cultura do mercado no ensino médio técnico ³⁸ .	"A presente coletânea de artigos tem por base o Projeto Integrado de Pesquisa 'A formação do cidadão produtivo. Da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens (2001-2004)", desenvolvido no Neddade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, com apoio do CNPq. (...) O produto central do projeto e do relatório é o estado-da-arte da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90" (p. 11).
2006	Mestrado. Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa - Engenharia De Produção	PEREIRA, Vera Lúcia Vergara.	Avaliação do modelo de gestão da área de ensino do Cefet-Al como instrumento de suporte aos cursos superiores de tecnologia.	A presente pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, que teve como objetivo avaliar o modelo de gestão da área de ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET-AL como instrumento de suporte à operacionalização dos Cursos Superiores de Tecnologia -CST. O CEFET-AL é estudado enquanto organização

³⁷ Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000404146>

³⁸ Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				<p>prestadora de serviços educacionais e os CSTs entendidos como um novo serviço que passa a ser prestado. Para atingir o objetivo proposto procedeu-se uma revisão bibliográfica e pesquisa documental e de campo. Os resultados apresentados foram obtidos através dos instrumentos de coleta de dados utilizados – questionários, roteiro de coleta de dados e observação direta –, que abrangeram três grupos de questões relativas às variáveis estudadas: estrutura organizacional da área de ensino do CEFET-AL, modelo de gestão e ações gerenciais para operacionalização dos CSTs. Os CSTs foram considerados como variável balizadora do estudo, pois o processo de gestão da produção desses cursos é revelador da estrutura organizacional e do modelo de gestão. A partir dos resultados obtidos verificou-se que a estrutura organizacional da área de ensino apresenta traços marcantes de uma estrutura tradicional, com hierarquização e departamentalização funcional, por um modelo burocrático de gestão e uma cultura organizacional de tipo patrimonialista, e que estas características interferiram no processo de gestão da produção desse novo serviço. A pesquisa demonstrou que, apesar do potencial transformador intrínseco dos CSTs, o CEFET-AL não conseguiu, a partir deles, engendrar uma postura proativa, mas, ao contrário, todo</p>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				o processo envolvendo os CSTs tem sido reativo às interferências externas, sejam legais, pedagógicas ou gerenciais, não conseguindo criar mecanismos internos capazes de romper com o viés conservador de sua cultura organizacional.
2007	Doutorado. Universidade Federal Da Bahia - Educação	ACIOLI, Maria de Fatima da Costa Lippo.	Cursos tecnológicos: emergência de uma nova regulação.	A presente tese tem seu foco na análise da inserção do tecnólogo em empresas do Estado de Alagoas, especificamente aqueles oriundos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira da Faculdade de Tecnologia de Alagoas. Por meio de uma visão retrospectiva, a pesquisa mostra as reestruturações promovidas pelo Estado, a fim de promover a modernização, mediante a adoção de medidas políticas e administrativas, visando alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema educacional ante a diversificação das modalidades de ensino, caso específico dos cursos tecnológicos.
2007	Profissionalizante. Faculdades Integradas De Pedro Leopoldo - Administração	ANANIAS, Sandro Patrício de.	Crenças dos Agentes do Mercado de Trabalho em Relação aos Cursos Superiores de Tecnologia: Um Estudo Exploratório Baseado na Teoria do Comportamento Planejado.	O crescimento da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e do número de pessoas matriculadas e egressas destes programas educacionais não foram acompanhados, na mesma velocidade, de informações sobre as crenças dos agentes do mercado de trabalho sobre esse tipo de formação. A Teoria do Comportamento do Consumidor aponta que as crenças sobre os atributos de uma oferta, as crenças comportamentais, as

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				<p>normativas e as de controle, formam construtos importantes como o Modelo de Multiatributos de Fishbein e a Teoria do Comportamento Planejado. Tais construtos são utilizados na identificação da intenção comportamental dos indivíduos, intenção esta, que precede o comportamento final. Desta forma, conhecer tais crenças dos agentes do mercado de trabalho em relação aos Cursos Superiores de Tecnologia e aos Tecnólogos é de fundamental importância para a avaliação de uma intenção comportamental positiva ou negativa em direção a estes programas e profissionais. Deve-se levar em consideração, que estes cursos possuem características que os diferenciam dos cursos superiores tradicionais.</p>
2007	Mestrado. Universidade Do Estado Da Bahia - Educação E Contemporaneidade	FIALHO, Nadia Hage.	Cursos Seqüenciais de Formação Específica: uma oportunidade de democratização do ensino superior?.	<p>Os cursos seqüenciais – criados a partir da Lei 9394/96 – LDB são objeto deste artigo. Dentre as muitas questões que vêm sendo colocadas diante dessa perspectiva que se pretende inovadora considera-se pertinente indagar se ela pode ser caracterizada como uma oportunidade de democratização. Desse modo, o trabalho foca as mudanças em curso na educação, destacando essa nova modalidade de formação, considerando importante analisar o papel da universidade frente as problemáticas do desenvolvimento a partir das atuais transformações decorrentes do reordenamento da economia, geradas, também, pelo avanço da ciência e da</p>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				tecnologia.
2007	Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz - Ensino Em Biotecnologia E Saúde	MONTEIRO, José Ailton.	Os desafios da educação tecnológica na formação sócioambiental: estudo de caso.	Neste estudo procurou-se analisar, partindo-se de uma visão histórica, as mudanças e transformações ocorridas na formação do trabalhador, uma educação preocupada em estabelecer ligação com uma realidade socioambiental mais ampla. Tomamos como base a formação superior tecnológica, considerando as características desses cursos que trazem na sua essência a marca social da escola. Dessa forma, procuramos identificar os objetivos desse tipo de formação, captando elementos que nos remetem a um processo historicamente desenvolvido e apontam, de forma significativa, para a problemática da escola dualista e, conseqüentemente, para a exclusão social, numa perspectiva histórico-crítica, ancorada na literatura marxista. Para o cumprimento dos objetivos propostos nesta pesquisa, foi necessária uma análise criteriosa dos currículos e dos projetos pedagógicos de diferentes cursos de formação tecnológica da instituição de ensino considerada, de forma a captar as concepções pedagógicas e a possibilidade de o aluno e a aluna apreenderem conteúdos técnico-científicos com a ciência que lhe são pertinentes e com a prática necessária para o exercício profissional e, ainda, conteúdos de cultura geral que preparam o homem para pensar e, logo, para sua capacidade de agir como agente transformador e humanizador. A análise

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				<p>destas concepções, em seu conjunto nos permitiu revelar um currículo com conteúdos que apontam para um suposto aprofundamento das ciências. Entretanto, a pesquisa revela a impossibilidade do cumprimento, por parte do corpo docente, dos conteúdos programáticos constantes nos currículos dos cursos estudados com mais profundidade, de modo a construir os saberes técnicos científicos com o aprofundamento que o saber exige para a formação omnilateral. A presente pesquisa revela que a formação superior tecnológica não atende à proposta unitária de Gramsci, pois não apresenta os elementos necessários para a formação do cidadão, além de não permitir a superação da cisão existente no mundo do trabalho, a despeito da exclusão que esses trabalhadores vêm sofrendo por parte de outras categorias que apresentam uma formação plena e do próprio mercado. Os resultados mostraram que os cursos de formação tecnológica devem desenvolver competências para que o indivíduo possa refletir criticamente sobre a esfera da produção; sobre a sua posição e função na estrutura produtiva; sobre o conteúdo – inclusive ético – do seu trabalho; sobre seus direitos e deveres como trabalhador; sobre a influência no ambiente; sobre as relações de produção capitalista e sobre as tendências mais gerais do desenvolvimento do capital mundial e seus reflexos no País.</p>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2007	Mestrado. Centro Federal De Educação Tecn. De Minas Gerais - Educação Tecnológica	PAIXÃO, Edmilson Leite.	O lugar do técnico e do tecnólogo na indústria metal- mecânica de Minas Gerais e as demandas do setor produtivo: um estudo de caso da montadora Fiat- Automóveis S/A em Betim/MG.	Esta pesquisa do mestrado em educação tecnológica de Cefet-MG objetiva investigar a atuação, qualificação, requalificação e novas competências do técnico de nível médio e do tecnólogo, bem como seus lugares na hierarquia ocupacional da Fiat S.A., questionando se o tecnólogo tem ocupado a posição do técnico, tanto em termos de titularidade quanto por migração do posto de trabalho. Indaga, dentro do grupo de pesquisa em educação tecnológica e formação e qualificação profissional, a inserção desses trabalhadores sob a égide das demandas advindas do setor produtivo, bem como possíveis influências do mercado sobre a oferta de cursos superiores. A pesquisa é parte de investigação que aborda também a demanda profissional das siderurgicas Vallourec & Mannesmann Tubes e Belgo Mineira metodologia e baseia em conceitos de qualificação, formação profissional e novas competências, em estudo de caso, a partir da sociologia do trabalho. Índícios apontam para uma nova relação entre técnico, o tecnólogo e o engenheiro, bem como para um novo lugar relativo desses profissionais na escala ocupacional com possíveis repercussões par as instituições formativas.
2007	B. Téc. Senac: A R. Educ. Prof., Rio De Janeiro, V. 33, N.2,	MHLABA, Sondlo Leonard.	Community colleges e o sistema educacional norte- americano.	O objetivo deste trabalho é propiciar uma visão geral do sistema educacional norte-americano, do nível elementar ao universitário, salientando os múltiplos papéis

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Maio/Ago.			desempenhados pelas community colleges, ou seja, pelas “faculdades comunitárias”, dentro desse sistema. Este estudo se inicia com uma discussão ampla a respeito dos alicerces da missão educativa e das metas da educação estadunidense. Esta discussão é acompanhada por uma série de segmentos que esclarecem conexões existentes no sistema e por estratégias de controle da qualidade e da responsabilidade no tocante às necessidades sociais. No decorrer do trabalho, os termos “América” e “americanos” são utilizados para referir-se respectivamente aos Estados Unidos da América do Norte e aos seus cidadãos – mesmo tendo em vista que o autor reconhece que “americano” normalmente se aplica a todos os cidadãos das Américas, muitos dos quais são também identificados como “brasileiros” ou “mexicanos”, por exemplo.
2007	Doutorado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - Ciências	SANTOS, Fernando de Almeida.	Estudo comparativo dos cursos superiores de contabilidade no Brasil e na Argentina.	Em um contexto de sociedades complexas, com predominância do capitalismo, à área de saber da Economia confluem diferentes campos de pesquisa, entre os quais a Contabilidade, que se bifurca na cobertura do setor público e do setor privado. Trata-se de uma área que dinamiza novas esferas produtivas e novas imbricações quanto à formação de blocos, nova dinâmica de concentração e centralização do capital, além de uma nova ordenação política e uma transformação na velocidade do transporte de informação e tecnologia. Destaca-se que, nos últimos

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				anos, no Brasil e na Argentina, aumentou consideravelmente o número de Instituições de Ensino, portanto é pertinente um estudo comparativo para troca de informações sobre as instituições e seus currículos, o que pode gerar emprego e renda para o egresso dos cursos e promover o intercâmbio entre as Instituições para o desenvolvimento e a pesquisa. Também, é possível observar que, na Argentina, a nomenclatura do curso é “Contador Público”, diferentemente do Brasil. Desta forma, a pesquisa consiste em uma comparação entre os currículos dos cursos de Contabilidade das seguintes Instituições: PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil; e USAL - Universidade Del Salvador, Buenos Aires, Argentina. O objetivo é identificar os aspectos similares, relativos ao perfil profissional e à composição curricular. A partir deste diagnóstico, pretende-se elencar possíveis contribuições para melhoria dos cursos e propiciar uma reflexão sobre o ensino na área.
2007	Boletim Técnico Do SENAI. Sociais. Vol. 3, N. 2. Mai./Agost.	SMANIOTTO, Sandra R. Uliano; MERCURI, Elizabeth.	Cursos superiores de tecnologia: um estudo do impacto provocado em seus estudantes ³⁹ .	A expansão do ensino superior tem sido acompanhada pela diversificação de cursos e de características de seus estudantes. Este estudo teve por objetivo analisar as mudanças pelas quais passam estudantes adultos e trabalhadores de cursos superiores de tecnologia. Entrevistas semi-estruturadas

³⁹ Disponível em: www.senac.br/conhecimento/bts.html - 109k

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				foram realizadas com 11 estudantes concluintes, com idade superior a 30 anos, de uma instituição particular de São Paulo. A análise do conteúdo das respostas apontou ampla extensão na natureza das mudanças, sugerindo que a educação profissional, hoje, tem contribuído para uma formação que ultrapassa os aspectos exclusivos da preparação profissional, estendendo-se para os domínios acadêmico, pessoal e social.
2007	Mestrado. Universidade Metodista De Piracicaba - Educação	Silva, Sandra Maria Casarini da.	Avaliação da formação acadêmica de tecnólogos em hotelaria: os egressos do Centro Universitário SENAC Campus Águas de São Pedro.	Este estudo tem por objetivo aprofundar a compreensão de como os egressos percebem a formação adquirida num curso superior de Tecnologia na área de Hotelaria. A pesquisa tem como sujeitos os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do Centro Universitário Senac, Campus Águas de São Pedro, que colaram grau no período de 1997 a 2005. A partir da aplicação de questionários para contextualização do perfil do egresso, foram selecionados alguns entrevistados para a realização de um grupo focal, visando identificar o que pensam os egressos sobre a sua formação em um curso de tecnologia na área.
2007	Profissionalizante. Universidade Federal Do Ceará - Administração De Empresas	SILVEIRA, Daniel Farias.	Avaliação de Opções Pré-Compra de Cursos Tecnológicos de Uma Instituição Privada de Ensino	As necessidades básicas do consumidor situadas no estágio de pré-compra são universais. Existem, contudo, diferenças culturais importantes nas maneiras pelas quais o comportamento do consumidor se realiza. Sendo assim, o estudo do comportamento do

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			Superior em Fortaleza	<p>consumidor é de total relevância à determinação de estratégias de marketing de uma organização. Nesse diapasão, desenvolveu-se este estudo que objetivou analisar as variáveis que interferem na decisão de escolha dos cursos superiores tecnológicos, na percepção dos alunos de uma instituição de Ensino Superior privada, da cidade de Fortaleza/CE. A metodologia que alicerçou esta pesquisa, quanto à natureza do relacionamento entre as variáveis caracterizou-se como descritivo; quanto à natureza das variáveis, esta pesquisa teve caráter qualitativo, em sua primeira fase, e quantitativo em sua segunda. Adotou-se o delineamento ex-post-facto, constituindo-se a IES Ateneu, da cidade de Fortaleza/CE, o objeto de estudo. A coleta de dados foi realizada em fontes primárias (levantamento) e em vertentes secundárias (pesquisa bibliográfica). A amostra de pesquisa foi formada por 154 alunos de cursos superiores tecnológicos. Os resultados do estudo evidenciam o fato de que, dentre os fatores que mais influenciam a opção pelos cursos de graduação tecnológica, estão, em primeiro lugar, o preço da mensalidade e, em segundo, o tempo do curso. Também, restou constatado que a família e os amigos são os maiores influenciadores dos alunos no momento de decisão pela escolha da instituição de Ensino Superior. Palavras-Chave: Pré-compra, Ensino Superior, curso tecnológico, marketing educacional.</p>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2007	IV Simpósio Trabalho E Educação	SILVEIRA, Zuleide Simas da.	União de educação e produção material: educação tecnológica em Marx e politecnicidade em Gramsci ⁴⁰	“Este texto objetiva refletir sobre a relação entre trabalho e educação de modo a captar a concepção de educação tecnológica em Marx e Gramsci. Evidencia-se que diferente daquela concepção, a concepção de educação tecnológica no Brasil, é contraditória em sua essência, por um lado é associada a um nível elevado de conhecimento, de outro, prima na oferta de cursos aligeirados, de conteúdos fragmentados, tendo, portanto, a propriedade de separar trabalhador e conhecimento, trabalhador e ciência” (p.1).
2007	Rio De Janeiro: UFF, UERJ E EPSJV.	FRIGOTT O, Gaudêncio ; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.).	Anais do I Seminário de Pesquisa: trabalho de políticas públicas de educação - Projetos em disputa na sociedade brasileira.	O I Seminário Trabalho e Políticas Públicas de Educação: projetos em disputa na sociedade brasileira teve como objetivos: (i) apresentar e debater a produção científica de seus integrantes à luz dos estudos temáticos realizados pelo grupo; (ii) identificar e aprofundar questões que contribuam para o avanço teórico-prático das pesquisas; (iii) realizar um balanço sobre as contribuições e perspectivas dos estudos coletivos.
2007	Profissionalizante. Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza - Tecnologia: Gestão Desenvolvimento E	Gonçalves, Rafael.	Educação Tecnológica e Empregabilidade: Acompanhamento de Egressos da Fatec/SP.	O termo Educação Tecnológica foi difundido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), entre os anos 60 e 70, por meio dos cursos superiores de tecnologia, e está associado à tecnologia pelo trabalho e à inovação tecnológica. Seu objetivo é

⁴⁰ Disponível em: www.fae.ufmg.br:8080/simposionete/trab_comp/tc53.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	Formação			<p>permitir ao profissional desenvolver uma visão da evolução da tecnologia, das transformações do processo de inovação e das estratégias para conciliar aspectos econômicos às condições da sociedade. Diversas políticas públicas tratam a Educação Tecnológica de maneira semelhante à Educação Profissional, mas o autor procurou empregar Educação Tecnológica apenas para se referir ao ensino superior oferecido para formação de tecnólogos. Após o primeiro passo, dado pelo CEETEPS, houve a transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, a Lei Federal nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação que tratou de divulgar o termo Educação Profissional e, neste início de século, a proliferação das instituições e organizações, em especial privadas, que oferecem cursos superiores de tecnologia. A Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP), vinculada ao CEETEPS, foi uma das precursoras dessa modalidade de ensino e tem se mostrado, para atuais e futuros profissionais, uma alternativa para obter emprego, promoção ou melhor remuneração, ou ainda mudar de profissão ou área profissional. Pretende-se, então, analisar o potencial de empregabilidade do aluno egresso da FATEC-SP, por meio do acompanhamento, de sua inserção no mercado de trabalho, com o apoio dos dados obtidos por fontes como a obra de Peterossi (1999), a</p>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) do CEETEPS, o Departamento de Processamento de Dados da FATEC-SP e por pesquisa realizada com todos os tecnólogos que participam ou participaram do Programa de Mestrado do CEETEPS. Daí, algumas considerações no que tange à formação recebida e à receptividade pelo mercado de trabalho foram realizadas, tais como sobre as características socioeconômicas, profissionais e do mercado empregador, contribuição da formação em tecnologia, satisfação com a atividade profissional e com a carreira de tecnólogo, além da continuidade dos estudos após a graduação.
2007	IV Simpósio Trabalho E Educação	BRANDÃO , Marisa.	De uma concepção de educação a uma concepção de instituição: Um pouco de história da educação (profissional) tecnológica no Brasil ⁴¹ .	“Este trabalho resgata um pouco da história do curso de Engenharia de Operação no Brasil (anos 1960/1970) – ponta de uma política maior de cursos superiores diferenciados – e sua relação com a concepção de um novo tipo de instituição superior, os Centros Federais de Educação Tecnológica. Ambos – curso e instituição – indicam caminhos que vêm sendo traçados para a educação (profissional) tecnológica” (p. 1).
2007	Revista Trabalho Necessário, Ano 5, N. 5.	BRANDÃO , Marise.	Cursos superiores de tecnologia: democratização do acesso ao ensino superior?	“Este trabalho tem como objetivo a análise dos assim chamados Cursos Superiores de Tecnologia (CST), um tipo específico de ensino superior que vem sendo difundido amplamente no Brasil a partir

⁴¹ Disponível em:

www.fae.ufmg.br:8080/simposionete/cd%20simpósio/.../trabalhos_completos.htm - 196k

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				da segunda metade da década de 1990, tanto no setor público quanto no privado. Tendo como pano de fundo a busca da compreensão e da crítica de qual tem sido a educação historicamente reservada à classe trabalhadora, este texto, inicialmente, apresenta as políticas públicas brasileiras voltadas para implantação destes cursos, ainda nas décadas de 1960 e 1970, a partir dos instrumentos legais de então. Em seguida, explicita como os mesmos são retomados na década de 1990, com base em nova legislação, apresentando, de forma ainda inicial, algumas considerações e estabelecendo uma relação entre os dois momentos” (p. 1)
2007	Educ. Soc., Campinas, Vol. 28, N. 100 - Especial, P. 809-829.	CUNHA, Luiz Antônio.	O desenvolvime nto meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado ⁴²	O artigo questiona a imagem da privatização da educação brasileira como um processo generalizado e contínuo. Defende que a privatização consiste num processo cheio de meandros, que não comporta resposta simples, porque as forças que a determinam ora incentivam o crescimento do setor público, ora do setor privado, ora de ambos. Como sustentação da argumentação, é examinada a legislação federal relativa aos incentivos às instituições privadas nas últimas quatro décadas, assim como as estatísticas de alunos dos três níveis de ensino. O autor chama a atenção para o fato de que o aumento do número de alunos do ensino médio público gera uma nova qualidade, que exige um novo

⁴² Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0928100.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				currículo. O artigo conclui que o caráter meandroso dessas fronteiras expressa, de um lado, uma crise de hegemonia no que concerne à natureza do Estado republicano e, de outro, o travamento de uma qualidade de que a educação brasileira carece, qual seja, a da clareza na distinção entre o público e o privado, em sua dimensão institucional e curricular.
2007	Educ. Tecnol., Belo Horizonte, V. 12, N. 1, P. 26-35, Jan/Abr.	CAMPELL O, Ana Margarida.	“Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990 ⁴³ .	Visando contribuir para a reflexão sobre a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFET em Universidades Tecnológicas-UT, resgata-se aqui a origem primeira desses Centros como Escolas Técnicas Federais, cuja principal atribuição era a formação de técnicos, de nível médio, para atuação na área industrial. Destacam-se os principais momentos históricos, os anos 1970 e os anos 1990, de transformação dessas escolas em CEFET. Evidencia-se, na análise da política educacional, a disputa de projetos na definição da natureza e finalidade da ação educativa desenvolvida por essas instituições, assim como as principais características e motivações da “cefetização” em cada um dos períodos históricos estudados. Focaliza-se, em primeiro lugar, a criação em 1978 dos três primeiros CEFET, pela transformação das Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná (Lei n. 6.545/78), destacando-se a continuidade de

⁴³ Disponível em: www2.cefetmg.br/dppg/revista/revistan12v1.html - 25k

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				desenvolvimento do ensino médio-técnico e, no ensino superior, a implantação dos cursos de engenharia industrial, em detrimento dos cursos de formação de tecnólogos, assim como sua progressiva atuação no desenvolvimento de pesquisas e na oferta de cursos de pós-graduação. Em segundo lugar, analisa-se a reforma da Educação Profissional dos anos 1990 (Decretos n. 2.208/97 e 2.406/97) e a ênfase dessa política na transformação de todas as escolas técnicas federais em CEFET, como estratégia de implantação do Subsistema de Educação Profissional e de expansão, no ensino superior, dos cursos de formação de tecnólogos. Destacam-se as características distintas da ação educativa desenvolvida por essas instituições, por um lado, os chamados CEFET “históricos”, por outro lado, os “novos” CEFET, aqueles criados em 1990, evidenciando-se não apenas as diferenças na ação educativa desenvolvida, mas também a disputa de projetos para a formação profissional e tecnológica.
2007	Brasília/Ministério Da Saúde.	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)/Ministerio da Saúde (MS)	Relatório de atividades do SEGETS/MS	Este Relatório apresenta as principais ações desenvolvidas pela SGTES, no exercício de 2007.
2007	B. Téc. Senac, Rio	SOUZA, Donaldo	Desenvolvimento	O artigo visa à problematização do envolvimento dos sistemas

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
	De Janeiro, V. 33, N.1, Jan./Abr.	Bello de; RAMOS, Marise Nogueira; DELUIZ, Neise.	econômico local, parceria público-privado e a cobertura municipal da educação profissional.	municipais públicos de educação na cobertura das demandas locais por Educação Profissional, tomando por base dois eixos analíticos centrais: as relações entre o desenvolvimento econômico local e a promoção da Educação Profissional e as parcerias público-privado. De modo a exemplificar as reflexões realizadas, evoca-se alguns dos resultados de pesquisa de <i>survey</i> , de caráter descritivo e exploratório, realizada junto a municípios do Estado do Rio de Janeiro. Como conclusão mais geral, constata-se que é crescente a atuação do setor privado na cobertura da Educação Profissional, notadamente pelo “Sistema S”, à margem da existência de políticas públicas que visem, sistematicamente, o acompanhamento e avaliação dessas iniciativas.
2008	Rio De Janeiro: UFF, UERJ E EPSJV.	FRIGOTT O, Gaudêncio ; CIAVATTA , Maria; RAMOS, Marise. (orgs.).	Anais do II Seminário de Pesquisa: novas e antigas faces do trabalho e da educação.	O II Seminário tem como objetivos: (i) apresentar e debater a produção científica de seus integrantes à luz dos estudos temáticos realizados pelo grupo; (ii) identificar e aprofundar questões que contribuam para o avanço teórico-prático das pesquisas; (iii) realizar um balanço sobre as contribuições e perspectivas dos estudos coletivos.
2008	31ª Reunião Anual Da Anped	FRIGOTT O, Gaudêncio	A polissemia da categoria trabalho e a batalha das idéias nas sociedades de classe.	Este texto, que visa estimular o debate dentro do espaço de acúmulo de discussões do GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-graduação em Educação (ANPED), busca no legado de Marx a compreensão de que não é a consciência, a

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				teoria e a linguagem que criam a realidade, mas as mesmas se produzem dentro e a partir de uma realidade histórica sendo e tornando-se, porém, elas mesmas parte desta realidade. Esta compreensão conduz ao pressuposto de que os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das idéias na luta contra-hegemônica à ideologia e à cultura burguesas. (trechos do texto adaptado).
2007	Educ. Soc. [Online]., Vol. 28, N. 100.	KUENZER, Acacia Zeneida.	Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente ⁴⁴ .	“Este artigo, com base nas pesquisas que a autora vem desenvolvendo, propõe-se a demonstrar que a relação entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível se expressa através de uma diferente forma de materialização da dualidade estrutural. Neste regime de acumulação, ao contrário do que afirma o discurso pedagógico, a dualidade se aprofunda a partir da relação que se estabelece entre o mercado, que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo das cadeias produtivas, e um sistema de educação e formação profissional, que inclui para excluir ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos programas pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada. A partir do

⁴⁴ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&lng=pt&nrm=iso

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				princípio da integração produtiva que caracteriza este regime de acumulação, são apontadas, como proposta inicial para ser aprofundada, as categorias que constituem o que a autora chama de dualidade negada na acumulação flexível” (p. 1).
2007	Profissionalizante. Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza - Tecnologia: Gestão Desenvolvimento E Formação	KURATA, Katsuyoshi	O Ensino de Cálculo para Cursos Superiores de Tecnologia na Área Ambiental: Aspectos Motivacionais do Aluno.	Na maioria dos Cursos de Graduação em Tecnologia, o ensino de Cálculo Diferencial e Integral, ou simplesmente Cálculo, é uma atividade de ensino desenvolvida a partir do primeiro semestre. A predominância da visão mecanicista do ensino básico e as dificuldades de natureza epistemológica, na introdução dos primeiros conceitos abstratos, aliadas à forma tradicional de ensino praticada pela maioria dos docentes, na abordagem do conteúdo de Cálculo, têm, como consequência, o professor vivenciar total desconforto pela falta de motivação dos alunos para aprender a matéria. Fragilizam-se, assim, no decorrer do semestre, as possibilidades de um ambiente propício para a aprendizagem e, conseqüentemente, resultam em altos índices de evasão e retenção. Estas observações, e a ausência de uma abordagem interdisciplinar motivaram o presente estudo. Neste contexto, o objetivo principal foi identificar qual a forma de abordagem dos conteúdos da disciplina Cálculo que determina uma maior motivação ao aluno, para aprender esta disciplina no Curso Superior de Tecnologia em Hidráulica e Saneamento

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Ambiental da Faculdade de Tecnologia de São Paulo.
2008	B. Téc. Senac: A R. Educ. Prof., Rio De Janeiro, V. 34, N.1, Jan./Abr..	HERNÁNDEZ, Rafael; Bueno, Guadalupe Vadillo.	Una Mirada Hacia el Interior del Subsistema de Universidade s Tecnológicas (Sut)	Na entrevista concedida a Rafael Hernández e Guadalupe Bueno, o dr. Nava discorre sobre o Subsistema de Universidades Tecnológicas (SUT) do México, que é o sistema educativo de nível superior que mais se desenvolveu nos últimos 16 anos no país. Implantado em 1991, hoje conta com 61 instituições, presentes em 26 dos 32 estados do país. O SUT oferece atualmente formação em 30 tipos de carreiras, em diferentes domínios como as engenharias, a administração e os serviços. Todos os cursos têm duração de dois anos e se caracterizam por ter uma área de formação básica, uma técnica específica, própria da carreira, e outra flexível, de acordo as características da região onde se encontra a Universidade Tecnológica (UT). A singularidade da UT consiste em oferecer grades com carga horária integral, que dão resposta às necessidades do setor produtivo. Assim, os atributos da educação universitário-tecnológica orientam-se à polivalência, à intensidade da formação, à continuidade dos estudos, à flexibilidade dos planos e grades, e à pertinência às necessidades reais de produção. É importante destacar que esse modelo educativo deu oportunidade de acesso à educação superior universitária a grupos de zonas urbanas e rurais tradicionalmente excluídos.

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				Dessa perspectiva, a educação pública tecnológica se caracteriza pela atenção educativa a alunos com relativa desvantagem social e econômica, buscando promover a equidade na oferta de formação profissional. O dr. Nava, é o diretor-geral do SUT e responsável pelo desenvolvimento do subsistema desde sua implantação.
2008	B. Téc. Senac: A R. Educ. Prof., Rio De Janeiro, V. 34, N.2, Maio/Ago.	PADILHA, Heloisa.	O cenário da EAD na América Latina (Entrevista com François Marchessou) ⁴⁵ .	François Marchessou atuou em programas de treinamento e na produção de relatórios de avaliação sobre a Educação a distância em diferentes países, como Argentina, Ruanda, Moçambique, Brasil, Chile, Egito, Nova Zelândia, Portugal, Tailândia, entre outros. No Brasil, é um dos fundadores do curso transnacional em EAD, realizado pela UNB, com o apoio do Ministério da Educação. Nessa entrevista, feita por email, o renomado professor fala sobre a EAD no Brasil, estabelece interessantes relações no diálogo com experiências de outros países, em especial com os da América Latina, que ele tão bem conhece, de modo a traçar um panorama da EAD no mundo. Em junho desse ano, Marchessou esteve no Senac Nacional por ocasião de sua participação no Seminário Internacional de EAD, realizado pela parceria Sistema CNC-Sesc-Senac e Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados, onde apresentou o trabalho “Cenários da EAD na América Latina”.

⁴⁵ Disponível em: www.senac.br/conhecimento/bts.html - 109k

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
2008	B. Téc. Senac: A R. Educ. Prof., Rio De Janeiro, V. 34, N.2, Maio/Ago..	SILVA, Mariléia Maria da.	Formar para o mercado de trabalho: a retórica da competência e competitivida de nos cursos de graduação	Este trabalho consiste em analisar em que medida a formação nos cursos de graduação tem contribuído para reforçar o discurso da competitividade e competência, concepção pautada em princípios exclusivamente mercadológicos. Trata-se de uma pesquisa com ex-bolsistas de iniciação científica. Participaram do estudo, respondendo a um questionário, 31 graduados com idades entre 22 a 36 anos, formados entre os anos de 2002 e 2005, egressos da Universidade do Estado de Santa Catarina, pertencentes aos cursos de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia.
2008	Cad. Saúde Pública, Rio De Janeiro, 24 (5):951- 964, Mai.	TRINDAD E, Evelinda.	A incorporação de novas tecnologias nos serviços de saúde: o desafio da análise dos fatores em jogo ⁴⁶ .	“A dinâmica exponencial de incorporação tecnológica na saúde tem sido considerada como uma das razões para o crescimento dos gastos do setor. Estas decisões envolvem múltiplos níveis e stakeholders. A descentralização multiplicou os níveis de decisão, com difíceis escolhas múltiplas e recursos restritos. A inter-relação entre os atores é complexa, em sistemas criativos com múltiplos determinantes e fatores de confusão. Esta revisão discute a interação entre os fatores que influenciam as decisões de incorporação de tecnologias nos serviços de saúde e propõe uma estrutura para sua análise. A aplicação e intensidade desses fatores nos processos de decisão de incorporação de produtos e

⁴⁶ Disponível em: www.scielo.br/pdf/csp/v24n5/02.pdf

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				programas nos serviços de saúde conformam a capacidade instalada nas redes locais e regionais e modifica o sistema de saúde. A observação empírica dos processos de decisão de incorporação tecnológica nos serviços de saúde do Brasil constitui um desafio importante. O reconhecimento estruturado e dimensionamento destas variáveis podem auxiliar a melhorar o planejamento pró-ativo dos serviços de saúde” (p. 961).
2009	Portal Da Agência Fiocruz Notícias – Saúde E Ciência Para Todos. [Acesso Em 05/04/2009].	MATHIAS, Maíra.	Banco de dados apresenta perfil de técnicos e tecnólogos em saúde no Brasil (entrevista com Ana Margarida Campello e Júlio Lima) ⁴⁷ .	Notícia sobre o Banco de Dados da Educação Profissional em Saúde (BEPSaúde), um projeto desenvolvido pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde, sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).
2009	Revista Poli - Saúde, Educação, Trabalho Edição Número 3 (Janeiro/Fevereiro De 2009)	MATHIAS, Maíra.	Os números da Educação Profissional em Saúde - Banco de Dados apresenta perfil de técnicos e tecnólogos no Brasil (entrevista com Ana Margarida	Notícia sobre o Banco de Dados da Educação Profissional em Saúde (BEPSaúde), um projeto desenvolvido pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde, sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

⁴⁷ Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=2430&sid=9>

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
			Campello e Júlio Lima) ⁴⁸ .	
2009	Portal De Notícias Da EPSJV	RODRIGUES, Talita	Cresce oferta de cursos tecnológicos na educação superior (entrevista com Ana Margarida Campello)	Notícia sobre o Banco de Dados da Educação Profissional em Saúde (BEPSaúde), um projeto desenvolvido pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde, sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).
2009	Portal De Notícias Da EPSJV	RODRIGUES, Talita	Costa Rica e EPSJV estudam nova cooperação técnica (entrevista com Ana Margarida Campello) ⁴⁹	Notícia sobre estudo de cooperação técnica entre Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e Escola de Tecnologias em Saúde da Universidade da Costa Rica.
S/data	Sito Do Observatório De Recursos Humanos Em Saúde	KRUSE, Maria Henriqueta Luce; SANTANA, Maria Natividade Gomes da Silva Teixeira.	Educação Tecnológica – Justificando porque ela não é pertinente para a área da saúde ⁵⁰ .	“O objetivo deste artigo é fazer algumas considerações a respeito da proposta da Resolução sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Tecnológico, discutida no Conselho Nacional de Educação, principalmente no que concerne a sua implementação na área da saúde e, mais especificamente na da enfermagem. Desta forma, pretendemos que seja mais um subsídio para uma ampla discussão do assunto que envolve todos os

⁴⁸ Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R4.pdf>

⁴⁹ Disponível em:

<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=NoticialInterna&Destques=0&Num=44>

⁵⁰ Disponível em: http://www.observatorio.nesc.ufrn.br/formac_t10.htm

ANO	FONTE	AUTORES	TÍTULO	RESUMO
				trabalhadores da saúde, além da categoria de enfermagem. Para facilitar a compreensão, dividimos a abordagem em três tópicos essenciais. No primeiro, tratamos da contextualização da educação tecnológica, no segundo tópico fazemos considerações acerca da fundamentação legal utilizada para a proposta e, no terceiro, discutimos a formação dos recursos humanos para o SUS, na ótica do controle social” (p. 1 e 2).

**ANEXO V - QUESTIONÁRIOS E ROTEIROS DE ENTREVISTAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DE CASO**

ALUNOS - FICHA DE CARACTERIZAÇÃO

1. **Sexo:** () Masculino () Feminino

2. **Idade:** _____ anos.

3. **Cor/raça, segundo as categorias utilizadas pelo IBGE:**

() preta () parda () branca () amarela () indígena

4. **Estado civil:** _____

5. **Ocupação:** _____

6. **Nível máximo de instrução dos pais:**

Mãe

- () Sem instrução
- () Fundamental incompleto
- () Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo ou mais

Pai

- () Sem instrução
- () Fundamental incompleto
- () Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo ou mais

7. **Ocupação da mãe:** _____

Ocupação do pai: _____

8. **Renda familiar mensal aproximada: R\$**

9. **Com quem você mora?**

ROTEIRO DE GRUPO FOCAL - ALUNOS

Fazer uma rodada inicial de apresentação, na qual cada participante falará sobre sua escolaridade anterior ao curso e sobre sua ocupação.

Questões sobre a opção pelo Curso

- O que levou vocês a escolherem um Curso Superior de Tecnologia? E por que o curso de ...?
- Houve necessidade de fazer cursinho preparatório para vestibular?
- Vocês tentaram o vestibular para outros cursos? Por quê?
- Na opinião de vocês, os Cursos Superiores de Tecnologia são diferentes das outras graduações? Em quê?

Questões sobre as perspectivas profissionais

- O que é um tecnólogo em ...? O que o diferencia de um técnico em ...?
- Como é vista essa profissão na sociedade? (família, amigos etc.)
- Na opinião de vocês, de que maneira esse curso pode trazer realização profissional?
- Como é que vocês vêem as possibilidades de emprego após a conclusão do curso?
- O que vocês sabem sobre a posição do Conselho Profissional quanto aos egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saúde?
- Questões sobre o Curso realizado
- Quais são as opiniões de vocês sobre a organização do curso (currículo, carga horária etc.)?
- Como vocês vêem o conjunto de professores do curso?
- O que vocês têm a dizer sobre a infra-estrutura do curso (biblioteca, laboratório de prática etc.)?

Questões sobre Mobilidade Social

- Pensando na vida dos seus pais, como vocês vêem a opção por este curso? É uma possibilidade melhor do que a deles, em termos de formação e perspectiva de trabalho?
- Vocês acreditam que fazendo um curso como esse, de tecnólogo, vocês podem melhorar de condição social?
- Vocês gostariam que seus filhos fossem tecnólogos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADOR(A) DO CURSO

[Identificação do(a) entrevistado(a), do Curso que coordena, da IES, dia e local da entrevista, em anotação à parte]

Questões sobre a organização do Curso e sua oferta

- Qual a importância de um CST, sobretudo, em saúde? O que é um tecnólogo?
- Como você analisa a expansão da oferta de CST em Saúde? Em sua opinião há demanda (atribuições e espaços de inserção) no mercado de trabalho para esses profissionais?
- O que influenciou a decisão de ofertar o CST em? Por que a opção por esta estrutura curricular? Os alunos estão sendo preparados para postos de trabalho específicos? Quais?
- Há semelhança entre o perfil profissional do tecnólogo formado neste curso e outros profissionais da área, inclusive de outros níveis? Quais? Quais as lacunas, nessas outras profissões, que se pretende cobrir com o Tecnólogo egresso desse Curso? Como está o mercado de trabalho para profissionais com este perfil?
- Qual a receptividade desse profissional nos Conselhos Profissionais da Saúde? O Curso é reconhecido? Por qual Conselho? ⁵¹
- Que melhorias estão previstas para o Curso ou em função dele?

Questões sobre o Curso em relação ao MEC

- O Curso foi reconhecido pelo MEC? Quando? Qual o número da resolução? Como foi o processo de reconhecimento?
- Qual sua opinião sobre a regulação, pelo MEC, dos CST? Ocorreram mudanças no Curso após a divulgação do Catálogo de CST, pelo MEC?
- O Curso foi avaliado pelo MEC? Quando? Qual foi o resultado dessa avaliação? Qual sua opinião sobre o processo de avaliação do Curso efetuado pelo MEC? Quais as principais modificações no Curso, ou em função dele, após a avaliação do MEC?

⁵¹ Caso o curso não seja reconhecido por nenhum Conselho Profissional, perguntar sobre os encaminhamentos feitos pela IES no sentido desse reconhecimento e também de que forma esse assunto é tratado junto aos alunos .

Questões sobre o Curso, sobre os Alunos e sobre os Docentes

- Quem são os Alunos do Curso? Quais as suas principais motivações? Como é o seu desempenho? (Gostam do curso? Por quê? Do que mais gostam? Do que menos gostam? Têm demonstrado interesse pela área? Acreditam que existe uma real conexão entre a oferta de trabalho atual e a formação que escolheram?)
- Quem são os professores do curso? Como foram selecionados?
- Já é possível perceber impactos do desenvolvimento de CST em Saúde no mercado de trabalho? Quais? Qual tem sido a receptividade dos empregadores para os egressos desse Curso? Como é feito o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho?
- Quais os limites e dificuldades encontrados no desenvolvimento do CST em? O Curso precisa ser aprimorado? De que forma?

QUESTIONÁRIO – COORDENADOR(A) DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA (CST)

Nome da Instituição de Ensino Superior (IES): _____

Endereço: _____

Denominação do Curso: _____

Telefones / fax / e-mail do contato e do(a) Coordenador(a) do Curso:

Dados do Coordenador(a) do Curso

1. Qual o seu nome? (opcional)

2. Sexo

() feminino () masculino

3. Qual a sua idade? _____ anos

4. Cor/raça [segundo as categorias utilizadas pelo IBGE]

() preta () parda () branca () amarela () indígena

5. Há quanto tempo está na área do magistério? _____ anos

6. Há quanto tempo está nesta IES? _____ anos

7. Há quanto tempo está na função de Coordenador(a) de CST nesta IES?

_____ anos

8. Qual a sua formação? [marque o mais alto grau]

- () superior completo (em _____)
- () pós-graduação (especialização) (em _____)
- () mestrado completo (em _____)
- () doutorado completo (em _____)

9. Quais as outras áreas abrangidas por sua formação acadêmica?

10. Você tem publicações? Quais? _____

11. Você participa de pesquisas ou projetos de desenvolvimento tecnológicos? Quais?

Dados do Curso

- 12. Quantas vagas foram ofertadas no último ano? _____ vagas
- 13. Quantos foram os concluintes no último ano? _____ concluintes
- 14. Qual foi o ano de início da oferta de vagas? Ano _____
- 15. Quanto à situação do Curso junto ao MEC:
 - Tempo de autorização: _____ anos
 - Tempo de reconhecimento: _____ anos
 - Tempo da última renovação de reconhecimento: _____ anos

16. Qual a infraestrutura disponível para as atividades acadêmicas deste Curso, incluindo aulas práticas, visitas técnicas e locais de estágio?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRETOR(A) DA IES

[Identificação do(a) entrevistado(a), da IES (ou sua Unidade) da qual é Diretor, dia e local da entrevista, em anotação à parte]

Questões sobre a organização do Curso e sua oferta

- 1) Qual a importância de um CST, sobretudo, em saúde? O que é um tecnólogo?
- 2) Como você analisa a expansão da oferta de CST em Saúde? Em sua opinião há demanda (atribuições e espaços de inserção) no mercado de trabalho para esses profissionais?
- 3) Qual o histórico da instituição quanto ao desenvolvimento de CST, no que diz respeito a:
 - início da implantação
 - cursos desenvolvidos (desde quando e até quando)
 - Critérios para a implementação dos cursos
 - porque da (des) continuidade da oferta de cada um dos cursos
 - especificidades da área da saúde
- 4) Qual é a sua opinião sobre o desenvolvimento dos cursos até o momento? (Em relação aos objetivos da instituição e às necessidades e expectativas dos alunos?)
- 5) Como está o mercado de trabalho para profissionais com este perfil?

Questões sobre o Curso em relação ao MEC

- 6) Que tipo de negociação foi desenvolvida com o MEC durante o período de implantação dos cursos de tecnólogos?
- 7) Qual sua opinião sobre a regulação, pelo MEC, dos CST? Ocorreram mudanças no Curso após a divulgação do Catálogo de CST, pelo MEC?
- 8) Qual sua opinião sobre o processo de avaliação do Curso efetuado pelo MEC? Quais as principais modificações no Curso, ou em função dele, após a avaliação do MEC?

Questões sobre o Curso, sobre os Alunos e sobre os Docentes

- 9) Com que critérios foram selecionados os coordenadores e os professores dos CST e especificamente CST em Saúde?
- 10) Quem são os Alunos do Curso? Quais as suas principais motivações? Como é o seu desempenho? (Gostam do curso? Por quê? Do que mais gostam? Do que menos gostam? Têm demonstrado interesse pela área? Acreditam que existe uma real conexão entre a oferta de trabalho atual e a formação que escolheram?)
- 11) Já é possível perceber impactos do desenvolvimento de CST em Saúde no mercado de trabalho? Quais? Qual tem sido a receptividade dos empregadores para os egressos desse Curso? Como é feito o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho?
- 12) Quais os limites e dificuldades encontrados no desenvolvimento, por esta instituição, de CST em Saúde? Precisam ser aprimorados? De que forma?

QUESTIONÁRIO - DIRETOR E PERFIL DA IES

Nome _____ da _____ Instituição: _____

Endereço: _____

Tel. _____ / _____ fax _____ / _____ e-mail _____

Dados do(a) diretor(a)

1. Qual o seu nome? _____
2. Sexo
 1. () feminino
 2. () masculino
3. Qual a sua idade? _____ anos
4. Cor
 1. () Branco
 2. () Preto
 3. () Pardo
 4. () Amarelo
 5. () Indígena
5. Há quanto tempo atua no ensino superior? _____ anos
6. Há quanto tempo está nesta IES? _____ anos
7. Há quanto tempo exerce função de direção nesta Instituição? _____ anos
7. Qual a sua formação? [marque o mais alto grau]

- () superior completo
- () pós-graduação (especialização)
- () mestrado completo
- () doutorado completo

8. Na sua formação superior, qual a sua graduação? [indique o curso de graduação]

11. Qual foi a forma de admissão no cargo?

- 1. () eleição
- 2. () indicação
- 3. () intervenção
- 4. () outra via: _____

12. Você é diretor(a) de que turno?

- 1. () diurno
- 2. () noturno
- 3. () diurno e noturno

Caracterização da Instituição

13. Em que ano esta Instituição foi fundada? _____

14. Quais as etapas/segmentos que esta Instituição atende?

- 1. () Educação Superior – Graduação
- 2. () Educação Superior – Graduação Tecnológica
- 3. () Educação Superior – Graduação Tecnológica em Saúde
- 4. () Pós-graduação *lato sensu*
- 5. () Pós-graduação *stritu sensu*
- 6. () Ensino Médio
- 7. () Ensino Técnico

15. Quantos alunos estão regularmente matriculados nesta instituição?

- 1. Educação Superior – Graduação Bacharelado: _____
- 2. Educação Superior: Graduação Tecnológica em Saúde: _____
- 3. Educação Superior: Outras Graduações Tecnológicas _____
- 4. Pós-graduação *lato sensu*: _____
- 5. Mestrado: _____
- 6. Doutorado: _____
- 7. Ensino Médio: _____
- 8. Ensino Técnico: _____
- 4. total _____

16. Quantos _____ professores _____ trabalham _____ nesta _____ Instituição?

17. Quantos _____ professores _____ graduados _____ como _____ Tecnólogo _____ trabalham _____ nesta _____ Instituição? _____

18. Quantos professores não graduados como Tecnólogo trabalham nesta Instituição?

19. Qual é o percentual de professores com vínculo estável nesta Instituição?

1. () Menor ou igual a 25%.
2. () De 26% a 50%.
3. () De 51% a 75%.
4. () De 76% a 90%.
5. () De 91% a 100%.

20. Esta Instituição possui os itens abaixo relacionados? Quantos? Qual é seu estado de conservação?

Itens	Sim	Não	Quanto s	Estado de Conservação		
				Bom	Ruim	Regular
Salas de aula						
Sala de professores						
Secretaria						
Sala da direção						
Sala com recursos para portadores de necessidades especiais						
Biblioteca						
Sala / laboratório						
Sala de informática						
Computadores para o uso dos alunos						
Quadra de esportes						
Área externa						
Área interna						
Banheiros (alunos)						
Telefones						
Fax						
Acesso à Internet (alunos)						
Televisão						
Videocassete/DVD						
Aparelhagem de som						
Datashow						
Xerox						
Circuito interno de TV						

Gestão

21. Que tipos de atividades são promovidas por esta Instituição?

1. () Seminários, Congressos, Conferências
2. () Cursos, oficinas, eventos etc.
3. () Eleições de centro acadêmicos

4. () Feiras de exposição
5. () Outras. Quais? _____
22. A Instituição abre nos finais de semana?
1. () Sim, sempre
2. () Sim, às vezes
3. () Nunca
23. Em caso afirmativo, quais as condições de abertura? (se necessário, marque mais de uma opção)
- 1. () programas e projetos institucionais
2. () Seminários, Congressos, Conferências
3. () projetos da própria Instituição
24. Na Instituição existe: (se necessário, marque mais de uma opção)
1. () Conselho de professores
2. () Conselho de estudantes
3. () Centros Acadêmicos ou outro tipo de representação de estudantes
4. () Conselho de classe
5. () Outros. Quais? _____
25. A Instituição possui projeto de desenvolvimento institucional?
1. () sim
2. () não
3. () em elaboração
26. Quais das características abaixo mais refletem esta Instituição? (marque apenas três)
1. () Instituição com bons professores, comprometidos com o sucesso do trabalho
2. () Muitos livros, vídeos, material de apoio
3. () Laboratórios, computadores
4. () Instituição limpa, organizada, com regras bem definidas
5. () Instituição comprometida com muitas atividades extracurriculares
6. () Instituição comprometida com a oferta de bons estágios
9. Outras. Quais? _____
27. Na sua opinião, quais os três principais objetivos de uma Instituição no mundo de hoje?
1. () Conseguir um bom corpo docente
2. () Capacidade para preparar os estudantes para o mercado de trabalho
3. () Capacidade de criar cursos na mesma medida em que o mercado evolui
4. () Preparar para conviver com as diferenças
5. () Aprender a viver em grupo
6. () Contribuir para a construção de uma cultura de paz
7. () Contribuir para forçar a abertura de novos postos de trabalho

8. () contribuir para a formação de sujeitos autônomos

28. Além dos cursos de tecnólogos atuais, esta Instituição tem planos para continuar desenvolvendo outros projetos de cursos?

1. () Sim.
Quais? _____

2. () Não

Nesta Instituição qual a taxa (ou número de alunos) de abandono de curso pelos alunos avaliados pela direção? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSOR(A) DO CURSO

[Identificação do(a) entrevistado(a), da Disciplina que ministra, do Curso que participa, da IES, dia e local da entrevista, em anotação à parte]

Questões sobre a organização do Curso e sua oferta

- Qual a importância de um CST, sobretudo, em saúde? O que é um tecnólogo?
- Como você analisa a expansão da oferta de CST em Saúde? Em sua opinião há demanda (atribuições e espaços de inserção) no mercado de trabalho para esses profissionais?
- Você participou das discussões para elaboração do currículo do curso? Você elaborou o currículo da sua disciplina? Como você percebe a importância da sua disciplina no conjunto do curso?
- Nas suas aulas você prioriza desenvolver conhecimentos mais práticos ou mais teóricos? Por quê?
- Qual a receptividade do profissional egresso desse CST nos Conselhos Profissionais da Saúde? O Curso é reconhecido? Por qual Conselho?⁵²
- Há semelhança entre o perfil profissional do tecnólogo formado neste curso e outros profissionais da área, inclusive de outros níveis? Quais? Quais as lacunas, nessas outras profissões, que se pretende cobrir com o Tecnólogo egresso desse Curso?
- Como você avalia a atuação profissional do tecnólogo na área da saúde?

⁵² Caso o curso não seja reconhecido por nenhum Conselho Profissional, perguntar sobre os encaminhamentos feitos pela IES no sentido desse reconhecimento e também de que forma esse assunto é tratado junto aos alunos.

Questões sobre o Curso em relação ao MEC

- 1) Qual sua opinião sobre a regulação, pelo MEC, dos CST? Ocorreram mudanças no Curso após a divulgação do Catálogo de CST, pelo MEC?
- 2) O Curso foi avaliado pelo MEC? Quando? Qual foi o resultado dessa avaliação? Qual sua opinião sobre o processo de avaliação do Curso efetuado pelo MEC? Quais as principais modificações no Curso, ou em função dele, após a avaliação do MEC?

Questões sobre o Curso, sobre os Alunos e sobre os Docentes

- 3) Como você percebe o prestígio dos cursos de formação de tecnólogos na sua Instituição (em relação a gestão, professores e alunos)?
- 4) Quem são os Alunos do Curso? Quais as suas principais motivações? Como é o seu desempenho? (Gostam do curso? Por quê? Do que mais gostam? Do que menos gostam? Têm demonstrado interesse pela área? Acreditam que existe uma real conexão entre a oferta de trabalho atual e a formação que escolheram?)
- 5) Qual é a principal questão que motiva um candidato a optar por um curso de graduação tecnológica (formação de tecnólogos)?
- 6) Quais os limites e dificuldades encontrados no desenvolvimento da sua disciplina no CST em? A disciplina precisa ser aprimorada? De que forma? E o Curso precisa ser aprimorado? De que forma?
- 7) Já é possível perceber impactos do desenvolvimento de CST em Saúde no mercado de trabalho? Quais? Qual tem sido a receptividade dos empregadores para os egressos desse Curso? Como é feito o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho?

QUESTIONÁRIO – DOCENTES

Nome da Instituição de Ensino Superior (IES):

Denominação do Curso: -

Dados do Professor

1. **Nome**

(opcional) _____

2. **Sexo**

feminino

masculino

3. **Qual a sua idade?** _____ anos

4. **Cor**

1. Branco 2. Preto 3. Pardo 4. Amarelo 5.
) Indígena

5. **Há quanto tempo é professor?** _____ anos

6. **Há quanto tempo trabalha nesta IES?** _____ anos

7. **Há quanto tempo é professor de CSTS?** _____ anos

8. **Qual a sua formação?** [marque o mais alto grau]

superior completo (Em: -----)

pós-graduação (especialização) (Em: -----)

---)

mestrado completo (Em: -----)

)

doutorado completo (Em: -----)

)

9. Na sua formação superior, qual a sua graduação? [indique o curso de graduação]

10. Você atua nessa Instituição em outros cursos de graduação (bacharelado, licenciatura)?

() Não

() Sim – Quais cursos?

11. Você é docente de que turno?

() diurno

() noturno

() diurno e noturno

12. Qual o seu regime de trabalho nessa Instituição?

() Horista

() Tempo parcial

() Tempo integral

13. Você participa de pesquisa acadêmica ou projeto de desenvolvimento tecnológico?

() Não

() Sim . De que forma (como coordenador, assistente, bolsista, prestador de serviços...)?

14. Você tem publicação em:

() Não tenho publicação.

() Revista

- () Periódico
- () Capítulo de livro
- () Livro

15. Caso tenha publicação, cite o nome e o ano da publicação de sua autoria que você considera referência? _____

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO

Instituição:

Endereço:

Período da visita: Manhã () Tarde () Noite ()

SOBRE O ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL

- Descreva as características físicas gerais do estabelecimento, os espaços existentes, seu estado geral, sua conservação.
- Descreva as características das áreas destinadas aos cursos de tecnólogos. São específicas ou compartilhadas com outros cursos?
- Como é a infraestrutura do estabelecimento voltada para os cursos de tecnólogos? Há equipamentos a eles especificamente destinados (arquivos, computadores, biblioteca, livros etc.)?
- Se possível, observe a presença de professores, funcionários, o tipo de envolvimento e o grau de conhecimento que têm sobre os cursos de tecnólogos.

Entrevista dia 25/05/2009
Entrevistado: Prof. Mauro
Pesquisadores presentes: Ana Margarida e Lygia Costa
Instituição: CEFET/RJ Curso de Tecnólogo em Segurança do Trabalho

Início da entrevista:

Arquivo 1

Ana – Na reforma dos anos 90 naquelas diretrizes curriculares, não sei porque segurança tradicionalmente é área das engenharias, inclusive no nível superior vai ter o Engenheiro de Segurança. Teoricamente assim... sinceramente falando, era o único público que a gente tinha para estudar no Rio de Janeiro, era o CEFET.

Coordenador – E vai ser esse mesmo?

Ana – E vai ser esse mesmo, quer dizer, se você concorda. Inclusive...

Coordenador – Da minha parte não tem objeção nenhuma...

Ana – A gente tem uma série de perguntas de dados para levantar e tal... e aí... então olha a gente tem, no caso teu, que é o coordenador a gente tem dois tipos de questionários. A gente tem um questionário e uma entrevista. No questionário, são mais coisas assim... é... são mais, como é que eu diria... são mais objetivos...nome da instituição, endereço, denominação do curso, telefone do curso, essas coisas que nem precisa você responder...ou até a gente pode deixar para você, se você puder preencher... não... é por exemplo... dados do coordenador: o nome, sexo, idade... depois você pode ir até preenchendo se achar mais rápido, mais fácil... você está com o gravador não é Lygia?... e aí você autoriza que a gente grave....?

Coordenador – Sim...vou preenchendo aqui

Continuação

Arquivo 2

Ana – Agora eu tenho perguntas mais abertas, digamos assim... são três blocos... no primeiro bloco são perguntas um pouco da organização do curso... no segundo bloco são perguntas sobre a relação com o MEC... e no terceiro bloco são perguntas sobre alunos e professores....

Ana – Olha só [palavra não identificada]... Para você qual a importância de um curso superior de tecnologia sobretudo na saúde? O que é que é um tecnólogo?

Coordenador - É um curso de graduação que visa atender, especificamente, um eixo do mercado de trabalho, que precisa, eventualmente, de uma determinada habilitação e que faz, atualmente, uma graduação que antigamente seria chamada de curta duração, mas, tecnólogo se encaixaria dentro de outro conceito, de formar mão-de-obra para atender a uma situação emergente no mercado, para o tecnólogo.

Ana - E você acha importante? E qual a importância de um Curso Superior de Tecnologia na área da Saúde?... sabendo que Segurança não é exatamente da área da saúde, mas de qualquer maneira...

Coordenador – Tem uns cursos de graduação profissionais que são de duração muito longa de 4 a 5 anos... o tecnólogo em 2 anos e meio a pessoa já tem o curso concluído e pronta para trabalhar... para atender uma determinada parte de pessoas que quer entrar no mercado de trabalho... o tecnólogo foi aberto exatamente a essas condições... houve um ingresso rápido de pessoas atendendo a uma especificidade do mercado....

Ana - E essa expansão Mauro... eu falei dela rapidamente para você... mas de alguma maneira, você tem contato com essa expansão desses Cursos Superiores de Tecnologia? Como é que você essa expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia?

Coordenador – Houve uma época, sobretudo, na década passada, quando eu participei, teve até um crescimento muito grande do mercado de trabalho, das indústrias etc...então esse crescimento teve que ser acompanhado por uma produção de mão-de-obra qualificada. Toda vez que há esse crescimento industrial, crescimento de algum... é porque na demanda de trabalho, você tem que qualificar as pessoas para atender essa demanda de trabalho. O tecnólogo veio pontuar essa demanda que são de pessoas de nível superior para atender a esse tipo de atividade. O que é que se pode fazer de imediato? O tecnólogo pode garantir essa oferta de pessoal qualificado.

Ana – Mas para você, assim, existe mercado para essas pessoas hoje, um trabalho garantido?

Coordenador – Existe com certeza, basta apenas a instituição de ensino estar sempre dialogando, sempre com o setor de trabalho porque tem que detectar o que é carência: é carência de que? é carência de garçom, é carência de médico? E aí você vai projetar aquele curso, para pessoas fazerem em 2 anos e meio mais ou menos e já sai com aquele curso superior concluído naquele tipo de atividade que o mercado está precisando como tecnólogo.

Ana – Por exemplo, fazer o Curso Superior de Tecnologia, fazer tecnólogo aqui no CEFET... porque o CEFET resolveu, decidiu ofertar tecnólogo?

Coordenador – Isso aí é complicado. A execução do tecnólogo que eu sei, existe uma relação entre orçamento e número de alunos. O quantitativo de alunos aumentado, maior será o orçamento da instituição. Os cursos técnicos operam no limite, os cursos de engenharia aqui etc. aqui tão no limite. Vai oferecer para onde? Tecnólogo. Cursos que não haviam aqui e que poderiam ser implementados, conseqüentemente, com a vinda deles você teria o aumento do quantitativo de alunos. Mais alunos, mais verbas para a instituição. Essa foi a situação que eu tinha notícia na época em que foram criados os cursos de tecnólogos.

Ana – E aí essa opção, na verdade, por essa estrutura curricular existe uma preparação dos alunos para um posto de trabalho específico?

Coordenador – Isso. O Tecnólogo visa atender a uma especificidade do mercado. Precisa de tecnólogo em soldagem não sei das quantas, faz-se um tecnólogo em web designer, tecnólogo em meio-ambiente, cursos que a graduação tradicional não tem, se a graduação tradicional não tem aquele curso. Aí para o tecnólogo vira um curso de tecnologia...

Ana – Você acha que há semelhanças entre o perfil profissional do tecnólogo e outros perfis de outros profissionais da área? Por exemplo, pegando sua área, Segurança do Trabalho, o perfil profissional do tecnólogo é semelhante ao do técnico, ou semelhante ao do Engenheiro de Segurança? Tem semelhanças nesses perfis profissionais?

Coordenador – Na verdade eles estudam a mesma coisa né?! O que varia é o conteúdo e a carga horária [não entendi]. O curso de técnico de segurança são 1.200 horas, o curso de tecnólogo eram 2900 horas, eu acho, por aí..

Ana – O curso de Engenharia de Segurança é em quanto tempo?

Coordenador – O nosso é um curso *Lato Sensu*.

Ana – É uma pós Lato Sensu?

Coordenador – É...

Ana – Faz Engenharia e depois faz um pós Lato Sensu e se transforma em Engenheiro de Segurança?

Coordenador – Faz qualquer engenharia na graduação, depois 600 horas em Engenharia de Segurança.

Ana – Agora sim, você está me respondendo, por exemplo, no que diz respeito a formação, vai variar a formação dependendo do grau de formação, vai variar fundamentalmente a carga horária. O conteúdo é bastante semelhante? Agora na

inserção profissional, tem semelhanças entre o técnico, o tecnólogo, entre o tecnólogo e um engenheiro?

Coordenador – O perfil na verdade é o mesmo. Na verdade, eles são avaliados naquelas condições, nas condições de técnico de segurança, tecnólogo. Quando existia só o Engenheiro de Segurança, só tinha um objetivo: prevenir acidentes. Por exemplo, na saúde de quem trabalha e se expõe a risco ocupacional esse é o objetivo principal então aqui nas três modalidades de curso as pessoas estudam o que? Os riscos que existem no local de trabalho e as maneiras de preveni-las, quer dizer, cada um a seu modo, cada um a seu tempo etc, mas com o mesmo objetivo que é esse, quer dizer, a inserção se dá do mesmo modo, quer dizer, o perfil para a inserção é o mesmo. A busca do mercado de trabalho para estes profissionais, busca quem saiba fazer isso.

Ana – E assim por exemplo, quem busca daria preferência ao tecnólogo que em relação ao técnico por que motivo? Ou não daria?

Coordenador – Na área da Segurança?

Ana – Na área de Segurança...

Coordenador – Na área de Segurança tem um particular que interfere na escolha. Existe uma norma no Ministério do Trabalho que é a norma nº 4 ela preconiza lá 5 profissionais de segurança, e dentre estes 5 não está o tecnólogo de segurança do trabalho.

Ana – Quais são os 5?

Coordenador – É o Engenheiro de Segurança no Trabalho, o Médico do Trabalho, o Enfermeiro do Trabalho, estes três são profissionais de nível superior. Os de nível médio: Técnico de Segurança e o Técnico de Enfermagem do Trabalho.

Ana – E aí nessas 5 áreas não tem tecnólogo...

Coordenador – Como a área de segurança é regida pelo Ministério do Trabalho o que é que acontece, a empresa X tem que contratar um técnico porque a norma diz que ela é obrigada, uma empresa X tem que contratar um Engenheiro de Segurança ou 2 ou 3, um técnico etc. A norma estabelece isso, diz quem tem que contratar e quantos desses profissionais, mas ela não diz que tem que contratar tecnólogo. Então se ela diz que tem que contratar técnico e não tecnólogo, então ela contrata o técnico, porque ela é obrigada. Se ela for fiscalizada e não tiver o técnico contratado, ela é autuada, notificada, paga multa etc. Mas como ela não é obrigada a ter tecnólogo porque que ela vai contratar tecnólogo? Contrata o técnico para o qual ela é obrigatoriamente compelida a contratar. Por isso que o curso de tecnólogo no CEFET acabou, foi cancelada a continuidade dele porque o mercado não tava tendo receptividade.

Ana – Então não existe uma lacuna em termos de mercado a ser preenchida pelo Tecnólogo?

Coordenador – Não existe.

Ana – Não existe?

Coordenador – Enquanto esta norma estiver em vigor essa lacuna não existe... Técnico em Segurança, Engenheiro de Segurança vão fazer plenamente aquilo para o quão são....

Ana – E essa norma é de quando? Você me falou da outra vez que...

Coordenador – Essa norma, na verdade, ela faz parte de um conjunto de normas que foi editada em 08 de Junho de 1978, portaria 3214. Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978 do Ministério do Trabalho, essa norma [interrupção]. Essa norma não, essa portaria quando foi publicada, contemplava 28 normas, a norma 4 que fala dos serviços especializados é quem determina essa parte de quem é da área de segurança, o que é que faz, quanto que a empresa tem que contratar de técnico, engenheiro etc.

Ana – E do ano de 78 para cá, 2009, não mudou nada no mercado de trabalho, no sentido de que o tecnólogo passasse a ser necessário?

Coordenador – Olha, em verdade existe um corporativismo muito grande na área e segurança. o Engenheiro de Segurança faz lobby por ter o tecnólogo em segurança, a gente percebeu isso claramente na época em que tinha curso aqui. tal como o Técnico em Segurança. A gente ouvia os sindicatos respectivos [palavra não entendida], todos eles assim no íntimo a gente percebia que eles eram contrários a esse curso de segurança porque eles achavam que ia desempregar o técnico ou [Ana: o engenheiro]... é o engenheiro. Então eles torciam para que o mercado não contratasse, e acabou não contratando mesmo, conseqüentemente, acabaram...

Ana – Você não acha que existe certa contradição.... [pausa: coordenador pediu para atender telefone].... continua: Aí Mauro no começo quando a gente começou a conversar você falou assim: não o tecnólogo é uma profissão assim, pensada em torno de necessidades do mercado de trabalho, mais ou menos isso que você falou....

Coordenador – Tecnólogo em geral, de segurança não...

Ana – De segurança não...

Coordenador – O de Segurança, na verdade, ele foi pensado, primeiro porque o CEFET teve essa macro idéia de aumentar o contingente de alunos. O Diretor na época disse: “vamos aumentar”, porque ele tinha formação de Segurança, por que era médico do trabalho, então eu aceitei, mas a minha concepção não era junto com a dele de aumentar o quantitativo era por conta que na segurança não há graduação, até hoje não há graduação em segurança, ou você faz o médio ou você faz pós-graduação. Então eu tive a intenção primeira de promover graduação na área de segurança, porque um técnico de segurança que quer fazer um curso superior posteriormente, ele vai ingressar em que na área de segurança? Não vai. Ou ele faz uma Engenharia, mas vai levar 5 anos para depois se quiser ser Engenheiro de Segurança, ou ele faz uma Medicina, Direito etc. seja o que for. Ao contrário dos outros técnicos, industriais, por exemplo, se ele faz Técnico em

Mecânica, ele pode fazer Engenharia Mecânica, se ele faz Técnico em Eletricidade, pode ser Engenheiro Elétrico, assim por diante. Mas na área de segurança não tinha, então a minha idéia inicial era fazer uma verticalização: técnico nível médio, tecnólogo nível superior. Foi minha única, meu único objetivo foi esse, mas, pensei tardiamente no resultado que foi o mercado não reconhecer.

Ana – Não reconhecer...

Coordenador – É...

Ana – Na verdade, quer dizer, juntou a tua intenção, como você colocou, com a intenção da instituição de querer aumentar o orçamento não é?!

Coordenador – Isso....

Ana – A ampliação do orçamento, em resumo não é isso...

Coordenador – É, na verdade, não foi só o de Segurança que foi criado, foram criados diversos outros...

Ana – Diversos outros tecnólogos... criados dentro dessa mesma perspectiva...

Coordenador – Isso...

Ana – De ampliação do orçamento da instituição....

Coordenador – Isso. Alguns também fecharam. Eu não me lembro quais, acho que o de Mecânica, por exemplo, já não existe mais e o de Segurança perdurou de 98 a 2003...

Ana – E na época foi aberto, também, Telecomunicações, também, como tecnólogo?

Coordenador – Acho que sim...

Ana – Está funcionando ainda?!

Coordenador – Acho que sim. Tem uma Coordenadora dos Tecnólogos que é a Rosangela. Hoje ela não está aí, às segundas ela vai para Petrópolis....

Ana – Outra pergunta que a gente tem aqui, de alguma maneira você já respondeu. Qual a receptividade desse profissional nos Conselhos profissionais, é reconhecido, por qual conselho?

Coordenador – O Tecnólogo, de um modo geral, é reconhecido pelo CREA. O CREA tem lá as atribuições do Tecnólogo....

Ana – É, mas não...

Coordenador – Quem não reconhece é o mercado. Os Institutos todos, o MEC, o CREA reconhecem o tecnólogo...

Ana – De Segurança, também..

Coordenador – Também, reconhece....

Ana - O CREA reconhece Tecnólogo em Segurança?

Coordenador – Reconhece. Mas o mercado se baseia na norma regulamentadora número 4 do Ministério do Trabalho, é essa que baliza a contratação do profissional da área de segurança, não tem o tecnólogo lá para ele contratar oficialmente, ele não contrata...

Ana – O curso é reconhecido pelo MEC?

Coordenador – Reconhecido pelo MEC....

Ana – Inclusive já botou aqui [questionário] a portaria de reconhecimento ...

Coordenador – Ainda não. Tem algo ali sobre duração, na última página...

Ana – É tem essa última renovação de conhecimento, termo de autorização. É a gente não perguntou a portaria de reconhecimento não. você tem não é?!

Coordenador – Foi publicado posteriormente, deixa eu ver se eu tenho aqui... [pausa: Telefone tocou].. Ta aqui portaria 588 de 24 de Fevereiro de 2006. E o curso acabou em 2003, quer dizer, 3 anos depois que eles reconheceram. Funcionou 5 anos, decorreram mais 3 aí então que eles reconheceram o curso...

Ana – Aí está no Diário Oficial de quando mesmo?

Coordenador – Primeiro de Março de 2006. Aqui também tem curso de Manutenção Eletro Mecânica no CEFET.

Ana – Tecnólogo também?!

Coordenador – É. E o curso de Automação Industrial, na mesma época que o de Segurança...

Ana – E assim, por exemplo, na verdade, a gente já entrou....[interrupção]. Então, o curso foi reconhecido pelo MEC, você já me deu o número da resolução. E o processo de reconhecimento? Foi de muitas indas e vindas. O MEC exigiu muita documentação?!

Coordenador – Isso exigiu. Teve uma exigência muito grande. Veio comissão aqui, teve curso que foi reprovado, depois teve que passar por nova avaliação. O de Segurança não. Foi aprovado...

Ana – Na primeira avaliação...

Coordenador – Na primeira, até com louvor, foi reconhecido até porque eu sou um cara meio assim metuculoso, eu guardo tudo até os diários eu guardei. Até eles ficaram surpresos quando chegaram e encontraram os diários de 98, 99. Eu sabia que um dia...

Ana – Ia aparecer alguém...

Coordenador – Ia aparecer alguém para verificar o que aconteceu. Tudo o que eles precisavam eu tinha: as ementas, as grades que mudaram muito. Eles não tinham balizamento de Tecnólogo em Segurança em lugar nenhum. Então nós criamos, então de 98 mudou do primeiro semestre para o segundo. Foi mudou em 99. Foi mudou em 2000. Foi uma complicação danada gerenciar cursos com grades várias em pouco tempo...

Ana – E essas mudanças de grade Mauro, foram em função de que exatamente?

Coordenador – Pois é, foi em função mais das necessidades que a gente via que o mercado talvez pudesse... E também, quando nós pensamos em fazer o Tecnólogo em Segurança, tínhamos a intenção de ter como pré-requisito que fosse para Técnico em Segurança, mas não pudemos fazer isso porque alguma coisa esbarrou na legislação, não podia discriminar. Então as pessoas reclamaram também muito de que não tinham embasamento suficiente para acompanhar a disciplina, a gente foi mudando. O professor reclamava “ih isso aqui ó pro aluno não ta dando conta”, aí a gente mudava para poder... Por exemplo, tinha uma matéria que pressupunha o conhecimento de um assunto X, então no semestre seguinte teve que colocar fundamentos daquilo para que ele pudesse estudar outra. A gente teve que ir mudando para poder fazer uma base de aprendizado para ele poder estudar o seguinte.

Ana – Você ainda tem essas grades?

Coordenador – Se você vier aqui está no computador..

Ana – Depois se a gente quiser tem como? Não agora, mas tem como né?!

Coordenador – Sem problemas...

Ana –Mauro esse processo do MEC de regulação dos cursos superiores de tecnologia, qual é a sua opinião sobre esse processo?

Coordenador – Eu acho que é. Tem valor, eles fazem uma crítica interessante. É bom para avaliar qualquer curso, inclusive verificar documentação, se aconteceram as aulas, avaliam os laboratórios... eles fazem toda uma análise conjuntural. Acho que tem que ser feito mesmo, senão vão oferecer aí um curso de segunda ou terceira categoria...

Ana – O Curso aqui foi extinto em 2003? [Coordenador: sim] Aí não pegou.Você tem acompanhado esse processo de divulgação pelo MEC do Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia?

Coordenador – Não. Isso eu não tenho acompanhado não...

Ana – Não acompanhou mais. Você não está mais oferecendo...

Coordenador – Eu só acompanho agora do Técnico [interrupção da entrevista]

Ana – Aqui Mauro, olha só, na verdade o MEC, ele só fez aquele processo de reconhecimento, ou vocês passaram por uma avaliação do MEC?

Coordenador – Pois é, veio uma comissão para ...

Ana – Reconhecer....

Coordenador – Para fazer reconhecimento. Fez a avaliação, poderia reprovar ou não, tal como reprovou de outro curso, o nosso foi aprovado...

Ana – Foi aprovado com louvor como você falou. O curso foi avaliado então, ele foi avaliado quando?! Foi em 2000 e ...

Coordenador – Foi em 2003...

Ana – Foi em 2003 os resultados de aprovação com louvor....

Coordenador – Deixa eu confirmar as datas aqui, não, foi 2005.

Ana – Então eles vieram depois que ele já tinha sido extinto...

Coordenador – Já depois, portaria em 2005. Aqui o parecer da comissão que avaliou o curso de 98 a 2003...

Ana – E aí qual a tua opinião sobre esse processo de avaliação do MEC?

Coordenador – Eles foram muito exigentes, ficaram aqui dois ou três dias, só avaliando o curso, pediram as documentações todas, se reuniram com os professores, fizeram perguntas, foram bem criteriosos..

Ana – Criteriosos...

Coordenador – Sim...

Ana – Aqui eu tenho outra pergunta... [o coordenador interrompe]

Coordenador – Não foi fácil não...

Ana – Não foi fácil, foi uma coisa assim, exigente? E aí no caso não teve modificação no curso né?! Porque o curso já estava extinto...

Coordenador – É, não teve, na verdade, eles só vieram aqui para reconhecer o passado..

Ana – Para poder validar o diploma dos alunos não é?!

Coordenador – Para validar o diploma...

Ana – E sobre os alunos Mauro, por exemplo, quem são esses alunos do tecnólogo? Eles têm um perfil muito claro para você? Ou, por exemplo, você que lida com curso

técnico... lidou com técnico concomitante, técnico pós-médio, esses alunos que fazem o tecnólogo, qual é o perfil deles? É diferente? É o mesmo perfil?

Coordenador – É diferente. Aqui no caso de segurança, uma parcela era técnico de segurança, dessa parcela, acho que a maioria era ex aluno do CEFET, de técnico de segurança e a outra era de pessoas que estava buscando alguma coisa nova dentro do mercado, é não tinha, ou não tinha perspectivas em outras carreiras, ou as outras carreiras não atendiam a essas pessoas, então buscavam algo que pudesse encaminhá-los para o mercado de trabalho, ou muitos queriam, também, apenas um diploma de graduação, uma graduação rápida, já que o curso era em dois anos. Em 98, por exemplo, era de dois anos. Então as pessoas queriam uma graduação de imediato para fins de empresa, de concurso, era uma parcela bastante razoável dentro do contingente de alunos.

Ana - E a motivação deles assim, em geral, você diria o quê? Que era, na verdade, essa questão de conseguir o diploma de nível superior o mais rápido possível, ou eles tinham outras motivações para estarem fazendo esse curso?

Coordenador – o pessoal técnico da segurança, uma parcela também boa, era tudo da Petrobrás, então eles tinham objetivos maiores dentro da empresa. A outra era ingresso em concurso público, de admissão em concurso público de provas de seleção, então, aonde não se exigia determinado tipo de graduação então o tecnólogo serve. Então, muitos me procuravam com esse objetivo: passar em concurso público de forma mais rápida. Tecnólogo formado em pouco tempo, e para eles era o suficiente para ter um diploma, para poder participar desse processo...

Ana – Agora você falou aí da Petrobrás, mas a Petrobrás, ela, no edital do concurso, muitas vezes ela coloca que não admite tecnólogo, mas ela...

Coordenador – Não, ela especifica que quer o Técnico em Segurança, o Engenheiro de Segurança. Ela não menciona ou nunca mencionou o tecnólogo, porque para ela o tecnólogo.... [Ana: não existe]...

Ana - Agora me diga uma coisa, por exemplo, esse técnico, você falou assim: que uma parcela grande dos alunos do tecnólogo eram técnicos e técnicos da Petrobrás. Aí, quer dizer que, internamente, a Petrobrás valorizava o tecnólogo no sentido dele ser tecnólogo..

Coordenador – Não. Valorizava a graduação deles...

Ana – A graduação.

Coordenador – Como eles eram técnicos de segurança na Petrobrás, o ideal era que fizessem uma graduação na área de segurança que estava sendo ofertado para o interesse deles...

Ana – E eles gostavam do curso?

Coordenador – Gostavam. Não tive críticas contrárias. O curso era de bom nível, as pessoas que davam aula no técnico eram as mesmas que dava aula no tecnólogo. Todos os professores são experimentados no mercado de trabalho. Todos já trabalharam em empresas, alguns trabalham em empresas. Tem esse que estava aqui que é gerente Nacional de Segurança do Trabalho de FURNAS, outro que é auditor fiscal do Ministério do Trabalho, quer dizer, cada um ao seu lado com uma bagagem muito grande, para o aluno isso vale bastante, pois, além do conhecimento teórico que o professor tem, tem uma experiência muito grande de segurança, o que conta bastante para dar aula..

Ana – Você tem, assim, alguma coisa que alguém dissesse, assim, que os alunos que mais gostavam dessa, alguma coisa no curso que os alunos valorizavam especialmente, e outras que os alunos não gostavam de jeito nenhum, tem alguma percepção, alguma lembrança disso?

Coordenador – Tenho lembrança disso não...

Ana – Não né?! Alguma coisa que eles achavam que era muito bom, muito legal...

Coordenador – O curso de segurança é um curso muito técnico e muito teórico, ao contrário dos outros laboratórios, solda, aquelas partes de solda, prensa ... O técnico de segurança, eu vou arriscar com a palavra que pode ser muito forte, mas ele é mais intelectual, ele só trabalha os conceitos, então se o professor tiver esses conceitos e apresentar a prática que é de cursos audiovisuais, isso valoriza muito, aliado a visitas, isso o aluno gosta muito. Esse pessoal que vem aqui é por visita (falando dos alunos técnicos que chegavam na sala). O tecnólogo, também, tinha esse contexto, o segurança atual faz mais ou menos 16 visitas técnicas por semestre. Porque, como eu falei, o curso de segurança não tem assim um ... Tem laboratórios, mas não a parte prática que os outros cursos tem. A nossa parte prática é visitar indústrias.

Ana - E na visita a uma industria, o que é que um técnico em segurança vai olhar?

Coordenador – Na verdade ele vai ver os riscos das atividades daquela empresa. Então ele vai, por exemplo, numa industria de cimento, riscos tem, vou citar um: calor, tem aquelas auto fórmicas [palavra duvidosa] que você a 100 ou 200 metros você já está sentido calor, longe ainda mas está sentindo calor, quer dizer, isso é um risco. Como é que se comporta lá diante desse risco? O que é que ele usa, o que é que ele faz? Trabalha o tempo todo exposto? Então são esses itens que são levantados na industria, tem um risco aqui, tem calor, tem radiação. O que é que essa industria faz para minimizar ou eliminar esse risco?

Ana – Se fosse, por exemplo, a exemplo da indústria, vocês visitam também hospitais, por exemplo?

Coordenador – Ainda não tivemos essa oportunidade, mas é uma visita interessante porque a norma sobre saúde e segurança ela tem pouco tempo. Como eu falei ainda há pouco, em 78 foram editadas as normas, foram só 28. A norma de saúde é a penúltima, é a 32, hoje em dia são 33 normas. Essa de 32 tem dois anos de duração, de edição. Até hoje não fizemos nenhuma visita a hospital, mas é uma visita que está na nossa agenda a fazer. Então o aluno tem que o conhecimento até porque na área de saúde, que é o nosso caso, no primeiro período do curso ele tem 4 a 5 disciplinas só da área da saúde: primeiros socorros, doenças, biosegurança,

então é uma visita que está em estudo. Mas visitar hospital é difícil, é quem nem visitar uma empresa que ofereça treinamento de incêndio, não oferecem mais, por conta do risco que oferece para os alunos, tem medo do aluno sofrer algum acidente lá na hora da demonstração, e em outros setores tem esbarrado nesse aspecto da segurança de menores de idade, que é o caso. [Ana: que é o caso.] Mas a gente tem conseguido, dentro da medida do possível.

Ana – E os professores do curso, você até já falou um pouco, que eram os mesmos professores do curso técnico, não é isso?

Coordenador – São os mesmos [Ana: são os mesmo] ...

Ana – Então eles foram escolhidos assim. Aqueles que faziam parte já eram professores do curso técnico de segurança, passaram a ser professores do curso de tecnólogo?

Coordenador – É, indevidamente. Porque em sendo um curso superior, quem tinha de vir a gerir e sustentar era o departamento de Ensino Superior da Instituição mas, ele foi coordenado e sustentado por um órgão de ensino médio técnico. Isso aí foi só uma questão de nomenclatura, os professores todos com capacidade e conhecimento, com a titulação suficiente para ministrar os cursos. Quanto a professor, nunca houve reclamação alguma...

Ana – E eles reclamavam, quer dizer, comentavam Mauro, por exemplo, a diferença que era dar aula pro técnico e pro tecnólogo?

Coordenador – Pois é, reclamavam entre aspas. Essa crítica por conta de que ele teve necessidade de atender aos alunos que não tinham conhecimento de segurança. Quem era técnico em segurança já sentia às vezes até desmotivado, o professor estava falando aquilo que os caras já tinham aprendido. Mas não tinha como não falar, porque tinham alunos que não tinham conhecimento algum em segurança.

Ana – Aí quase que fazia uma reedição do curso de técnico ...

Coordenação – Em alguma medida tinha que reeditar alguma coisa ..

Ana – Uma espécie de nivelamento, digamos assim...

Coordenador – É, uma espécie de nivelamento. A turma era heterogenia. Nossa intenção era fazer só ingresso de técnicos, não foi possível, então, qualquer um, com ou sem o conhecimento em segurança entrou. Então era o jeito falar da segurança, o cidadão que já tinha o curso de segurança não gostava, mas era obrigatoriamente o dever do professor ensinar. Essa era uma crítica que se fazia .

Ana – É, por exemplo, no caso assim, o curso funcionou de 98 até 2003 não foi isso? 2003 foi a última entrada ou foi a última saída de alunos?

Coordenador – Foi a última entrada, 2003, segundo semestre. Última saída [Ana: ta sendo ainda..] foi em 2005. Ainda tinha turma de quem entrou em 2003/2 saiu em 2005. Mas ainda tem turma aí pendurada, devendo matéria até hoje [Ana: tem né?!]. Tem. Tem aluno aí até hoje...

Ana – Aí entravam quantos no ano Mauro?

Coordenador – 40 [Ana: 40 por ano]... 40 não, 40 por semestre, 80 por ano....

Ana – Quantos se formaram?

Coordenador – Esse dado eu não tenho mas a Rosângela tem...

Ana – Da conclusão...

Coordenador – Dos concluintes é...

Ana – Então olha só, esta última pergunta, penúltima, na verdade, se é possível, eu tenho a impressão que você vai dizer que já está respondida, mas vou fazer de qualquer maneira. É possível perceber impacto desse curso superior em tecnologia

no mercado de trabalho? Quais seriam esses impactos? Tem receptividade dos empregadores para os egressos desse curso? Como é o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho?

Coordenador – O acompanhamento quem faz é o setor, aqui da escola, que é a COEN, eles fazem um acompanhamento dos egressos. O impacto, na verdade, não houve impacto porque a maioria não foi assimilada pelo mercado. O mercado, como falei antes, o curso de tecnólogo, o tecnólogo de segurança, por conta de que na área de segurança só existem 5 profissionais oficialmente credenciados para trabalharem nessa área. Então empregador, na verdade, ele só contrata porque o Ministério do Trabalho exige sobre determinadas condições: tem que contratar um técnico, contrata um técnico. Se tem que contratar dois técnicos, um médico, dois médicos, assim ele contrata. Acho que se a norma não estabelecesse isso, acho que eles nem contratariam, porque infelizmente reina uma cultura do “Deus dará” .

Ana – Claro, quanto menos custo eu tiver...

Coordenador – É, então, o técnico em segurança, para o empregador, é um ônus, porque eles na verdade, sob a ótica deles, ele não produz, ele não produz, não fabrica nada. Mas, na verdade é o contrário, ele tem sua carga de produção tentando evitar que a empresa tenha despesas depois com acidentes, com doenças etc. Mas, muitos empregadores não tem essa visão. Só tem a visão de obrigatoriedade de contratar o profissional. Então se eu tenho que contratar aquele, porque eu tenho que contratar este? O Tecnólogo? Ele não tem a obrigatoriedade de contratar ele. Ele contrata aquele para o qual ele é obrigado.

Ana - E o tecnólogo se fosse o caso, ele teria que pagar mais ou não?

Coordenador – A remuneração dele? [Ana: é...] Acima do técnico e um pouco abaixo do Engenheiro de Segurança.

Ana – Teria que ser uma remuneração acima...

Coordenador – Acima do Técnico de Segurança...

Ana – Teoricamente, não é?!

Coordenador – Teoricamente sim, é um profissional de nível superior não é?!

Ana – Mauro você acha que pelos seus arquivos e tal, a gente teria como entrar em contato com alguns desses egressos? Você teve 98, 99, 2000, 2001, 2002, 2003 não é?! Desses 80 são em torno de 500, um pouquinho menos, alunos ingressados, você acha que teria como a gente achar?

Coordenador – não temos essa base de dados aqui mas lá na DERAC tem..

Ana – DERAC é quem?

Coordenador – Com o Willam. Ali em cima no Bloco C [Ana: sei, continua lá no C?]. Continua lá em cima, ele tem toda essa catalogação das pessoas..

Ana – Com endereço, telefone?

Coordenador - Até hoje alguns ainda vem buscar alguma coisa atrasada, ele tem lá toda essa base.

Ana – então pelo William eu chegaria neles?

Coordenador – Chegaria nas pessoas que se formaram...

Ana – Se você fosse fazer novamente o curso?

Coordenador – Não faria.

Ana – Não faria?

Coordenador – Segurança não. Já tive posteriormente, sugestões da direção da escola mas eu sempre bati nessa tecla, não tem como eu botar no mercado pessoas que não vão ter emprego.

Ana – Você não tem nenhuma coisa contra ao curso em si.

Coordenador – Ao curso não. Se eu fosse oferecer um curso eu queria para quem fosse exclusivamente para quem é técnico em segurança, para ele ter graduação na área. Agora, oferecer para as pessoas que querem ter um curso superior para poder trabalharem e não poderem?! Não vale a pena! Você está sendo desonesto com essas pessoas.

Ana – Então você não ofereceria?

Coordenador – Não, esse curso não.

Ana – E esse curso que de alguma maneira você tem contato que é privado, você me falou de uma cidadezinha...

Coordenador – Ah sim tem uma ... [Ana: onde que é?] Tem em Macaé, tem...

Ana – Tem nada a ver aqui com o CEFET?

Coordenador – Tem nada a ver ... é a FAFIMA. Faculdade de Filosofia de Macaé. Lá tem esse curso funcionando há um ano mais ou menos. O Coordenador, inclusive, é o Coordenador de Maria da Graça, coordenador do curso técnico de Maria da Graça. [Ana: de segurança?] De segurança. Francisco Moisés. Eu que fiz o projeto de lá. Eu fui o coordenador até iniciar o curso. Foi quando começou, eu saí. Macaé estava muito distante para mim. Mas, eu também já sentida que eu não devia continuar. Porque os alunos lá, eles dizem, o Francisco, questionam o que questionavam aqui: “vamos trabalhar onde”?

Ana – Mas, ainda, sim eles insistem em fazer o curso.

Coordenador – Insistem, porque tem ainda essa outra vertente da pessoa ter a graduação em pouco tempo e a partir dali ter uma inserção qualquer..

Ana – E é um curso caro ou barato Mauro?

Coordenador – Lá deve estar uma faixa de 300 reais.

Ana - É um curso que não exige muita instalação. Tem essa vantagem não é?!

Coordenador - Não existe. Assim como no técnico de segurança não existe um investimento muito grande.

Ana – É sala de aula, praticamente.

Coordenador – Sala de aula, alguns instrumentos de medidas para os riscos e videoteca. Tem que ter muitas fitas. [Ana: ah é?!] É porque você fala de ruído, na oficina você vai mostrar o ruído mas, a dinâmica, o processo industrial, você vê no filme e na indústria ao vivo. Aula de ruído, aí o professor ensina o que é ruído, a base física, a base de segurança, a prevenção. Vai ficar só nesse conceito? Não. Parte prática, é um instrumento que eleva... filmes sobre ruídos, com complemento na indústria. Como é que o aluno, o trabalhador trabalha em um ambiente ruidoso? Ruído é isso, tem esse ambiente de trabalho projetado assim, o trabalhador usa isso, usa aqui, faz exame médico e tal. Essa é mais ou menos a seqüência da nossa cadeia aqui de ensino. O conceito, a prática que é muito limitada, nossos instrumentos cabem aqui num arquivo de aço, não precisa ter um laboratório e tal. O maior instrumento que a agente tem aqui, entre aspas, é um boneco de primeiros socorros. Nós temos aula de primeiros socorros. Temos uma boneca eletrônica. Nossos equipamentos está tudo ali no armário, pois é os alunos manuseiam, vêem os filmes, temos 200 filmes.

Ana - Você acha que é por isso que a iniciativa privada de repente oferece? Diferentemente de um curso, sei lá que exigiria um laboratório...

Coordenador – Com certeza. É um curso de investimento menor...

Ana – É quase um curso

Coordenador – Tem que ter esses recursos que eu mencionei, minimamente tem que ter. Investimento e infra-estrutura é bem menor que outro curso de graduação na área industrial. Mas, um de Engenharia por exemplo, ou fazer um técnico mecânico etc. é um investimento muitas vezes superior.

Ana – E os professores, tem remuneração mais baixa por exemplo? Um professor do curso de tecnólogo com um curso, fora daqui, do CEFET, do público.

Coordenador – Não, a remuneração é a mesma...

Ana – É o mesmo?

Coordenador – É professor...

Ana – Nessa FAFIMA, por exemplo, ele vai estar no mesmo status do professor de Filosofia, por exemplo?

Coordenador – Não tem variação. O Professor que dá aula de segurança tem que ter muito conhecimento, é um curso muito conceitual, mas por ser muito conceitual, o professor tem que ter um embasamento muito grande. Por exemplo, falar de ruído, tem que ter um conhecimento de física. Tem aula de agentes químicos, tem que ter um conhecimento de química, quando se fala de agentes biológicos, tem que ter conhecimento de biologia, minimante, mas tem que ter; e isso depois, derivando para o conhecimento da segurança, ele fala desses riscos, desses agentes, e na segurança o que faz com isso? Os mecanismos que são utilizados, as formas de eliminar de neutralizar, prevenir, tudo isso tem que ser de domínio do profissional, ele tem que ter conhecimento razoavelmente elevado porque senão vai ficar pelo caminho.

Fim

TEM UM PEDAÇO QUE FALA SOBRE O ENSINO MÉDIO.

Ana – não foi ouvida a pergunta

Coordenador – nós tivemos que adequar as diretrizes curriculares do cadastro, não estava adequado, na área da saúde. Segundo motivo, os alunos estudavam aqui no primeiro ano duas tardes, o segundo ano, três tardes, o último ano, todas as tardes. Mas inverteu, o primeiro ano passou a estudar 5 tardes, o segundo três, e o último só duas, estava havendo muita evasão. No último ano ele vinha todas as tardes, no último ano ele estava terminando o médio, fazendo vestibular, fazendo estágio, então para diminuir a saída dele antes do tempo a gente está concentrando a maior carga agora na primeira série...

Ana – E o CEFET continua com duas matrículas separadas...

Coordenador – É, técnico e médio...

Ana – mas ele pode trancar o técnico, desistir abandonar e continuar no médio, tranqüilamente...

Coordenador – Pode... Não pode o inverso, não pode continuar o técnico sem o médio.

Ana – Porque não recebe diploma...

Coordenador – Aqui a nossa evasão era muito grande... até no curso de segurança tava ocorrendo... por conta de reprovação e por conta da necessidade do aluno de atender outras coisas que estavam sendo pedidas quando eles estavam aqui todas as tardes... O curso de segurança é o único que mudou isso...

Ana – e todos continuam com essa mesma distribuição?

Coordenador – As causas são conhecidas, e eu me antecipei

ENTREVISTA NO CEFET 01/06/2009
ENTREVISTADORES: MIGUEL, ANA, LYGIA

Providências

Entrega dos formulários de autorização de entrevista para os professores assinarem.

Questão – Qual a importância do curso de um curso de tecnólogo?

Professor A – Se é sobre o tecnólogo de Segurança do Trabalho em nível de mercado ainda é bastante atrasado. Exceto nas empresas de alta tecnologia. No mercado é muito geral. Na maior parte do mercado existe a necessidade do profissional qualificado para o trabalho do dia a dia. A Petrobras, o setor Elétrico e mais coloca a função da segurança do trabalho em si, não sei onde colocar o tecnólogo diferente dos técnicos.

Se a Segurança englobasse meio-ambiente, saúde e segurança juntos, aí teríamos algo importante. Seria a tendências das empresas trabalhares tudo junto. Têm uma interligação técnica indissolúvel. O profissional de mercado vai ser mais explorado nas três junta.

Tem tecnólogo em empresas mas, não tem em firmas. Agora com o risco químico faz mais sentido.

Professor P – Similar ao **professor A** o tecnólogo deve ocupar este espaço de meio-ambiente e segurança em conjunto. A elevação do nível de escolaridade precisaria mais era elevar o nível dos técnicos.. O tecnólogo tem melhor desempenho em técnicos de formação .

Pode haver transformações do atual técnico em tecnólogo pensada a área de meio-ambiente e segurança.

Professor A – Mas, o desenvolvimento do tecnólogo tem que ser direcionado para empresas grandes. Dificilmente uma empresa privada pegando um Engenheiro faz apenas Segurança, tem que fazer meio-ambiente também. Devemos ter especialização em meio-ambiente não mestrado, seria um nível alto demais, é preciso mais juntar segurança, saúde e meio-ambiente em forma de especialização. Ainda tem um espaço muito bom para o técnico de segurança, mas manter o técnico mas não o tecnólogo do jeito que está.

Professor P – A necessidade do tecnólogo em si é muito complicada. Ao funcionar só na parte teórica fica difícil. Ao ponto que o técnico está mais voltado à prática.

Professor A – O tecnólogo deve ser voltado para o meio industrial. Nesse caso, a região de São Paulo já valoriza o tecnólogo principalmente pela sua evolução industrial.

Professor P – A parte de meio-ambiente em SP é mais necessitada do que aqui.

Professor A – Em SP o meio-ambiente é separado de segurança, mas quem trabalha em gestão sabe que tem que unir os dois.

Questão – O que é que se estabelece a demanda de SP do técnico do tecnólogo?

Professor A – O técnico tem uma função mais geral e o tecnólogo é mais focado em suprir um mercado específico de área. A tendência, como eu disse é a indústria criar uma relação segurança, saúde e meio-ambiente.

Professor P – As empresas maiores trabalham muito em cima de equipe. O custo do ser humano está cada vez maior. Há a necessidade de se ter menos pessoas e mais qualificadas.

Questão – No CEFET vocês participaram da elaboração do curso/disciplinas?

Professor A e P – Não

Coordenador – Os professores deram seus palpites, indicando que o pessoal do tecnólogo não teria a base do técnico em segurança.

Professor A – A função do técnico é igual em um curso de tecnólogo.

Coordenadora – A idéia era selecionar mais os técnicos em segurança mas isso não foi possível.

Professor A – Deveria ter sido conectado também ao meio-ambiente.

Questão – Ficou sem sentido o tecnólogo?

Professor A – Sim

Professor P – A escolaridade melhorou, mas, em termos de execução não foi bem, a idéia do que tem que ser feito. Eles não tinham nenhuma visão.

Professor A - A lei de segurança fala de técnicos e engenheiros. E o tecnólogo tem que ser bem específico.

Questão - Os cursos de tecnólogo estão se expandindo muito. Como vocês vêem isso?

Professor A – Por quê? Com que diferencial?

Professor P – A demanda é quem vai nos dizer o que formar. Mas pergunto, a indústria tá na frente ou a educação?
As empresas devem solicitar às escolas os profissionais que precisam.

Professor A – Em SP já tem mais isso.

Questão - O tecnólogo não está em SP substituindo o técnico?

Professor A – Eles já reconhecem o tecnólogo e não há substituição.

Coordenador – As entidades do RJ tais como o CREA reconhecem o tecnólogo mas não é empregador, então fica difícil.

Professor A – Como gerente de uma empresa eu já vejo um diferencial com o profissional que trás segurança, meio-ambiente e saúde juntos.

Professor P – Essa demanda das industrias depende do tipo e tamanho das atividades. A presença dos técnicos e engenheiros é imposta por lei. Se não fosse isso não contratariam.

Professor A – Se a empresas estiverem em um nível como de gestão objetivamente ela tem que ter esses profissionais.

Questão – Tem alguma coisa na ISO que fale do tecnólogo?

Professor A – Não. Eles querem saber se a empresa tem competência. Execução. Seria uma boa perguntar para quem trabalha com segurança, meio-ambiente e saúde.

Coordenador – As empresas que comercializam no mercado de trabalho pensam nisso.

Professor A – Tem muita gente que está fazendo tecnólogo em ambiental por que tem que unir os dois.

Questão – Tinha valorização técnica e prática do tecnólogo?

Professor P – Nós trazíamos a industria para a sala de aula. Nós treinávamos os alunos mostrando filmes tentando conectá-los às empresas.

Professor A – Se o conceito de tecnólogo é fechado deve ser só para que se tenha alguma formação.

Professor P – Os técnicos que saem daqui ainda saem pouco experientes, é preciso experiência. Nos cursos do tecnólogo seria melhor ter alguém estudando com experiência para desenvolver o trabalho.

Questão – O perfil de saída do técnico e tecnólogo era igual?

Professor A – Sim.

Professor P – Nós tivemos outras dificuldades no sentido de evasão. Perguntas do tipo onde os tecnólogos seriam empregados surgiam. O que manteve alguns foi a possibilidade de obter o título de nível superior.

Professor A – Tinha gente que depois de fazer o curso de tecnólogo ia para o técnico.

Questão – e o perfil de entrada dos aluno?

Professor P – Os alunos entravam confiando mais no status da instituição. A referencia por um curso superior de curta duração era no CEFET.

Professor A – A tendência das equipes era que o técnico de segurança precisaria se ter mais no tecnólogo, e o tecnólogo ser mais exigente mas junto com o meio-ambiente.

Questão – Como vocês vêem o curso com relação ao restante?

Professor A – Acho que o problema era mais sobre o trabalho.

Questão – Quem eram os alunos do curso de tecnólogo?

Professores A e P – Técnico, pessoal de nível superior..

Questão – Acham que o curso foi equivocados?

Professor P – Nós temos alunos cursando o Ensino Médio e o Técnico e o que eles sonham é fazer faculdade.

Questão – O curso de tecnólogo valeu alguma coisa?

Professor P – Tinha muita gente com idade mais avançada e procurando empregabilidade.

Coordenador – O edital contemplava os dois níveis o técnico e o tecnólogo, mas isso só entrou em vigor em 98.

Professor – Aqui encontramos pessoas que não tinham chances nem como técnico nem como tecnólogo.

Questão – Você fala que o problema está só na questão do tecnólogo em segurança?

Professor A – Sim, o negócio era juntar segurança, meio-ambiente e saúde.

Questão – Pensando no Mercado de trabalho no RJ, acham que o tecnólogo tem espaço na área da saúde?

Coordenador – Tem nos setores da Saúde sim.

Questão – Sobre os conselhos, a preocupação que vocês tem é sobre o tecnólogo em geral ou só em segurança?

Professores A e P – Só em Segurança.

Professor V – O tecnólogo não tem espaço. O Brasil é o único país no mundo que tem profissão obrigatória. O tecnólogo não está registrado no Ministério do Trabalho e nem vai entrar.

Normas NMRH4 para CESMET – não tem entrada do tecnólogo.
O tecnólogo foi criado mas não tem espaço.

Em SP é outra coisa. Em SP eles exigem formação em técnico mas exigem especialização em tecnólogos... e se eles compreendessem saúde, meio-ambiente e segurança eu os empregaria com certeza.

No RJ tem muitos empresários mas eles só pensam em cumprir a lei e ponto.

Questão - Tem muita escola que tem cursos superiores em tecnologia

Professor V – Sim, mas só para ganhar dinheiro, o diploma tem sua validade para a graduação, claro.

Questão – Sobre as disciplinas, quais dificuldades que encontraram?

Professor P – O problema era sobre o conhecimento básico industrial que eles não tinham.

Questão – Quais os impactos do curso tecnólogos no mercado de trabalho?

Professor A – Em SP seria o melhor lugar para se perguntar isso. SP tem objetivos mais focados para as empresas, estão mais preocupados com as competências.

Professor P – Veja bem, o curso técnico de segurança quando começou só tinha 3 meses de duração a medida que foi evoluindo foi ficando mais longo. Para ser tecnólogo deveria se vir de uma evolução dos técnicos.

Professor A – Fazer um tecnólogo sem o caráter prático não faz sentido, é preciso mudar essa visão.

Professor P – Muitos cursos superiores específicos (ex. fononaudiologia) advieram de cursos mais gerais. Podemos ter um tecnólogo em Segurança, da Engenharia mas tem que ter que ser mais no futuro.

Entrevista com os alunos CEFET

Equipe: Ana Margarida e Miguel

Dia:

Ana – A gente tem toda essa parte de acompanhamento da questão da formação técnica das modificações das formações e da questão do trabalho na área da saúde então a gente tá querendo entender melhor o que é que está acontecendo na formação do tecnólogo. E aí por isso que a gente tá fazendo esta pesquisa. Aí a gente analisou, por exemplo, dados do Censo, fez todo um mapeamento, viu aonde estava se desenvolvendo o tecnólogo Rio de Janeiro. E como eu trabalhei aqui no CEFET, depois que eu sai daqui eu fui para a FIOCRUZ, então eu achei que era o lugar de mais fácil acesso. Não é fácil, por exemplo, coordenar uma pesquisa que a gente entre, converse com os alunos e tal, pegue os dados, que condense os dados. Então, a gente começou a fazer um estudo mais aprofundado com mais..... especificamente aqui dentro do CEFET. começamos com os professores... E aí porque que a gente tá querendo chegar nos alunos? Porque a gente tá querendo

saber dos alunos assim: por que fazer tecnólogo? Por que não fazer logo Engenharia, por exemplo....O que que o alunoenfim, questões por aí...

Miguel – O que é que traz a vocês para um curso como este.

Ana – Aí então quem quiser falar.

Aluno – Eu vou falar. Eu acho que as pessoas, na verdade (eu sou bem pessimista), as pessoas acham que é uma coisa quando chegam aqui é outra coisa completamente diferente. Não tem mercado de trabalho. O mercado de trabalho para tecnólogo no Rio de Janeiro é zero. Algumas pessoas, querem, entram, como você falou, para fazer um curso complementar. A maioria dos alunos aqui fazem outras faculdades o tecnólogo como um curso complementar, apesar de que não é a idéia do curso, a idéia é para formar o tecnólogo para trabalhar na área como tecnólogo.

Aluno – é uma forma de graduação também, considerando...

Aluno – é um curso, o CEFET é uma faculdade boa, tem nome, é uma universidade pública federal, eu acho que é isso. Agora....

Aluno – ...o interessante é ouvir outra instituição que não necessariamente tivesse e agora está com essa questão de que o curso vai acabar ... é estranho você perguntar o que te levou a ...

Ana – Miguel se pudesse voltar ao começo da pergunta seria legal. Por que fazer um curso de tecnólogo por exemplo. Por que não fazer um de Engenharia?

Aluno – Eu li um pouco antes de fazer a prova. Eu acho que um pouco tem a ver com a gente. A primeira questão de formalidade, acho que isso pesa para as pessoas de continuarem no curso a gente adquire um status melhor na sociedade. Outra coisa é que se a pessoa tem um perfil de empreendedor ela pode sim encontrar trabalho nessa área, eu por exemplo penso em encontrar trabalho na área de certificação ambiental. Agora, o curso me dá base para isso? Aqui na prática já é uma outra pergunta. Eu vi que tinha mercado, tinha nicho, e eu podia conseguir alguma coisa com isso. Conseguir, eu vou através de um empreendedorismo ou através de uma pós depois, para complementar o curso aqui. Enfim, vou meio que abrir o leque.

Aluno – agora é uma área nova também, de gestão ambiental, apesar de não ter mercado para tecnólogo é uma coisa que toda empresa deveria estar precisando, e existem também alguns concursos, algumas provas que abrem e tal aí também que não aceitam o tecnólogo, aí quer dizer tem esses preconceitos ...

Aluno – um dia eu vi um concurso que tinha um caso específico de tecnólogo.

Aluno – Mas é raro...

Ana – E vocês por que fazer tecnólogo?

Aluno – Eu fiz para complementar meu currículo mesmo. Eu sou formada em bióloga fiz uma pós-graduação aqui, venho de uma faculdade pública, entrei por reingresso. Então meu objetivo aqui especificamente é uma complementação da minha grade curricular como bióloga, por que como eu tinha te falado, numa faculdade pública, não só como o CEFET mas como as outras que eu conheço pessoalmente, outras instituições diferentes da minha, que a faculdade pública é assim: cursos sempre largados, ainda mais os cursos de biologia que precisa de equipamentos (Ana – oi boa noite, a gente ta aqui conversando com os alunos podemos continuar?) Então a faculdade pública tem sempre a necessidade não só na biologia mas, mas em qualquer profissão, por isso o curso de tecnólogo para mim além de rápido e rasteiro complementa a minha formação de bióloga. Então para mim o CEFET, além de nome tem os seus problemas, mas é muito importante para mim na minha formação eu sei que daqui o mercado está crescendo então, eu acho que é outra, um empreendedorismo para a minha profissão, mais um ano para tentar.

Ana – Você já está empregada?

Aluno – Não. Ta muito difícil, eu só estou me especializando, me especializando, até eu faço uma outra pós, alíás eu tenho duas pós no meio-ambiente, uma eu estou fazendo em outra grade, ta difícil mesmo, cada vez que eu me especializo mais eu tenho dificuldade de encontrar emprego.

Miguel – Até eu queria saber isso, que outra formação vocês tem? Que formação anterior a este curso vocês trazem?

Aluno – Foi por isso que eu entrei no curso há um ano que sou técnica e assim e não é só o técnico em segurança é meio-ambiente e saúde, então eu quis tentar ... eu descobri que isso aqui não é emprego.... isso meio que deu uma quebrada no meu pensamento inicial, que era aprender a minha profissão, mas eu fiquei porque justamente porque a são só dois anos, “eu vou até o final”, por isso eu continuei. Mas, saindo daqui eu pretendo fazer Engenharia Ambiental. Em uma outra instituição. Ou seria um tecnólogo engenharia passo para Engenharia Ambiental...

Aluno – Eu queria fazer Engenharia Ambiental. Daí eu resolvi fazer gestão ambiental como um curso complementar, para poder pegar uma área de Engenharia Ambiental. Mas começando a trabalhar como tecnólogo aqui, enfim.

Miguel – Era só isso. Que outras formações vocês têm?

Aluno – Eu sou formado em administração.

Aluno – Eu técnico do trabalho.

Aluno – Sou técnico em segurança mas não atuo como técnico, sou do corpo de bombeiros e trabalho no Instituto Estadual do Meio-Ambiente e faço o tecnólogo como complementar .

Aluno – Eu faço faculdade de biologia na UERJ. Aí eu entrei para cá como área complementar também.

Ana – Achando que fazer o tecnólogo era fácil de fazer? Por aí assim.

Aluno – Eu já ouvia falar que o mercado de tecnólogo não é lá essas coisas. Aí pensei que poderia ter uma chance de enriquecer. Mas aí é a mesma coisa, como só dois anos aí vai ser difícil de essa coisa de enriquecer. Mas aí eu pensei como vai ser só dois anos eu vou terminar logo, eu não vou desistir agora.

Ana – Vocês já estão terminando? Na verdade? No quarto período? Estão no terceiro? Só falta mais um período.

Miguel – Então esse tempo curto é fundamental? Para definir a permanência de vocês?

Aluno – Sim. Por que o curso é de dois anos acho que a maioria.

Aluno – Se fosse mais de dois anos acho que a maioria acabaria no caminho, porque logo no primeiro período se vê que o curso não era aqui que se esperava, aí faz o pessoal pensar: só dois anos, a gente pensa assim falta só um ano e meio...

Ana – Deixa eu fazer uma outra pergunta, por exemplo, na hora de escolher fazer tecnólogo, o fato de ser 2 anos ou 2 anos e meio foi decisivo?

Alunos – Foi

Ana – Antes mesmo, porque para vocês, vou colar entre aspas, foi uma certa decepção? Mas antes dessa decepção de qualquer maneira vocês o fato de que dois anos, dois anos e meio já foi um fator decisivo para vocês resolverem fazer tecnólogo?

Aluno – para mim o que foi decisivo foi assimilar o período do curso.

Ana – Se fosse três anos, três anos e meio para você não ia.

Aluno – eu teria feito a inscrição do mesmo jeito, se fosse 5 anos de curso eu teria feito inscrição, mas talvez eu não estaria mais aqui, se fosse um tempo maior, talvez o que me fez decidir foi uma instituição federal.

Aluno – é para mim também, não foi bem um fator decisivo, mas assim, ajudou na escolha...

Ana – Vocês ficaram sabendo do curso, do vestibular, por amigos, como assim, como vocês se interessaram?

Aluno – pelo site

Aluno – pela informação do vestibular ...

Aluno – eu nem sabia que tinha o tecnólogo no CEFET, é técnico, ah é segundo grau, não tecnólogo. É faculdade. Tem gente que ainda tem...

Ana - Tem gente que não sabe até hoje, já é dos anos 70 essa faculdade. Ninguém sabe até hoje.

Aluno – tem mais lugar do técnico.

Ana – Escola Técnica é o que passa para todo mundo. Eu trabalhei aqui eu sei bem o que é que é isso.

Aluno - ... pessoal que chega tem 5 anos de faculdade, a tendência agora é o ensino, ninguém mais tem tempo de ficar sentado em banco escolar, escutando o professor. A tendência é agora o quê? Hoje em dia a gente faz curso pela internet, curso a distancia. A tendência é o quê? Cada vez esses cursos diminuïrem, então esses dois anos não pode ser encarado com preconceito. Eu penso assim, que em 2 anos, você pode pegar uma faculdade de 4 e 5 anos e não aprende nada. Como tem vários aí, mas pelo menos você pode pegar 2 anos aqui, estudar e aprender.

Aluno – Eu acho que tem nicho para os dois, tem Engenheiro num projeto, tem nicho para o técnico, tem mais uma questão que tem mais a ver com o tecnólogo que não é a questão do projeto, tecnólogo não trabalha essa questão do projeto, trabalha na questão execução, trabalha a questão do estudo, com levantamento, com a questão do processo, dos processos que tem a ver, projetado, com a execução do projeto.

Miguel – Queria pegar o mote do que você colocou, essa questão do preconceito. Existe preconceito em relação ao curso que vocês fazem? Quando vocês falam fora daqui que fazem um curso de tecnólogo, como é que isso aparece? O que vocês tem ouvido?

Aluno – Já ouvi falar assim “Curso superior de dois anos” ah, fala sério, não é uma faculdade é técnico”...

Aluno – Faço faculdade em questão ambiental, de dois anos, “foi faculdade?” “ah é tecnólogo não é faculdade”...

Aluno – Eu acho que tem muito preconceito, até tem base, até as empresas mesmo tem muito preconceito (Ana – a Petrobrás), tem muitas empresas que não aceitam para concurso “não aceitamos tecnólogo”. Acho que as pessoas ainda não sabem que pegar um tecnólogo e aplicar no risco de amanhã, eles acham que ganham mais com um técnico em meio-ambiente.

Aluno – Em São Paulo, onde a área é mais forte, eles já tem associação de tecnólogos. E a própria associação ela tem uma acordo com as empresas com relação a salário, com relação a colocação do funcionário. Eu acho que aqui no Rio falta um pouco dessa representatividade e um pouco dessa, um maior investimento das faculdades, até o CEFET fazer mais, crescer mais, investir um pouco mais nesse curso só que de uma forma assim mais elaborada talvez, mais vamos dizer assim aplicada a realidade, talvez não seja o caso, não sei ... acho que talvez esteja faltando isso ...

Aluno – O que acontece é que todos os outros cursos do CEFET tem uma certa ligação com algumas empresas até para cumprir estágio no meio dos estudantes e, ou a turma de gestão ambiental, ele é o único curso que o CEFET não tem nenhuma empresa vinculada... ele é um curso que não tem como testagem assim oferecendo “ah a empresa X todo ano oferece dois estágios”, não tem, todos tem aqui no CEFET e isso fica super bem marcado no mercado de trabalho também. Porque antes a gente nós temos que fazer o estágio, e não é um estágio difícil.

Ana – E assim o que mais Miguel?

Miguel – Não é muito diferente do que a gente tem ouvido com toda certeza. Para entrar nesse vestibular, vocês precisaram fazer um cursinho preparatório. Como é que foi o processo de entrada, foi semelhante aos dos outros cursos de nível superior, teve alguma diferença?

Aluno – Para ser sincera, o vestibular daqui é bem fácil em relação a outras faculdades públicas. Esse também é um fator de entrada aqui, é bem fácil mesmo, não é nada muito fácil, ou absurdamente fácil, mas é mais fácil que outras faculdades.

Aluno – A maioria das pessoas que entram aqui estão fazendo vestibular para várias faculdades. Aí entram aqui aí tentam vestibular de novo, mas aí entram porque passaram, abandonam, não tem estrutura nenhuma.

Aluno - Foi a primeira vez que o vestibular para tecnólogo tinha questões discursivas.

Ana – Esse agora?

Aluno – Que nós entramos.

Aluno – Mas agora também mudou, o CEFET vai usar o ENEM, vai usar o ENEM a partir desse ano, então assim a dificuldade será a mesma. Eu fiz prova para algumas, para outras não. Fiz para UERJ, UFRJ, para a Rural e para cá, passei na Rural e aqui, bem mais fácil que na Rural, mas eu preferi ficar aqui até porque na Rural era integral e eu tinha que trabalhar.

Ana – Na Rural você fez o quê?

Aluno - Na Rural eu passei em Biologia. Eu fiquei por aqui para poder me bancar, seria mais fácil para mim me manter.

Aluno – Também para mim é fundamental pelo que ela falou, meu caso aqui eu fiz concurso, passei vou ficar aqui mesmo. Mesmo assim o curso é importante, pela questão do empreendedorismo, com o segundo grau o salário não é lá essas coisas, o curso sendo à noite já possibilita a questão de se trabalhar. Mas tem pessoas aqui que só estudam ..

Miguel – Eu queria só fazer mais uma pergunta no que se refere à forma como a instituição trata desse curso, quer dizer, se vocês comparam o curso de tecnólogo

com as outras graduações, do ponto de vista de sustentação dada pela instituição, estrutura, condições de existência do curso como é que vocês fazem essa comparação? Ta no mesmo pé? Vocês sentem diferença? Comparando tecnólogo com outra graduação.

Aluno – Totalmente diferente aqui dentro do CEFET. (Ana - aqui dentro do CEFET?). Um exemplo disso é o curso de auto-prática, todas as outras engenharias tem um engenheiro cursando uma cadeira de auto-prática, e nós que deveríamos a prioridade é eles. Mesmo sendo indicado para a gente, por estar trabalhando então a gente não consegue fazer o curso de auto-prática.

Aluno – Sabe o que eu percebo também, alguns professores eles pensam de todas as formas para dar uma boa base para a gente, eles se preocupam mesmo. A gente sabe que a estrutura do curso é ruim, percebe isso, e eu vejo muitos professores preocupados com isso, não tem um material de trabalho para animar toda vez, mais aí improvisa. Não sei, eu sinceramente acho que, tinha uma professora que não tem como, eu não sou mais criança eu não quero que ela faça as coisas para mim, eu quero aprender, mais eu quero aprender, estou aqui para aprender, saio de Niterói para vir para cá todo dia para sair daqui 10 horas da noite, eu quero aprender, e um curso simplesmente não sabe nem o que é que é isso.

Aluno – Acho que é como você falou totalmente diferente.

Ana – Assim, por exemplo, tentando falar de vocês e com relação a família de vocês, fazer tecnólogo é uma diferença? Assim, por exemplo, todos fizeram, os pais, assim, a geração anterior todos tem curso superior?

Alunos – Não.

Ana – Ninguém tem nível superior?

Aluno – Na minha casa não.

Aluno – Eu sou a primeira da família a se formar num nível superior mesmo sendo tecnólogo.

Ana – Você falou que as pessoas tem o maior preconceito mas para os pais para a família de vocês, para eles é importante? É não é? Para tua família é. A maioria?

Alguns– É importante.

Aluno – Mais ou menos.

Aluno – Lá em casa é assim, “é bom né”

Ana - Não dá força não.

Aluno – Bem, dá força, mas não é aquele orgulho assim, “meu filho vai ser doutor”. E aí pô legal vai lá? E aí vai fazer o quê? É naquele sentido....ficam com o pé atrás.

Ana – A sua mãe fica com orgulho?

Aluno – Fica.

Aluno – Eu também.

Ana – Vocês ficaram orgulhosos de vocês mesmos de terem passado no concurso, apesar de ser mais fácil, apesar de não ser tão difícil, como vocês colocaram...

Aluno – Eu fiz outro vestibular. Fiz vestibular no meio do ano

Ana – Você não faz nenhum outro curso, só está fazendo esse aqui?

Aluno – Esse aqui e segurança do trabalho à tarde.

Ana – Ah o técnico que você falou .

Ana – E aí gente, falamos bastante?

Miguel – Alguém quer dizer mais alguma coisa?

Ana – Aquela fichinha.

Miguel – Ah, a gente tem uma fichinha aqui, não pede nome, nem identificação, são dados de perfil, para ter uma idéia, a gente tem o perfil de quem ...

Ana – Só para a gente ter uma idéia, nada obrigatório.

Miguel – Eu queria dizer para vocês que eu fiz o curso de Geografia em uma instituição muito convencional que todas as pessoas também me perguntavam para quê que servia aquilo, o que é que eu ia fazer. Estou aqui entrevistando vocês. Não tem uma sensação, quer dizer, concurso...

Aluno – É bem complicado isso, a maioria dos professores concordam com a gente... exatamente, depois tenham orgulho de falar, mas não sei... tem tudo, tem bons professores, tem alunos que gostam de estudar isso, a faculdade é boa, mas eu não sei...

Aluno – A gente fala as coisas mas não sabe as dificuldades também de saber como é que foi inscrito o curso, foi feita uma invenção...

Aluno – Logo no início do curso eu gostava, eu achava que tinha uma boa estrutura, hoje em dia...

Aluno – existia para 3 anos o curso, aí o MEC veio e pediu para que fosse reduzido para 2 anos

Aluno – carga horária.

Aluno – redução de 3 anos para 2 anos tem a ver com a economia deles...

Aluno - ... eu acho que como todo mundo ta falando aqui desde o início que o curso não tem muito a ver com o mercado.

Aluno – mas eles não disseram que iam transformar o curso em engenharia...

Aluno – Não isso é outra coisa.

Aluno – Eles querem terminar com o curso de tecnólogo... Eles estão com uma idéia de ... para Engenharia Ambiental.... na UFF também tem.

Aluno – Não. Na UFF tem Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente.

Miguel – Eu queria só fazer mais uma pergunta para vocês em cima disso? Quer dizer, considerando todo esse panorama que vocês em poucos minutos traçaram que perspectivas vocês têm daqui para frente?

Aluno – Eu acho que vai me render alguma coisa sim, dessa laranja vai sair um suco sim. difícil mas acho que tem.

Aluno – Acho que é difícil... pelo que a gente mostrou aqui, mas tem pessoas... aqui no curso, ele chegou totalmente perdido, mas hoje em dia ele ta na.... num cargo assim bem colocado. Assim, é possível a gente ter bons resultados. Mas assim, não é aquela coisa fácil, tem que correr muito atrás.

Miguel – Então esperança vocês têm? Com certeza.

Aluno – se eu me formar como tecnólogo eu não tenho muito não, eu vejo como, por exemplo, mas se eu me formar aqui e pegar um estágio na área engenharia pecuária, eu tenho tecnólogo em gestão ambiental, ah então eu to formada nisso, legal.

Miguel – Não é determinante, digamos assim?!

Aluno – Não.

Ana – Enriquece o currículo. Mas não é decisivo na hora do emprego assim.

Aluno - Exatamente. Mas se você tiver o curso, derrepente se você tiver o curso de tecnólogo é um a mais. Acho que é um curso complementar, acho que não tem outra definição.

Ana – Não é uma profissão?

Aluno – Aqui no Rio não. Pelo que eu vejo.

ANEXO VII – QUESTIONÁRIOS DA ETAC

ROTEIRO DE ETAC – EGRESSOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO CEFET-RJ

PARTE I – OPÇÃO PELO CURSO

1. Por que você escolheu um curso de formação de tecnólogo em Segurança do Trabalho?

(múltiplas respostas)

Para se empregar

Para ter um diploma de nível superior

Para ter progressão funcional

Para aprofundamento da formação técnica

Outros. Qual?(Resposta sucinta)_____.

2. Você já fez algum curso técnico?

Sim. Qual?_____.

Não

3. Na sua opinião há diferença entre o curso técnico e o curso de formação de tecnólogo?

Sim. Qual?_____.

Não

Não Sabe/Não Opinou

4. Houve necessidade de fazer cursinho preparatório para fazer vestibular para o curso de formação de tecnólogo?

Sim

Não

Não Sabe/Não Opinou

5. Você fez vestibular para outros cursos?

() Sim. Qual(ais)?_____.

() Não

6. Na sua opinião, há diferença entre os cursos de formação de tecnólogo e as outras graduações?

() Sim. Qual(ais)?_____.

() Não

PARTE II – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

7. Atualmente você está trabalhando?

() Sim

() Não -> Vá para pergunta 14

8. Você trabalha como tecnólogo em segurança do trabalho?

() Sim-> Vá para pergunta 10

() Não

9. Quais os motivos de você não estar trabalhando em segurança do trabalho? (múltiplas respostas)

() Não há mercado

() Estou trabalhando em outra área

() Outros. Qual(ais)?_____.

10. Qual o grau da sua satisfação em relação a sua ATIVIDADE PROFISSIONAL na atualidade?

() Satisfeito

() Indiferente

() Insatisfeito

() Não Sabe/Não Opinou

11. Como você considera a sua REMUNERAÇÃO com relação ao mercado?

- Acima da média do mercado
- Na média do mercado
- Abaixo da média do mercado
- Não sabe

12. Qual a sua situação no trabalho? (esperar o entrevistado responder)

- Empregado
- Funcionário público
- Autônomo/Prestador de serviços
- Em contrato temporário
- Trainee*/Bolsista/Estagiário
- Proprietário/Sócio de empresa
- Outros

13. Há quanto tempo você trabalha na área de segurança do trabalho?

- Há menos de um ano
- de 1 a 2 anos
- de 2 a 5 anos
- mais de 5 anos
- Nunca trabalhou na área de segurança do trabalho

14. Após conclusão do seu curso de formação de tecnólogo você esta cursando/cursou algum outro curso?

- Sim. Qual? _____
- Não

15. Você já trabalhava antes de iniciar o seu curso de formação de tecnólogo?

- Sim. Em quê? _____
- Não

16. Como é a EXIGÊNCIA DO MERCADO EM RELAÇÃO À SUA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL na atualidade?

- Inferior à recebida no curso de tecnólogo em que se formou
- Compatível com a recebida no curso de tecnólogo
- Superior à recebida no curso de tecnólogo em que se formou

17. Há diferença, em relação à atuação profissional, entre um técnico e um tecnólogo em segurança do trabalho?

- Muita
- Pouca
- Nenhuma

18. Como você percebe a valorização da sua profissão na sociedade? (família, empresas, amigos etc.)

- Muito valorizada
- Pouco valorizada
- Não valorizada

19. Você se registrou como tecnólogo no seu conselho profissional (CREA)?

- Sim
- Não

PARTE III – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL RECEBIDA

20. Como você avalia a INSTITUIÇÃO de modo geral ?

1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

21. Como você avalia a INFRAESTRUTURA geral da instituição?

1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

22. Como você avalia o CURSO DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGO que você concluiu?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

23. Como você avalia o CONTEÚDO TEÓRICO do seu curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

24. Como você avalia o CONTEÚDO PRÁTICO do seu curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

25. Como você avalia a QUALIFICAÇÃO DOS SEUS PROFESSORES ?

1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

26. Na sua opinião, como foi o seu APRENDIZADO durante o curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

27. Como foi o seu curso de formação de tecnólogo em relação a sua EXPECTATIVA?

1() Superou as expectativas 2() Atendeu as expectativas
3() Não atendeu as expectativas 99() Não sabe/Não opinou

PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____ anos.

3. Cor/raça, segundo as categorias utilizadas pelo IBGE:

() preta () parda () branca () amarela () indígena

4. Estado civil: _____

5. Ocupação: _____

6. Ocupação da mãe: _____

7. Ocupação do pai: _____

27. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1a. A 8a. Série)?

- 1) () Somente em escola pública
- 2) () Somente em escola particular
- 3) () Maior parte em escola pública
- 4) () Maior parte em escola particular

28. Em que tipo de escola o(a) sr(a) cursou o ensino Médio (2o. grau)?

- 1) () Somente em escola pública
- 2) () Somente em escola particular
- 3) () Maior parte em escola pública

4) () Maior parte em escola particular

29. Qual o nível de escolaridade do seu Pai? **(Esperar o entrevistado responder)**

- 1() Analfabeto
- 2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)
- 3() Primário Completo (4a. série comp.)
- 4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)
- 5() Ginásio comp.(8a. Série completa)
- 6() Médio incomp. (2o. Grau inc)
- 7() Médio completo 8() Superior incomp.
- 9() Superior Completo
- 99 () Não sabe /Não opinou

30. Qual o nível de escolaridade da sua Mãe? **(Esperar o entrevistado responder)**

- 1() Analfabeto
- 2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)
- 3() Primário Completo (4a. série comp.)
- 4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)
- 5() Ginásio comp.(8a. Série completa)
- 6() Médio incomp. (2o. Grau inc)
- 7() Médio completo
- 8() Superior incomp.
- 9() Superior Completo
- 99 () Não sabe /Não opinou

40. Considerando o salário mínimo federal de R\$ 465,00, qual a sua renda mensal em salários mínimos ?

- 1() Até 1 Salário Mínimo
- 2() Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 930,00)
- 3() Mais de 2 a 3 Salários mínimos (até R\$ 1395,00)
- 4() Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 1.860,00)
- 5() Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 2345,00)
- 6() Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 2345,00)
- 7() Sem rendimento
- 99 () Não Respondeu

**ROTEIRO DE ETAC – ABANDONO/NÃO CONCLUÍNTES DE SEGURANÇA DO
TRABALHO CEFET-RJ**

PARTE I – OPÇÃO PELO CURSO

28. Por que você escolheu um curso de formação de tecnólogo em Segurança do Trabalho?

(múltiplas respostas)

- Para se empregar
- Para ter um diploma de nível superior
- Para ter progressão funcional
- Para aprofundamento da formação técnica
- Porque é Rápido
- Porque é Público
- Outro(s) motivo(s). Qual(ais)? (Resposta sucinta) _____.

29. Você já fez algum curso técnico?

- Sim. Qual? _____.
- Não

30. Na sua opinião, há diferença entre o curso técnico e o curso de formação de tecnólogo?

- Sim. Qual? _____.
- Não
- Não Sabe/Não Opinou

31. Houve necessidade de fazer cursinho preparatório para fazer vestibular para o curso de formação de tecnólogo?

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Opinou

32. Você fez vestibular para outros cursos?

- Sim. Qual(ais)?_____.
- Não

33. Na sua opinião, há diferença entre os cursos de tecnólogo e outros cursos “universitários”?

- Sim. Qual(ais)?_____.
- Não
- Não Sabe/Não Opinou

34. Está cursando outro curso superior?

- Sim. Qual?_____.
- Não
- Não Sabe/Não Opinou

PARTE II – MOTIVOS DA SAÍDA DO CURSO

35. Por que parou o curso? (Respostas múltiplas)

- Falta de mercado para trabalho
- Por não ser regulamentado (**o curso**)
- Não há reconhecimento pelo(s) Conselho(s) Profissionais**
- Para o mercado basta ser técnico
- Perspectiva de baixa remuneração
- Incompatibilidade com **o horário do Trabalho**
- Falta de perspectiva de progressão funcional na atual empresa (em função do curso novo)**
- Outros. Qual(ais)? (Resposta sucinta)_____.
- Não Sabe/Não Opinou

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

36. Atualmente você está trabalhando?

- Sim. Qual trabalho? (Resposta sucinta)_____.

Não

37. Você está satisfeito com o seu trabalho?

Satisfeito

Indiferente

Insatisfeito

Não Sabe/Não Opinou

38. Chegou a ter alguma experiência de trabalho na área **de segurança do trabalho**?

Sim/estágio

Sim/Outra Qual? _____

Não

Não Sabe/Não Opinou

39. Como você considera a sua REMUNERAÇÃO com relação ao mercado?

Acima da média do mercado

Na média do mercado

Abaixo da média do mercado

Não sabe

40. Qual a sua situação no trabalho? **(LER as respostas)**

Empregado CLT

Funcionário público

Autônomo/Prestador de serviços

Em contrato temporário

Trainee/Bolsista/Estagiário

Proprietário/Sócio de empresa

Outros

41. Há quanto tempo você trabalha/**trabalhou** na área de segurança do trabalho?

Há menos de um ano

de 1 a 2 anos

de 2 a 5 anos

- mais de 5 anos
- Nunca trabalhou na área de segurança do trabalho

42. Você já trabalhava antes de iniciar o seu curso de formação de tecnólogo?

- Sim. Em quê? _____
- Não

43. Há diferença, em relação à atuação profissional, entre um técnico e um tecnólogo em segurança do trabalho?

- Muita
- Pouca
- Nenhuma
- Não Sabe/Não Opinou

44. Como você percebe a valorização do curso de tecnólogo na sociedade? (família, empresas, amigos etc.)

- valorizada
- Muito valorizada
- Pouco valorizada
- Não valorizada
- Indiferente
- Não Sabe/Não Opinou

PARTE IV – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL RECEBIDA

45. Como você avalia a INSTITUIÇÃO, de modo geral?

- 1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

46. Como você avalia a INFRAESTRUTURA geral da instituição?

- 1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

47. Como você avalia o CURSO DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGO que você interrompeu?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

48. Como você avalia o CONTEÚDO TEÓRICO do seu curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

49. Como você avalia o CONTEÚDO PRÁTICO do seu curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

50. Como você avalia a QUALIFICAÇÃO DOS SEUS PROFESSORES?

1() Ótima 2() Boa 3() Regular 4() Ruim 5() Péssima 99() não Op.

51. Na sua opinião, como foi o seu APRENDIZADO durante o curso?

1() Ótimo 2() Bom 3() Regular 4() Ruim 5() Péssimo 99() não Op.

PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____ anos.

3. Cor/raça, segundo as categorias utilizadas pelo IBGE:

() preta () parda () branca () amarela () indígena

4. Estado civil: _____

5. Ocupação: _____

6. Ocupação da mãe: _____

Ocupação do pai: _____

7. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1a. a 8a. Série)?

- 1) () Somente em escola pública
- 2) () Somente em escola particular
- 3) () Maior parte em escola pública
- 4) () Maior parte em escola particular

8. Em que tipo de escola você cursou o ensino Médio (2o. grau)?

- 1) () Somente em escola pública
- 2) () Somente em escola particular
- 3) () Maior parte em escola pública
- 4) () Maior parte em escola particular

9. Qual o nível de escolaridade do seu Pai? **(Esperar o entrevistado responder)**

- 1() Analfabeto
- 2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)
- 3() Primário Completo (4a. série comp.)
- 4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)
- 5() Ginásio comp.(8a. Série completa)
- 6() Médio incomp. (2o. Grau inc)
- 7() Médio completo
- 8() Superior incomp.
- 9() Superior Completo
- 99 () Não sabe /Não opinou

10. Qual o nível de escolaridade da sua Mãe? **(Esperar o entrevistado responder)**

- 1() Analfabeto
- 2() Primário inc.(1a. a 4a. Incomp.)
- 3() Primário Completo (4a. série comp.)
- 4() Ginásio inc.(5a. a 8a. Incomp.)
- 5() Ginásio comp.(8a. Série completa)
- 6() Médio incomp. (2o. Grau inc)
- 7() Médio completo
- 8() Superior incomp.
- 9() Superior Completo
- 99 () Não sabe /Não opinou

11. Considerando o salário mínimo federal de R\$ 465,00, qual a sua renda mensal em salários mínimos ?

- 1() Até 1 Salário Mínimo
- 2() Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 930,00)
- 3() Mais de 2 a 3 Salários mínimos (até R\$ 1395,00)
- 4() Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 1.860,00)
- 5() Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 2345,00)
- 6() Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 2345,00)
- 7() Sem rendimento
- 99 () Não Respondeu

ANEXO VII – PUBLICAÇÕES